

PARANÁ

TCE-PR deve realizar 388 ações de fiscalização até o fim de 2011

Entre as ações programadas estão fiscalizações em obras para a Copa do Mundo, programas de habitação, segurança pública, ensino superior e no Instituto Médico Legal

25/05/2011 | 17:20 | GAZETA DO POVO

-
- [Fale conosco](#)
 - [Comunicar erros](#)
 - [RSS](#)
 - [Imprimir](#)
 - [Enviar por email](#)
 - [Receba notícias pelo celular](#)
 - [Receba boletins](#)
 - [Aumentar letra](#)
 - [Diminuir letra](#)
-

Até o fim deste ano, o **Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR)** deve realizar 388 procedimentos de fiscalização em todo o estado, mais de uma ação por dia. O número, atualizado nesta quarta-feira (25), ainda pode aumentar em caso de novas denúncias.

Entre as ações programadas estão a fiscalização em obras da Copa do Mundo, em programas de habitação, nas áreas de segurança pública e ensino superior, além do **Instituto Médico Legal (IML)** e da situação dos contratos de radares e pedágios.

Qualquer cidadão pode encaminhar denúncias, reclamações, sugestões ou solicitações ao TCE-PR. Os canais de comunicação são por meio do [site do órgão](#), no link Ouvidoria, ou pelo telefone 0800-6450645.

Projetos

O TCE-PR pode fazer cinco procedimentos de fiscalização: auditoria, inspeção, levantamento, acompanhamento e monitoramento. Em 2011, serão 223 procedimentos em órgãos estaduais. Uma das ações, que começou em maio e deve se estender até o mês de setembro, é a série de seis inspeções para avaliar a estrutura das delegacias regionais da **Polícia Civil**.

A **Diretoria Jurídica** do órgão vai fiscalizar as prefeituras e câmaras de vereadores de dez municípios para constatar eventuais irregularidades de servidores públicas. Entre os municípios que serão fiscalizados estão **Araucária, Campo Magro, Foz do Iguaçu e Pato Branco**. Além disso, os repasses para **Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips)** estão sendo investigados. As instituições são beneficiadas com recursos públicos, mas têm graves problemas ao prestar contas

Copa

As obras para a **Copa do Mundo de 2014** também motivam fiscalizações do órgão. Em Curitiba, são oito ações, sendo que quatro analisam obras que receberam empréstimos de organismos internacionais para a sua execução. Esse é o caso dos binários das ruas Chile e Guabirota, os assentamentos da Companhia de Habitação Popular (Cohab), o projeto da linha azul do metrô (ligando a CIC ao Santa Cândida), e a continuidade de obras da Linha Verde. Outro projeto que está sendo acompanhado pelos profissionais do TCE-PR é a recuperação ambiental e a ampliação da Rede Integrada de Transportes da capital. O objetivo é coibir o desperdício de recursos.

Ensino Superior

O TCE-PR desenvolve, junto com as universidades estaduais do Paraná, o **Plano Anual de Fiscalização Social (PAF Social)**. Iniciado neste ano, o projeto prevê a participação direta do cidadão na indicação de programas públicos que devem ser fiscalizados. Além das instituições de ensino superior, ele é integrado pelos observatórios sociais, entidades de representação profissional e outros organismos da sociedade civil. Ainda na fase da construção do projeto piloto, já há uma indicação de quatro áreas prioritárias para a atuação do órgão: transporte escolar, compra de medicamentos, tratamento do lixo urbano e indicadores de gestão municipal.

.....

Terça-feira, 08/05/2012

Marcelo Elias/Gazeta do Povo



Fernando Guimarães, presidente do TC: parceria começa nas universidades
CONTAS PÚBLICAS

TC quer ajuda da sociedade na gestão municipal

Projeto prevê participação de entidades civis na fiscalização das prefeituras

Publicado em 03/04/2011 | [HELIBERTON CESCA](#)

Entidades civis – como universidades, sindicatos e organizações não governamentais (ONGs) – poderão auxiliar o Tribunal de Contas do Paraná (TC) a fiscalizar o uso do dinheiro público nas 399 prefeituras do estado. A intenção é que essas organizações acompanhem a gestão nos municípios e possam indicar possíveis deficiências aos técnicos do tribunal para a realização de auditorias. A participação da sociedade civil é prevista no Plano Anual de Fiscalização Social, chamado de PAF Social, programa que deve ser implantado pelo TC neste ano.

O Tribunal pretende apresentar, no próximo dia 25, um projeto-piloto para representantes de universidades estaduais, segundo a coordenadora-geral, Rita Mombelli. Duas reuniões já foram realizadas desde o início do ano para discutir o projeto.

O presidente do TC, conselheiro Fernando Guimarães, explicou que inicialmente as faculdades e universidades vão participar do desenvolvimento da proposta, mas a intenção é estender a parceria para sindicatos e outras entidades da sociedade civil.

Segundo Guimarães, o programa será desenvolvido em 2011 e ampliado a partir do ano que vem. Para isso, estão sendo estudados exemplos de controle da gestão.

Um dos exemplos vem da Universidade Estadual de Londrina (UEL), que criou o Observatório Interdisciplinar de Políticas Públicas (OIPP). O projeto ainda é embrionário, mas pretende reunir acadêmicos de cinco cursos para estudar e avaliar gastos de vários órgãos públicos.

Outra ferramenta de auxílio é o software Battâni, uma plataforma desenvolvida pela Universidade Federal do Paraná em conjunto com o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea-PR). "A ideia é que a sociedade veja como são feitos os gastos públicos e a influência deles nas diversas facetas da cidade", explicou o professor de Engenharia Civil da UFPR Mauro Lacerda.

Para o sociólogo e cientista político da Universidade do Norte do Paraná (Unopar) Marco Rossi, a iniciativa do TC demonstra "amadurecimento democrático" da instituição. "Essa partilha de responsabilidade entre a sociedade e o tribunal é louvável."

,.....

Terça-feira, 08/05/2012

Priscila Forone/Gazeta do Povo



"Queremos criar o costume de fiscalizar as políticas públicas."

Fernando Guimarães, presidente do tribunal de Contas do Paraná
GESTÃO PÚBLICA

Universidades vão ajudar o TC a fiscalizar serviços públicos

Publicado em 30/08/2011 | HELIBERTON CESCA

- [Fale conosco](#)[Comunicar erros](#)[RSS](#)[Imprimir](#)[Enviar por email](#)[Receba notícias pelo celular](#)[Receba boletins](#)[Aumentar letra](#)[Diminuir letra](#)As sete universidades estaduais do Paraná devem mobilizar até a metade do ano que vem cerca de 400 alunos para fiscalizar a prestação de serviços públicos de prefeituras paranaenses – como transporte escolar, compra de medicamentos e destinação do lixo urbano. Além disso, os estudantes deverão dedicar-se ainda à criação de indicadores da eficiência da gestão pública municipal. Essas ações fazem parte do Plano Anual de Fiscalização Social – chamado de PAF Social – lançado oficialmente ontem pelo Tribunal de Contas (TC) em parceria com as universidades.

Ao todo, devem ser executados 12 projetos para acompanhar a qualidade dos gastos públicos. O presidente do TC, Fernando Guimarães, esclareceu que os universitários não irão substituir o trabalho do órgão, que continuará atento às questões legais e contábeis. A atribuição dos alunos será ver “in loco” se os recursos utilizados na prestação de serviços estão chegando com qualidade para as comunidades. “Eles [alunos] não vão entrar em órgãos públicos e verificar documentos. Eles irão coletar dados em campo.”

Para Guimarães, é possível que, eventualmente, o trabalho das universidades aponte indícios de irregularidades. A partir disso, o tribunal poderá abrir auditorias para verificar a apuração preliminar. Porém, o presidente do TC acredita que o principal resultado do programa seja o estímulo do controle social. “Queremos criar o costume de fiscalizar as políticas públicas.”

Verba

O TC deverá disponibilizar cerca de R\$ 1 milhão para financiar pesquisas acadêmicas e cobrir despesas do programa. As instituições parceiras do projeto são as universidades estaduais de Londrina (UEL), Maringá (UEM), Ponta Grossa (UEPG), do Oeste do Paraná (Unioeste), da Região Central (Unicentro), do Norte (Uenp) e os câmpus de Campo Mourão, Paranavaí e Apucarana da Universidade Estadual do Paraná (UEPR).

O reitor da Unioeste e presidente da Associação Paranaense de Instituições de Ensino Superior Público (Apiesp), Alcebiades Orlando, diz acreditar que a abrangência territorial ajudará na fiscalização. "Nós temos, direta ou indiretamente, cerca de 150 municípios ligados às universidades", afirmou.

Nos próximos dias, o TC pretende dar um curso para professores e alunos envolvidos no projeto para compartilhar conceitos contábeis e de gestão pública. Em seguida, iniciará o trabalho de acompanhamento dos gastos públicos nos setores escolhidos pela instituição de ensino. Posteriormente, será apresentado um relatório do trabalho, que deverá ser referendado pelos conselheiros do TC. A previsão é que o primeiro PAF Social seja encerrado em julho do ano que vem.

.....

Terça-feira, 08/05/2012

GESTÃO PÚBLICA

Falta de transparência facilita a corrupção

Para especialistas, o incentivo ao controle social do poder público poderia diminuir os escândalos no país

Publicado em 30/08/2011 | [EUCLIDES LUCAS GARCIA](#)

Nas últimas semanas, uma nova onda de denúncias de corrupção dominou a agenda política em Brasília e praticamente paralisou as grandes discussões sobre o desenvolvimento do país. Diante de mais uma reprise de escândalos e superfaturamentos que parece interminável, a Gazeta do Povo ouviu especialistas para tentar responder à seguinte pergunta: quais são as falhas do sistema político brasileiro que permitem aos corruptos continuarem agindo e se proliferando? Para eles, a falta de transparência e de incentivo ao controle social do poder público é que coloca o Brasil entre os países marcados pela corrupção.

De acordo com um estudo divulgado neste mês pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o custo da corrupção no Brasil está estimado entre R\$ 50,8 bilhões e R\$ 84,5 bilhões. Considerando somente a estimativa mais baixa, o dinheiro seria suficiente para construir 57,6 mil escolas de ensino fundamental ou 918 mil casas populares. Diante desse cenário, a ONG Transparência Internacional coloca o Brasil em 75.º lugar, entre 180 países, no Ranking de Percepção da Corrupção, com nota de 3,7 numa escala de zero a dez – nota abaixo de cinco indica grave problema de corrupção.



Universidades vão ajudar o TC a fiscalizar serviços públicos

Ações fazem parte do Plano Anual de Fiscalização Social – chamado de PAF Social – lançado oficialmente ontem pelo Tribunal de Contas (TC) em parceria com as universidades.

[Leia a matéria completa](#)

Impunidade e pouca indignação possibilitam aumento de casos

Outros fatores que favorecem a proliferação da corrupção no Brasil são a impunidade e a falta de indignação da sociedade com crimes do colarinho-branco, afirmam os especialistas.

[Leia a matéria completa](#)

Mais transparência

Para o secretário-geral da ONG Contas Abertas, o economista Gil Castello Branco, os órgãos de controle, ainda que atuem em conjunto, não têm como “enfrentar a corrupção na exata proporção em que ela acontece”, sobretudo pelo fato de o Brasil ser um país de dimensões continentais. Ele afirma que, se a sociedade civil organizada tivesse acesso a todas as informações do poder público, as chances de manter o devido controle sobre os gastos governamentais seriam muito maiores.

“É preciso escancarar a transparência. Um juiz norte-americano já defendia isso um século atrás: ‘a luz do sol é o melhor dos desinfetantes’”, argumenta. “Todos os países que conseguiram isso fizeram-no com o envolvimento pleno da sociedade. Se pensarmos que isso será atingido somente pelos órgãos de controle, vamos nos decepcionar. O principal órgão de controle é a própria sociedade.”

Articulação

O conselheiro Fernando Guimarães, presidente do Tribunal de Contas do Paraná (TC), reforça os argumentos de Gil Castello Branco e afirma que é dever dos órgãos de controle incentivar o controle social. “Temos de gerar mais ferramentas para que os cidadãos possam interagir conosco, dando a eles qualidade na informação e instrumentos de comunicação. Quando conseguirmos caminhar em função dessa articulação, a tendência é inibir cada vez mais atos de corrupção”, defende.

Guimarães afirma ainda que falta articulação e integração entre as redes de controle no país. “Às vezes, os diversos órgãos de controle trabalham sobre o mesmo fato, com os mesmos objetivos. Isso é desperdício de potenciais institucionais”, critica. “Enfim, falta

minerar mais os dados que temos em mãos, formarmos núcleos de inteligência integrados entre os órgãos de controle e compartilharmos a atividade de controle com a sociedade.”

No Brasil, são órgãos de controle o Ministério Público, os tribunais de contas, a Controladoria-Geral da União (CGU), as ouvidorias e os conselhos nacionais de cada entidade.

.....

Terça-feira, 08/05/2012

OPINIÃO DO DIA 1

Rede de controle: um novo olhar

Publicado em 15/04/2011 | FERNANDO GUIMARÃES

- [Fale conosco](#)
- [Comunicar erros](#)
- [RSS](#)
- [Imprimir](#)
- [Enviar por email](#)
- [Receba notícias pelo celular](#)
- [Receba boletins](#)
- [Aumentar letra](#)
- [Diminuir letra](#)

É necessário trabalhar pela implantação do dever e do direito de definir prioridades e de estabelecer uma administração pública capaz de atacar as desigualdades sociais através da formulação de políticas públicas

Nas propostas de uma nova gestão pública identificada no planejamento e na garantia da formulação de políticas públicas de resultados, o controle assume papel preponderante, na medida que se apresenta como fator indispensável para a preservação do interesse público e comprometimento de seus agentes com a ética e a probidade.

Dentro da ordem de mudanças trazida pela Constituição de 1988 a democracia participativa encontrou caminho privilegiado e vem se consagrando pelo estabelecimento de uma poderosa esfera ética no seio da sociedade, traduzida no controle mais efetivo da administração e na ampliação dos espaços de participação social.

É oportuno enfatizar que as operações de controle realizadas no País, contudo, têm seguido um modelo conservador ancorado nos aspectos de natureza formalística e de forte apego a questões de caráter burocrático, de regularidade, não contemplando a avaliação de programas governamentais e o desempenho por resultados.

Na execução dessa linha procedimental não ficou de fora nem mesmo expressiva parcela de tribunais de contas, tradicionalmente vinculados a aspectos jurídico-contábeis e à busca deliberada de excessos cometidos por gestores públicos de todos os níveis de governo. Desde que a arrecadação e a realização da despesa estivessem de acordo com as

exigências atinentes à espécie, nada mais interessaria à atividade fiscalizadora e o ordenador dos gastos incluído concomitantemente na relação do bom administrador.

Na última década tem havido uma agenda de mudanças no setor público através da implementação de medidas que representam o despertar para a prevalência de uma doutrina renovadora que se destaca pelo rompimento da distância entre Estado e sociedade. Ainda pela introdução do conceito de controle social, motivados pelos ideais de expansão da cidadania e pela exigência de prestação de serviços de qualidade por parte do poder público.

As iniciativas, no entanto, sempre estiveram confinadas a órgãos com objetivos específicos de controle, fechados em suas estruturas e sem iniciativa de associação estratégica capaz de melhorar o desempenho e fortalecer a integração.

Por óbvio, esse estado de coisas não pode continuar. Não há mais espaço para decisões erráticas, de egocentrismos institucionais, de visão unilateral de problemas recorrentes. É necessário trabalhar pela implantação do dever e do direito de definir prioridades e de estabelecer uma administração pública capaz de atacar as desigualdades sociais através da formulação de políticas públicas consistentes, muitas delas definidas com a participação coletiva.

Nesse sentido, estou propondo a formação, ou mesmo o aperfeiçoamento, de uma rede de controle composta por órgãos governamentais e não governamentais e com segmentos representativos da sociedade. Trata-se de um trabalho contínuo de parceria, concretizado pelo intercâmbio com universidades, observatórios sociais, Ministério Público, órgãos de controle, entre outros, numa concreta união de esforços tendente a encerrar as práticas e costumes superados de gestão fiscal e a consagrar os princípios da eficiência e dos fins coletivos.

Ademais, essa complementaridade ensejará também a montagem de uma rede de relações entre o prestador de serviços e o cidadão beneficiado, apoiando suas expectativas e a própria otimização dos recursos canalizados para as políticas públicas. Isso permitirá fortalecer a participação da sociedade, alterar os canais de comunicação entre o público e o gestor e democratizar o processo decisório.

O Tribunal de Contas do Paraná atuará com determinação e comprometimento na consecução desse objetivo. Para isso, instituiu o Plano Anual de Fiscalização Social (PAF-Social), que, com a participação das universidades e organizações da sociedade civil, será o canal indutor da construção de uma agenda positiva para o fortalecimento da participação cidadã. Assim, a formulação de eventos de auditoria, pelo PAF-Social, em muitos casos, decorrerá das demandas reveladas pela população, a partir da constatação de que os gestores devem atuar de acordo com o interesse público.

Está lançada a rede de controle, que constituirá o grande desafio para lidar com a complexa relação entre cidadãos e seus agentes. Com certeza, o tempo e os resultados consagrarão esse novo olhar do controle da gestão pública.

Fernando Guimarães é presidente do Tribunal de Contas do Paraná.

.....

JORNAL DE LONDRINA

CONTROLE SOCIAL

Quanto custa um aluno?

Projeto do TCE com UEL fará mensuração dos custos do Município com o Ensino Fundamental e o aproveitamento dos recursos

19/04/2012 | 00:02 *Telma Elorza*

Alunos de diversos cursos da Universidade Estadual de Londrina (UEL) começaram a desenvolver ontem o projeto Plano Anual de Fiscalização Social (PAF Social), em parceria com o Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE). Em Londrina, o PAF Social vai mensurar como o dinheiro público direcionado à Educação está sendo investido e quanto custa uma escola e um aluno ao Município, além do aproveitamento desse investimento. Os primeiros resultados devem sair até julho.

O projeto foi lançado no ano passado pelo TCE que, através de convênio, firmou parceria com todas as universidades estaduais do Paraná, envolvendo cerca de 400 alunos com trabalhos que começaram a ser desenvolvidos em 110 cidades.

Segundo o presidente do TCE, Fernando Guimarães, que esteve em Londrina para o início do programa, a ideia é criar uma rede de controle com a participação da sociedade civil organizada, para que, juntamente com os órgãos de controle, ela exerça uma função fiscalizadora. “É um trabalho de auditoria social, de avaliação de políticas públicas, de levantamento de indicadores. Não é uma fiscalização, devassa, nas prefeituras.

Pelo contrário, este é um trabalho do TCE. Isso não significa que se, no caminho, descobirmos alguma irregularidade, iremos ignorá-la”, explica.

Segundo Guimarães, todo o projeto será coordenado e consolidado por técnicos do Tribunal e os dados serão reunidos em relatórios de auditoria, a serem julgados pelo Pleno da Corte, com recomendações de melhorias e correção das falhas que eventualmente venham a ser encontradas.

Londrina é a única cidade que está fazendo esta avaliação na Educação; as outras têm projetos em quatro grandes áreas grandes: transporte escolar, meio ambiente, saúde e gestão municipal.

Comparativos

O professor de Economia da UEL Sérgio Carvalho, coordenador do PAF Social em Londrina, diz que o grupo, formado por três professores e dez alunos de diversos cursos, vai criar uma metodologia para aferir o custo de uma escola padrão de boa qualidade. “É um projeto-piloto que, a partir de Londrina, poderá ser aplicado em qualquer município do Brasil”, diz.

Segundo ele, será feito um levantamento das várias fontes de recursos que financiam a educação do Município e fazer os comparativos do custo total: quantidade de professores, o salário deles, gasto de água, luz, material didático, alimentação, livros, etc. “Enfim, toda a condução estrutural que o aluno precisa para ter uma boa aula”, afirma.

Além disso, o grupo também vai tentar descobrir a eficiência da alocação de recursos. “Será que as escolas que têm maior custo, têm o melhor desempenho nas médias dos alunos? Se não é a escola, será que as famílias estão dando o apoio? Nossa pesquisa não entra nessa questão, mas pode abrir campos para outras pesquisas”, aponta.

Primeiros anos são cruciais

O coordenador do PAF Social em Londrina, Sérgio Carvalho diz que a rede municipal de Educação foi escolhida porque todos os pesquisadores especialistas na área apontam que o período mais crucial na formação da criança são os anos iniciais, quando ela entra na escola, do pré-escolar ao fundamental. “E isso motiva porque a gente sabe que uma criança bem formada nos primeiros anos vai repercutir positivamente sobre a vida escolar e profissional dela. Ter bons empregos e bons salários depende desse período, que é responsabilidade dos municípios”, aponta.

A secretária municipal de Educação, Virgínia Pelisson Laço, diz que o projeto é uma interação importante da UEL com o TCE e rede municipal de ensino. Segundo ela, para o Município é interessante saber esse custo. “Dados que melhorem a educação são sempre importantes”, diz.

.....

GESTÃO PÚBLICA

Universidades vão ajudar o TC a fiscalizar serviços públicos

30/08/2011 | 00:13 *Heliberton Cesca*

As sete universidades estaduais do Paraná devem mobilizar até a metade do ano que vem cerca de 400 alunos para fiscalizar a prestação de serviços públicos de prefeituras paranaenses – como transporte escolar, compra de medicamentos e destinação do lixo urbano. Além disso, os estudantes deverão dedicar-se ainda à criação de indicadores da eficiência da gestão pública municipal. Essas ações fazem parte do Plano Anual de Fiscalização Social – chamado de PAF Social – lançado oficialmente ontem pelo Tribunal de Contas (TC) em parceria com as universidades.

Ao todo, devem ser executados 12 projetos para acompanhar a qualidade dos gastos públicos. O presidente do TC, Fernando Guimarães, esclareceu que os universitários não irão substituir o trabalho do órgão, que continuará atento às questões legais e contábeis. A atribuição dos alunos será ver “in loco” se os recursos utilizados na prestação de serviços estão chegando com qualidade para as comunidades. “Eles [alunos] não vão entrar em órgãos públicos e verificar documentos. Eles irão coletar dados em campo.”

-
- Falta de transparência facilita a corrupção. Impunidade e pouca indignação possibilitam aumento de casos. Para Guimarães, é possível que, eventualmente, o trabalho das universidades aponte indícios de irregularidades. A partir disso, o tribunal poderá abrir auditorias para verificar a apuração preliminar. Porém, o presidente do TC acredita que o principal resultado do programa seja o estímulo do controle social. “Queremos criar o costume de fiscalizar as políticas públicas.”

Verba

O TC deverá disponibilizar cerca de R\$ 1 milhão para financiar pesquisas acadêmicas e cobrir despesas do programa. As instituições parceiras do projeto são as universidades estaduais de Londrina (UEL), Maringá (UEM), Ponta Grossa (UEPG), do Oeste do Paraná (Unioeste), da Região Central (Unicentro), do Norte (Uenp) e os câmpus de Campo Mourão, Paranavaí e Apucarana da Universidade Estadual do Paraná (UEPR).

O reitor da Unioeste e presidente da Associação Paranaense de Instituições de Ensino Superior Público (Apiesp), Alcebiades Orlando, diz acreditar que a abrangência territorial ajudará na fiscalização. “Nós temos, direta ou indiretamente, cerca de 150 municípios ligados às universidades”, afirmou.

Nos próximos dias, o TC pretende dar um curso para professores e alunos envolvidos no projeto para compartilhar conceitos contábeis e de gestão pública. Em seguida, iniciará o trabalho de acompanhamento dos gastos públicos nos setores escolhidos pela instituição de ensino. Posteriormente, será apresentado um relatório do trabalho, que deverá ser referendado pelos conselheiros do TC. A previsão é que o primeiro PAF Social seja encerrado em julho do ano que vem.

.....

GESTÃO PÚBLICA

TCE passa a receber peticionamento 24 horas

Serviço reduz custos para o tribunal e para o prestador de contas

03/03/2011 | 00:46 *Janaina Pontello*

O presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Fernando Guimarães, apresentou ontem em Londrina o serviço de peticionamento eletrônico 24 horas oferecido a prefeitos e gestores municipais . Além da agilidade nos processos, com a petição eletrônica os gestores e servidores de órgãos públicos fiscalizados pelo Tribunal não precisarão mais depender do horário de funcionamento da sede em Curitiba para enviar requerimentos e fazer consultas a processos. Outras facilidades oferecidas são o acesso na íntegra a todos os processos onde o interessado é a parte, instrução e denúncias a corregedoria, dentre outras.

Segundo o assessor da Controladoria da Prefeitura de Londrina, Élcio dos Santos, o processo eletrônico está instalado desde o último dia 28, aguardando apenas as delegações que devem ser determinadas nos próximos dias. Cada funcionário terá uma senha que permitirá o seu acesso. Para isso, faz-se necessário que a prefeitura tenha uma certificação digital com um custo de R\$ 300, que é o correspondente eletrônico à assinatura em papel - como se fosse um RG digital. Segundo o TCE é apenas através dela que pode-se assinar um documento eletrônico, conferindo autenticidade, confidencialidade e integridade a informações trocadas em meio virtual.

Entre os benefícios, Guimarães destaca “a economia de custos tanto do Tribunal quanto para o prestador de contas, redução nas despesas de correios, viagens para envio de processos, representantes e advogados”. “Teremos mais pessoas disponíveis para a execução de outros serviços”, completou. O peticionamento eletrônico está disponível no portal de contas e-Contas Paraná no Portal do Tribunal de Contas, no endereço eletrônico (www.tce.pr.gov.br), na aba “Comunidades”.

O presidente do TCE também apresentou o Plano Anual de Fiscalização Social (PAF Social), onde a sociedade terá a oportunidade de indicar do Tribunal as áreas da gestão pública que mais precisam de atenção. Com o PAF, o objetivo é criar uma grande rede de controle em parceria com o Tribunal de Contas, universidades, conselhos, observatórios, sindicatos, sociedades. Num primeiro momento o projeto deve ser implantado em pelo menos 10% dos municípios do Estado. Cada instituição destacou um representante que fará parte do grupo gestor.

.....

Marcelo Elias/Gazeta do Povo



Fernando Guimarães, presidente do TC: parceria começa nas universidades

TC quer ajuda da sociedade na gestão municipal

Projeto prevê participação de entidades civis na fiscalização das prefeituras

03/04/2011 | 00:19 *Heliberton Cesca*

Entidades civis – como universidades, sindicatos e organizações não governamentais (ONGs) – poderão auxiliar o Tribunal de Contas do Paraná (TC) a fiscalizar o uso do dinheiro público nas 399 prefeituras do estado. A intenção é que essas organizações acompanhem a gestão nos municípios e possam indicar possíveis deficiências aos técnicos do tribunal para a realização de auditorias. A participação da sociedade civil é prevista no Plano Anual de Fiscalização Social, chamado de PAF Social, programa que deve ser implantado pelo TC neste ano.

O Tribunal pretende apresentar, no próximo dia 25, um projeto-piloto para representantes de universidades estaduais, segundo a coordenadora-geral, Rita Mombelli. Duas reuniões já foram realizadas desde o início do ano para discutir o projeto.

O presidente do TC, conselheiro Fernando Guimarães, explicou que inicialmente as faculdades e universidades vão participar do desenvolvimento da proposta, mas a intenção é estender a parceria para sindicatos e outras entidades da sociedade civil.

Segundo Guimarães, o programa será desenvolvido em 2011 e ampliado a partir do ano que vem. Para isso, estão sendo estudados exemplos de controle da gestão.

Um dos exemplos vem da Universidade Estadual de Londrina (UEL), que criou o Observatório Interdisciplinar de Políticas Públicas (OIPP). O projeto ainda é embrionário, mas pretende reunir acadêmicos de cinco cursos para estudar e avaliar gastos de vários órgãos públicos.

Outra ferramenta de auxílio é o software Battâni, uma plataforma desenvolvida pela Universidade Federal do Paraná em conjunto com o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea-PR). “A ideia é que a sociedade veja como são feitos os gastos públicos e a influência deles nas diversas facetas da cidade”, explicou o professor de Engenharia Civil da UFPR Mauro Lacerda.

Para o sociólogo e cientista político da Universidade do Norte do Paraná (Unopar) Marco Rossi, a iniciativa do TC demonstra “amadurecimento democrático” da instituição. “Essa partilha de responsabilidade entre a sociedade e o tribunal é louvável.”

.....

O DIARIO.COM – Maringá – pgto login

Folha de Londrina

.....

Quinta, 01 de Setembro de 2011



As sete universidades

estaduais paranaenses passam a integrar, oficialmente, a rede de controle social das contas públicas. No último dia 29, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) e as instituições de ensino superior assinaram convênio, dando início, oficialmente, ao Plano Anual de Fiscalização Social (PAF Social). Firmado o acordo, 400 universitários, de todo o Paraná, participarão de auditorias nas quais será verificada a qualidade dos serviços públicos prestados à população.

O PAF Social é uma iniciativa do TCE-PR que busca ampliar a participação do cidadão na fiscalização e avaliação do gasto público. O objetivo é criar uma rede de controle unindo instituições de ensino, organizações não-governamentais, conselhos sociais, sindicatos e associações de classe. A partir de 2012, o plano poderá integrar o Universidade sem Fronteiras. O programa da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná fomenta financeiramente projetos inovadores de extensão universitária por meio de bolsas de estudo.

O PAF Social foi dividido em três fases. A primeira delas consiste numa auditoria piloto em três áreas de atuação do poder público: transporte escolar, compra de medicamentos e destinação do lixo urbano. Desta etapa faz parte, ainda, uma pesquisa acadêmica, que permitirá a definição de indicadores de gestão municipal. Os temas foram sugeridos pelos próprios representantes das instituições de ensino, a partir das necessidades regionais, no trabalho preliminar que é desenvolvido desde o início do ano.

Capacitação

Na segunda etapa, com implantação prevista para o ano que vem, audiências públicas regionais indicarão áreas e programas que deverão ser objeto de fiscalização pelo Tribunal no PAF ainda em 2012. A terceira fase pretende atingir o conceito de auditoria social, modelo de fiscalização sistemática e permanente, adotado em países da América Central e marcado pela participação efetiva da comunidade.

Ainda em setembro, os participantes do PAF Social receberão treinamento na metodologia de Auditoria Operacional (AOP) desenvolvida pelo TCE. A capacitação será dada por teleconferência, a partir de Curitiba, e captada em polos de recepção nas universidades.

A atuação no PAF Social será trabalhada nas atividades acadêmicas de ensino e pesquisa e incluída nas grades curriculares dos diferentes cursos das universidades e faculdades. As conclusões levantadas durante o trabalho, que será coordenado e consolidado por técnicos do Tribunal, serão reunidas em relatórios de auditoria, a serem julgados pelo Pleno da Corte, com recomendações de melhorias e correção das falhas que eventualmente venham a ser encontradas.

Cidadania

“O principal problema da gestão pública não é a corrupção, mas o desperdício de recursos em programas e ações desnecessários ou mal executados”, afirmou Guimarães. “O objetivo do PAF Social é despertar a cidadania. Dar ao cidadão, individual ou coletivamente, ferramentas para verificar e apontar melhorias na qualidade das políticas públicas.”

Na solenidade, o presidente esclareceu que o TCE não está transferindo para a sociedade a atividade de fiscalização, que é sua obrigação constitucional. Pelo contrário: o objetivo do projeto é fazer com que o cidadão, por meio dos instrumentos de exercício do controle social, indique ao Tribunal como a atuação do órgão pode ser mais eficaz, gerando os resultados esperados.

Assinaram o termo de cooperação os reitores das Universidades Estaduais de Londrina (UEL), Nádina Aparecida Moreno; de Maringá (UEM), Júlio Santiago Prates Filho; do Oeste do Paraná (Unioeste), Alcibíades Luiz Orlando; do Centro-Oeste (Unicentro), Vitor Hugo Zanette; de Ponta Grossa (UEPG), João Carlos Gomes; e do Norte do Paraná (Uenp), Eduardo Meneghel Rando. Também firmaram o documento os diretores de três campi da Universidade Estadual do Paraná (Unespar): Rogério Ribeiro, da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana; Antônio Rodrigues Varela Neto, da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí; e Antônio Carlos Aleixo, da Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão.

Experiência

Alcibíades Orlando, reitor da Unioeste e presidente da Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Públicas, destacou a importância da capilaridade das universidades estaduais no sucesso do PAF Social. Segundo ele, hoje pelo menos 150 municípios

paranaenses são diretamente beneficiados por ações universitárias. “Temos uma grande experiência acumulada a oferecer, por exemplo, nas áreas de tecnologia de reciclagem de lixo, georreferenciamento e logística de transporte escolar”, afirmou.

Para a reitora da Universidade Estadual de Londrina, Nádina Aparecida Moreno, o PAF Social é um projeto muito importante não só porque permite a inclusão da cidadania no controle dos recursos públicos. Ele também oferece condições de aprimoramento da atividade acadêmica, beneficiando os estudantes a partir de um contato prático com a realidade social de cada região.

Ela destaca que vários setores da UEL, à primeira vista não afeitos às áreas da gestão e da contabilidade públicas, como Jornalismo, Biblioteconomia e Relações Públicas, contribuirão com as ações de fiscalização e auditoria. “Temos uma coordenação geral e vários subprojetos, que serão agregados a este grande projeto”, explicou.

.....

Informativo UEM – NÚMERO 945

TCE e universidades se unem para o PAF Social

No último dia 22, o reitor, Júlio Santiago Prates Filho, esteve em Curitiba, para um reunião no Tribunal de Contas do Estado. O assunto discutido foi a formação de um conselho gestor para definir atribuições e funções no Plano Anual de Fiscalização Social (PAF Social). O encontro aconteceu quinze dias após o presidente do Tribunal, conselheiro Fernando Guimarães, sugerir aos reitores das sete universidades estaduais a participação da academia no controle social do dinheiro público.

Guimarães esclareceu que o PAF Social não tem o objetivo de apontar e apurar irregularidades, mas avaliar como estão sendo administradas as verbas públicas nos 399 municípios e no governo estadual. “A ideia não é que as universidades substituam o Tribunal em suas atribuições, mas trazer a academia, os estudantes e a sociedade para atuar no controle social. A sociedade, após estudos preliminares e com o respaldo institucional nosso, escolherá as áreas e programas governamentais que devem merecer maior atenção do TCE, de acordo com as peculiaridades de cada região”.

A reunião contou com a presença de cerca de 50 pessoas. Da UEM, estavam presentes a coordenadora do Câmpus Regional do Noroeste, Alciony da Cunha Alexandre; a coordenadora do Câmpus Regional de Goioerê, Irene Kimura; e o professor do Departamento de Ciências Contábeis, José Santo Dal Bem Pires. No dia 16 deste mês, na terceira reunião do grupo, as universidades indicarão seus representantes para o grupo gestor do PAF Social. No encontro, esses profissionais apresentarão propostas de trabalho e conhecerão a “Battani”. Plataforma de informática desenvolvida pela UFPR e o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea-PR), ela permite o acompanhamento da gestão pública por meio da comparação de indicadores

técnicos, em áreas como educação, saúde, saneamento básico, sistemas viário e de energia.

Fonte: Coordenadoria de Comunicação Social TCE/PR - Jean Luiz Féder

.....

REDE SUL DE NOTÍCIAS

sexta-feira, 20 de abril de 2012

PAF Social da Unicentro visitará municípios da região

Projeto é uma parceria entre o TCE-PR e Unicentro.

2



O Plano Anual de Fiscalização Social (PAF Social), promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) em parceria com a Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) e outras cinco universidades estaduais começa as visitas aos municípios na próxima semana para coleta dos dados sócio educacionais. Os estudantes dos cursos de administração, economia e contábeis, orientados pelos professores Marcel Klozovski, Diocesar Costa de Souza e João Francisco Morozini, já estão entrando em contato com as prefeituras de região via telefone para realização das parcerias e detalhamento de informações.

Na área do PAF Social da Unicentro são dados de investimentos na área da educação, como alunos matriculados, beneficiados com a merenda escolar, alunos transportados, quilometragem média rodada. Segundo o professor Marcel Klozovski, os dados vão cooperar com as auditorias do TCE e gerar conhecimento extra ao controle externo, interno ou social sobre os municípios paranaenses. “O projeto traduzirá dados de difícil leitura em informações salutares ao público em geral, portanto a população terá a real situação do recursos consumidos pelo município no que se refere a merenda escolar e transporte até o ano de 2010, talvez a questão mais importante seja exatamente o corte de sete anos, ou seja entre 2004 a 2010, que trará além da situação atual, um comparativo dos anos que compõem a análise” afirmou Klozovski.

Os municípios analisados e que terão as prefeituras visitadas são Guarapuava, Pitanga, Laranjeiras do Sul, Prudentópolis, Campina do Simão, Nova Laranjeiras, Inácio Martins, Boaventura de São Roque, Cândido de Abreu, Foz do Jordão, União da Vitória, Virmond, Pinhão, Turvo, Goioxim, Marquinho, Santa Maria do Oeste, Manoel Ribas, Porto Barreiro, Marquinho e Irati. “Pretendemos coletar os

dados até o final deste mês, portanto temos uma forte expectativa de acolhimento por parte dos secretários e prefeitos sobre a visita dos nossos estagiários” conta Klosovski.

PAF Social

A auditoria social, desenvolvida através do Plano Anual de Fiscalização Social (PAF Social) e as conclusões levantadas durante o trabalho, que será coordenado e consolidado por técnicos do Tribunal, serão reunidas em relatórios de auditoria, a serem julgados pelo Pleno da Casa, com recomendações de melhorias e correção das falhas que eventualmente venham a ser encontradas.

O trabalho terá a participação, como colaboradores, de observatórios sociais, sindicatos, organizações não-governamentais e entidades de classe, formando uma rede de controle social. O projeto tem o apoio do Promoex – programa de modernização dos Tribunais de Contas brasileiros.

.....

BLOG DO MAYBUK

QUINTA-FEIRA, 1 DE MARÇO DE 2012

REUNIÃO DE TRABALHO DO PAF SOCIAL NA UNESPAR/FECILCAM

No dia 08 de dezembro de 2011 tivemos um importante dia de trabalho sobre o PAF SOCIAL, resultado da parceria UNESPAR/FECILCAM E TCE-PR [CLIQUE AQUI](#) para saber detalhes do projeto.

Hoje no período da manhã tivemos uma produtiva reunião de trabalho na UNESPAR/FECILCAM, por teleconferência.

Em campo Mourão estavam presentes o coordenador do projeto na instituição professor Sérgio Luiz Maybuk, os professores orientadores Analeia Domingues e João Marcos Borges Avelar e mais os vinte estagiários do projeto que irão pesquisar e analisar o transporte escolar nos municípios de Araruna-Pr e Goioerê-Pr dentro da metodologia do TCE - Tribunal de Contas do Estado.

Em Curitiba estavam em contato direto pela teleconferência os técnicos do TCE Djalma Riesemberg Junior, Marcio José Assumpção, Carolina Wunisch Marcelino e Ricardo Alpendre.

Os referidos técnicos citados foram muito simpáticos, prestativos e competentes, orientando os trabalhos finais de pré-pesquisa do projeto.

Além do trabalho específico da manhã, sabemos que a parceria do TCE com as universidades que é um projeto pioneiro no país, está tendo uma excelente

repercussão, inclusive com interesse do governo federal na possível aplicabilidade da metodologia de trabalho.

Postado por Sérgio Luiz Maybuk às 12:30

.....

SITE DA Uenp

Painel de Referência do PAF Social acontece na UENP/CP

Escrito por Assessoria de Imprensa UENP

Ter, 13 de Dezembro de 2011 16:36

A Universidade Estadual do Norte do Paraná, UENP, realizou no dia 12 do corrente, na Unidade Centro do Campus de Cornélio Procópio, o 1o Painel de Referência do programa PAF-Social, uma parceria entre a UENP e o Tribunal de Contas do Paraná – TCE/PR, que visa contribuir com a melhoria da gestão pública, por meio da realização de auditoria social junto às prefeituras municipais.

Estiveram presentes na abertura o Reitor Prof. Dr. Eduardo Meneghel Rando, o Pró-Reitor de Extensão e Cultura, Prof. Dr. Rogério Barbosa Macedo; o Diretor de Extensão, Prof. ME. Márcio Luiz Carreri; a Diretora do Campus de Cornélio Procópio, Profa. Fátima Aparecida da Cruz Paduan e os membros do Tribunal de Contas do Paraná, Sr. Ricardo Alpendre, Sr. Márcio José Assunção e Sra. Carolina Wunsch Marcelino.

As ações efetivadas nas universidades fazem parte do programa Plano Anual de Fiscalização Social – PAF Social – desenvolvido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e que tem como parceiros todas as universidades públicas paranaenses, por meio da participação ativa de seus professores e alunos. A UENP participa de dois projetos, sendo um sobre coleta de resíduos sólidos urbanos nos municípios de Cornélio Procópio e Pinhalão, e outro sobre transporte escolar em Barra do Jacaré e Bandeirantes, com a participação de 40 estudantes e 6 professores. Todos os envolvidos no projeto estavam presentes e passaram o dia discutindo as ações realizadas e debatendo a matriz de planejamento de cada uma das áreas.

“A participação da UENP no PAF-Social representa para nós um importante desafio assumido por nossa universidade junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Apoiar o TCE/PR na realização de auditorias operacionais nos ajuda a cumprir com nossa missão no que se refere ao papel da UENP no fortalecimento da cidadania na região do Norte Pioneiro do Paraná”, disse o Reitor ao participar do Painel da UENP. “É gratificante para a extensão da UENP fazer parte do PAF-Social junto com o Tribunal de Contas do Paraná. Além do fortalecimento que tal iniciativa traz para a extensão na UENP, temos ainda o aprendizado de uma metodologia que poderá ser utilizada em outros projetos”, destacou o Pró-Reitor de Extensão e Cultura da UENP, prof. Dr. Rogério Barbosa Macedo.

Além desse Painel de Conferência, realizado em várias universidades estaduais, outro deverá acontecer ao final da fase de execução da auditoria, para examinar os principais apontamentos apresentados na Matriz de Achados, documento fundamental para consolidar as conclusões e recomendações do Relatório de Auditoria.

Além do corpo docente e discente envolvido no projeto, participaram do Painel de Referência do PAF-Social representantes do Ministério Público, dos conselhos municipais, observatórios sociais, associações de bairros, especialistas e membros da comunidade.

TRÊS ETAPAS

O PAF Social se divide em três fases. A primeira consiste numa auditoria piloto em três áreas de atuação do poder público: transporte escolar, compra de medicamentos e destinação do lixo urbano. Nesta etapa, ainda será desenvolvida uma pesquisa acadêmica, que permitirá a definição de indicadores de gestão municipal. Os temas foram sugeridos pelos próprios representantes das instituições de ensino, a partir das necessidades regionais, no trabalho preliminar desenvolvido desde o início do ano.

Na segunda etapa, a partir de 2012, serão realizadas audiências públicas regionais que indicarão áreas e programas que deverão ser objeto de fiscalização pelo Tribunal no PAF ainda em 2012. A terceira fase pretende atingir o conceito de auditoria social, modelo de fiscalização sistemática e permanente, adotado em países da América Central e marcado pela participação efetiva da comunidade.

A atuação no PAF Social será trabalhada nas atividades acadêmicas de ensino e pesquisa e incluída nas grades curriculares dos diferentes cursos das universidades e faculdades. As conclusões levantadas durante o trabalho, que será coordenado e consolidado por técnicos do Tribunal, serão reunidas em relatórios de auditoria, a serem julgados pelo Pleno da Corte, com recomendações de melhorias e correção das falhas que eventualmente venham a ser encontradas.

Os eventos – cujo calendário detalhado está disponível no link http://www.tce.pr.gov.br/servicos_paf_social.aspx?p=587149 – é aberto a todos os cidadãos interessados em conhecer e melhorar a realidade de seu município.



.....

[SITE DA FECILCAM](#)

PAF Social: técnicos do TCE-PR realizam capacitação

PRINT

08/12/2011

A Universidade Estadual do Paraná (Campus Campo Mourão/Fecilcam) participa de um projeto do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) que objetiva avaliar o desempenho das prefeituras paranaenses, o Plano Anual de Fiscalização Social (PAF Social). Para validar a sistemática de auditoria operacional que será desenvolvida, técnicos do órgão estiveram na instituição na manhã de hoje, 8.

Por meio da reunião, foram elaborados os questionários a serem aplicados às autoridades dos municipais em estudo. O projeto desenvolvido pelos professores e acadêmicos da Unespar/Fecilcam tem como proposta pesquisar o transporte escolar nos municípios de Goioerê e Araruna.

O diretor da Unespar/Fecilcam, professor Antonio Carlos Aleixo, participou da abertura do treinamento e lembrou que essa é uma das ações que a universidade realiza com a comunidade. "Entendemos que também é tarefa do ensino superior contribuir com o desenvolvimento de outros aspectos, inclusive o da administração pública".

Representantes dos municípios incluídos na pesquisa participaram do treinamento. O coordenador do projeto, professor Sérgio Luiz Maybuk, enfatizou a importância da comunidade aceitar o convite e a proposta apresentada pela instituição.



Acadêmicos, professores e representantes dos municípios acompanharam o treinamento

Durante o encontro, os representantes dos municípios puderam conhecer mais o PAF Social, o estudo em realização pela Unespar/Fecilcam e discutiram a questão sobre o transporte escolar.

Até o dia 12, os técnicos terão atendido os 270 estudantes e 30 professores das sete universidades estaduais que integram o PAF Social. O programa de auditoria social é inédito e está dividido em três fases.

Como explica o coordenador do PAF Social, Djalma Riesemberg Junior, a primeira é a auditoria piloto e o levantamento de indicadores. Na segunda etapa, que ocorrerá no próximo ano, audiências públicas regionais indicarão áreas e programas que deverão ser objeto de fiscalização pelo Tribunal no PAF Social de 2013. A terceira fase pretende atingir o conceito de auditoria social, modelo de fiscalização sistemático e permanente, adotado em países da América Central, marcado pela participação efetiva da comunidade.

.....

19/04/2012 às 19h10m

PAF Social avalia qualidade do transporte escolar nos municípios

O objetivo é avaliar a qualidade dos serviços oferecidos à população

Assessoria | Fotos: divulgação google | 91 visualizações

Plano Anual de Fiscalização Social deu início, esta semana, a uma série de atividades nas regiões de Londrina e Maringá (Norte do Estado). Objetivo é avaliar a qualidade dos serviços oferecidos à população, propondo medidas corretivas ao poder público

As reais condições do transporte escolar nos municípios paranaenses. O Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), em conjunto com alunos das universidades estaduais, está realizando uma auditoria social no setor. O objetivo é avaliar a qualidade dos serviços oferecidos à população, propondo medidas corretivas ao poder público. Nesta etapa, a fiscalização acontecerá nos municípios de Araruna, Goioerê, Barra do Jacaré e Bandeirantes.

A ação integra o Plano Anual de Fiscalização Social, que deu início, esta semana, a uma série de atividades nas cidades de Londrina e Maringá (Norte do Estado). O PAF Social envolve cerca de 300 estudantes e 50 professores das sete universidades estaduais. Suas ações se estendem por 110 municípios. Os temas das auditorias foram escolhidos pelas próprias instituições de ensino.

No caso do transporte escolar, o levantamento, executado por estudantes universitários com a supervisão de técnicos do TCE, está avaliando questões como a existência de caronas, os sistemas de gerenciamento de rotas e a identificação de ônibus, professores e alunos, entre outros aspectos. A auditoria feita pelos universitários está na fase de coleta de dados, cujo término está previsto para maio. Alguns alunos participantes do PAF Social são usuários de transporte escolar do ensino superior nos municípios.

Visita às escolas

O presidente do TCE, conselheiro Fernando Guimarães, participou, nesta semana, de ações envolvendo o projeto de auditoria social nas universidades estaduais de Maringá e Londrina. Na UEM, participou da abertura do Ciclo de Análise dos Indicadores Educacionais do Paraná, ao lado de alunos de Ciências Econômicas, Estatística, Administração e Pedagogia que integram o PAF Social.

No evento foram discutidos temas como a evolução dos gastos com educação fundamental na mesorregião norte-central do Paraná, de 2005 a 2009; recursos para financiamento da educação:

evolução legal e a prática no município de Maringá; análise exploratória dos principais estudos sobre indicadores educacionais no Brasil, no período de 2011 e 2010; e análise dos gastos no ensino fundamental municipal.

Com os alunos da UEL, onde o projeto visa levantar indicadores de gestão municipal na área da educação, Guimarães visitou a Escola Municipal Maria Carmelita Vilela Magalhães, uma das 79 escolas municipais abrangidas pelo PAF Social. Londrina tem 37 mil alunos em escolas públicas municipais. O resultado da auditoria poderá definir padrões a serem utilizados pelos demais municípios no setor.

endereço da notícia: <http://www.portaljnn.com/noticia/paf-social-avalia-qualidade-do-transporte-escolar-nos-municipios-23627.html>

.....

Site da FECEA

Fecea participa da elaboração do PAF-Social

A Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana (Fecea) já está trabalhando, em nível regional, na elaboração do Plano Anual de Fiscalização Social, conhecido por PAF-Social. O projeto é uma iniciativa do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR) e foi implantado pelo presidente do órgão, o conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, em março deste ano.

O PAF-Social tem como objetivo formar uma rede de controle composta por órgãos governamentais e não governamentais, além de segmentos representativos da sociedade. O plano será executado em três fases. Na primeira, a Fecea irá atuar na pesquisa e elaboração de indicadores de gestão na área econômica e financeira.

Nessa linha, os levantamentos para os municípios de Apucarana e microrregião abrangerão os seguintes indicadores: a) de conformidade: que medem o cumprimento de limites e critérios constitucionais e legais ou de normas e procedimentos técnicos e operacionais estabelecidos por intermédio de legislação ou definidos por instituições competentes; b) de economicidade: que está associada ao esforço de minimização de custos e medem os gastos envolvidos na obtenção dos insumos (materiais, humanos, financeiros etc.); c) de eficiência: que medem a quantidade de insumos necessários às ações que produzirão os resultados planejados; d) de eficácia: que medem o grau com que um programa atinge as metas e objetivos planejados; e) de efetividade: que medem os efeitos positivos ou negativos na realidade que sofreu a intervenção.

A equipe de trabalho é constituída pelos professores Rogério Ribeiro, diretor da Fecea, e mestre em Economia e responsável pelas disciplinas de Macroeconomia e Finanças Públicas; Tania Terezinha Rissa de Souza, mestre em Economia e responsável pelas disciplinas de Desenvolvimento Socioeconômico, Economia do Setor Público e Metodologia da Análise Econômica; e Jean Marcelo de Arruda Soato, mestre em Economia e responsável pelas disciplina de Gestão de Custos e Auditoria.

O diretor Rogério Ribeiro vem participando das reuniões de estruturação do PAF-Social desde o seu início. Ele explica que o plano tem como objetivo estratégico “o de contribuir para que o TCE/PR se torne um organismo catalisador das iniciativas voltadas ao controle e à melhoria da Gestão Pública”. Com isso, o plano busca criar oportunidades para que os cidadãos, as comunidades ou os beneficiários da ação pública assumam um papel de participação ativa.

De forma específica, o PAF-Social apresenta os seguintes objetivos: a) Criar uma rede de controle, reunindo Universidades, Conselhos Municipais e estaduais, Entidades de Classes e Observatórios Sociais, para que participem do controle do gasto público; b) Conduzir as ações de fiscalização do TCE/PR utilizando como base o mapeamento regional de prioridades realizado pela sociedade; c) Transferir aos entes representativos da sociedade metodologias direcionadas à avaliação da gestão municipal; d) Formatar e divulgar dados relativos ao gasto público, de forma a torná-los mais inteligíveis e acessíveis ao cidadão; e) Capacitar o cidadão para o exercício efetivo do controle social do gasto público de sua municipalidade; f) Fomentar a pesquisa e estimular o debate acerca do tema Gestão Pública no meio acadêmico; g) Implantar ações efetivas para monitoramento das decisões do TCE/PR acerca das prestações de contas dos gestores municipais.

Esta entrada foi postada em quarta-feira, agosto 24th, 2011 às 19:33 e é arquivada sob [Sem categoria](#) . Você pode seguir todas as respostas para esta entrada através do [RSS 2.0](#) feed. Você pode [deixar uma resposta](#), ou [trackback](#) de seu próprio sítio.

.....

SITE DA UEL

Agência UEL de Notícias

Londrina, Terça-Feira, 08 de Maio de 2012 - Busca

· Agência UEL de Notícias · Jornal Notícia

18/04/2012

TCE realiza oficina do Plano Anual de Fiscalização da UEL

Share on emailShare on printfriendlyMore Sharing Services
Agência

UEL



Presidente do TCE-

PR apresentou o PAF-Social aos integrantes do projeto

O presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), Fernando Augusto Mello Guimarães, e equipe técnica do TCE-PR estiveram nesta quarta-feira pela manhã (18/04), na Escola Municipal Maria Carmelita Vilela Magalhães, no Jardim Mazzei, para realizar uma oficina de trabalho com integrantes do Plano Anual de Fiscalização Social (PAF-Social), da UEL.

O PAF-Social é um projeto desenvolvido pelo TCE-PR em parceria com as universidades públicas para disseminar o conceito de auditoria social através de auditorias operacionais para o desenvolvimento de indicadores socioeconômicos direcionados à gestão pública. De acordo com o presidente do TCE, a iniciativa é um trabalho com foco na avaliação de políticas públicas a partir do levantamento de indicadores para que a sociedade e órgãos de controle melhorem a gestão pública. "É um grande projeto distribuído em quatro áreas: saúde, meio-ambiente, educação e gestão municipal, que envolve mais de 300 alunos das universidades estaduais de todo o Paraná", ressaltou.

Ao todo são 110 cidades de amostragem em todo o Paraná. Segundo o presidente do TCE, os relatórios e pareceres com dados e informações do projeto ficarão sob responsabilidade dos universitários e técnicos do TCE, pois terão uma força institucional. "Não é um trabalho de fiscalização, mas sim uma intervenção de auditoria social que gera informação de qualidade para a gestão pública", disse. A coleta de informações será realizada nas Secretarias Municipais de Educação de cada município alvo do projeto.

Fernando Guimarães ainda destacou a iniciativa da UEL que desenvolve o PAF-Social na área de Educação. "A escolha da UEL é um trabalho diferenciado, pois vai compatibilizar um sistema de contabilidade de custos com indicadores de avaliação escolar. É um trabalho tecnicamente fundamentado", salientou. Portanto, a ideia é a melhoria da gestão pública municipal, com a apuração de custos em instituições escolares para produção de indicadores de gestão de Escolas de Ensino Infantil e Fundamental (1º ao 4º ano), tornando como estudo o caso o município de Londrina.

Segundo o professor Sérgio Carlos de Carvalho, diretor do Centro de Estudos Sociais Aplicados (CESA) e coordenador do PAF-Social na UEL, será elaborada uma metodologia específica para o levantamento dos custos das escolas, e depois as informações serão cruzadas com os dados dos desempenhos das escolas. "Hoje são 10 alunos de várias áreas da UEL envolvidos no projeto. A ideia é que seja um projeto multidisciplinar", ressaltou. Ele explica que a coleta dos dados vai acontecer na Secretaria Municipal de Educação e na controladoria do município, além de órgãos públicos que já possuem estas informações.

O PAF-Social também propõe um modelo de alocação de gastos por escola, com relação ao desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação básica (IDEB). Outro foco da iniciativa é definir um conjunto de indicadores com dados e informações financeiras relativas aos gastos e desempenho por município, unidade escolar e aluno. Além da parceria com a Secretaria Municipal de Educação, também participam da iniciativa representantes da sociedade, de conselhos municipais, observatórios sociais e órgãos de classe.

.....

Presidente do TC abre evento do PAF Social na UEPG

por Neomil Macedo



“Vai longe o tempo em que as instituições públicas se fechavam. Hoje elas estão cada vez mais abertas ao controle da sociedade”. Com esta afirmação o presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), Fernando Augusto Mello Guimarães, abriu o “Painel de Referência” do PAF Social (Plano Anual de Fiscalização Social), nesta segunda-feira (5/11), no auditório do PDE, no Campus Universitário de Uvaranas. A Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) integra o projeto PAF Social, desenvolvido pelo TCE-PR em parceria com as universidades estaduais paranaenses, visando melhorar a gestão pública e desenvolver o conceito de auditoria social, com a participação da sociedade no controle dos gastos públicos.

Segundo Fernando Guimarães, uma das metas do PAF Social é justamente mudar a imagem que as pessoas têm do Tribunal de Contas. “Através dessa parceria queremos agregar valor ao nosso trabalho”, disse, referindo-se à massa crítica das universidades. Mais de 400 universitário de todo o Paraná participam de auditorias para verificação da qualidade dos serviços públicos prestados à população, nas áreas de transporte escolar, compra de medicamentos e destinação do lixo urbano, além da definição de indicadores de gestão municipal.



“O principal problema da gestão pública não é a corrupção, mas o desperdício de recursos em programas e ações desnecessários ou mal executados”, salienta o presidente do TC, citando alguns casos de má gestão de recursos, que em princípio, do ponto de vista da legalidade, não apresentavam problemas. “O que nós visamos é o resultado. É saber se de fato a população está sendo beneficiada”, disse Guimarães, ao enfatizar que o objetivo do PAF Social é despertar a cidadania. “Dar ao cidadão, individual ou coletivamente, ferramentas para verificar e apontar melhorias na qualidade das políticas públicas”.





O reitor João Carlos Gomes agradeceu a confiança depositada pelo Tribunal de Contas do Estado no trabalho das universidades estaduais. "É nosso dever e nossa responsabilidade, enquanto instituições públicas, dar nossa parcela de contribuição para a melhoria da qualidade dos serviços públicos", disse o reitor. A UEPG atua em duas frentes do PAF Social, com um trabalho que serve de referência, segundo o presidente do TCE. A linha de "Desenvolvimento e Análise de Indicadores de Gesto Pública" é coordenada pela professora Solange Aparecida Barbosa de Moraes Barros (Departamento de Serviço Social); enquanto a auditoria operacional em "Aquisição de Medicamentos" está sob responsabilidade do professor Sinvaldo Baglie (Departamento de Ciências Farmacêuticas). As ações envolvem alunos dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Farmácia, Jornalismo, Serviço Social e Turismo.



O coordenador do PAF Social, Djalma Riesemberg, fez uma explanação sobre os objetivos do "Painel de Referência" realizado nesta segunda-feira na UEPG, com foco na auditoria operacional de "Aquisição de Medicamentos". Segundo ele, o painel tem a tarefa de validar os

primeiros levantamentos realizados e definir a matriz de planejamento, documento que vai balizar toda a execução da auditoria. Para isso foram convidados representantes da sociedade civil organizada e órgão ligados à área da saúde, que, através da sua experiência, podem contribuir para a compreensão das questões levantadas acerca do objeto da auditoria.

TRÊS ETAPAS

O PAF Social se divide em três fases. A primeira consiste numa auditoria piloto em três áreas de atuação do poder público: transporte escolar, compra de medicamentos e destinação do lixo urbano. Nesta etapa ainda, será desenvolvida uma pesquisa acadêmica, que permitirá a definição de indicadores de gestão municipal. Os temas foram sugeridos pelos próprios representantes das instituições de ensino, a partir das necessidades regionais, no trabalho preliminar desenvolvido desde o início do ano.

Na segunda etapa, a partir de 2012, serão realizadas audiências públicas regionais que indicarão áreas e programas que deverão ser objeto de fiscalização pelo Tribunal no PAF ainda em 2012. A terceira fase pretende atingir o conceito de auditoria social, modelo de fiscalização sistemática e permanente, adotado em países da América Central e marcado pela participação efetiva da comunidade.

A atuação no PAF Social será trabalhada nas atividades acadêmicas de ensino e pesquisa e incluída nas grades curriculares dos diferentes cursos das universidades e faculdades. As conclusões levantadas durante o trabalho, que será coordenado e consolidado por técnicos do Tribunal, serão reunidas em relatórios de auditoria, a serem julgados pelo Pleno da Corte, com recomendações de melhorias e correção das falhas que eventualmente venham a ser encontradas.





.....

Site da Unicentro

PAF Social da Unicentro visitará municípios da região nas próximas semanas

20/4/2012

Projeto é parceria do Tribunal de Contas do Estado – TCE-PR, e Unicentro para levantamento de dados de investimentos educacionais em merenda e transporte escolar na região.

O Plano Anual de Fiscalização Social (PAF Social), promovido pelo TCE-PR, em parceria com a Unicentro e outras cinco universidades estaduais, inicia na próxima semana os trabalhos nos municípios, onde coletará dados sócio educacionais. Estudantes dos cursos de Administração, Economia e Contábeis, orientados pelos professores Marcel Klozovski, Diocesar Costa de Souza e João Francisco Morozini, já estão entrando em contato com as prefeituras de região para realização das parcerias e detalhamento de informações.

Na área do PAF Social da Unicentro, são coletados dados de investimentos na educação, como alunos matriculados, beneficiados com a merenda escolar, alunos transportados, quilometragem média rodada. Segundo o professor Klozovski, os dados vão cooperar com as auditorias do TCE e gerar conhecimento extra ao controle externo, interno ou social sobre os municípios paranaenses. "O projeto traduzirá dados de difícil leitura em informações salutares ao público em geral, portanto a população terá a real situação do recursos consumidos pelo município no que se refere a merenda escolar e transporte até o ano de 2010, talvez a questão mais importante seja exatamente o corte de sete anos, ou seja entre 2004 a 2010, que trará, além da situação atual, um comparativo dos anos que compõem a análise", afirmou.

Os municípios analisados e que terão as prefeituras visitadas são Guarapuava, Pitanga, Laranjeiras do Sul, Prudentópolis, Campina do Simão, Nova Laranjeiras, Inácio Martins, Boaventura de São Roque, Cândido de Abreu, Foz do Jordão, União da Vitória, Virmond, Pinhão, Turvo, Goioxim, Marquinho, Santa Maria do Oeste, Manoel Ribas, Porto Barreiro, Marquinho e Irati.

"Pretendemos coletar os dados até o final deste mês, portanto temos uma forte expectativa de acolhimento por parte dos secretários e prefeitos sobre a visita dos nosso estagiários", avaliou Klosovski.

PAF Social

A auditoria social, desenvolvida através do Plano Anual de Fiscalização Social (PAF Social) e as conclusões levantadas durante o trabalho, que será coordenado e consolidado por técnicos do Tribunal, serão reunidas em relatórios de auditoria, a serem julgados pelo Pleno da Casa, com recomendações de melhorias e correção das falhas que eventualmente venham a ser encontradas.

O trabalho terá a participação, como colaboradores, de observatórios sociais, sindicatos, organizações não-governamentais e entidades de classe, formando uma rede de controle social. O projeto tem o apoio do Promoex – Programa de Modernização dos Tribunais de Contas brasileiros.

Outras informações com o professor Marcel Klosovski, pelo telefone (42) 9965-9801 ou pelos e-mails: pafacademico@hotmail.com / comunicacaopaf@gmail.com.

.....

PORTAL DE TRIBUNAIS DE CONTAS

Quinta, 12 de Abril de 2012





Dados colhidos em campo pelos alunos das sete universidades estaduais do Paraná, que atuam no Plano Anual de Fiscalização Social integrarão relatório, que será apreciado pelo Pleno do TCE-PR. Fase prática do programa começou na terça-feira (10), em Ponta Grossa, região dos Campos Gerais

Os dados e informações colhidos no trabalho de campo realizado pelos estudantes universitários que atuam no Plano Anual de Fiscalização Social (PAF Social) no Paraná integrarão um relatório. O documento será levado, até julho, à apreciação do Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), além de ser encaminhado para discussão nas comunidades e nos conselhos municipais. A disseminação das boas práticas que venham a ser detectadas e a execução das determinações e recomendações apontadas no relatório serão acompanhadas por técnicos do Tribunal e pela própria sociedade.

O objetivo destas atividades é colaborar para o aperfeiçoamento da gestão pública. A informação é do presidente do TCE-PR, conselheiro Fernando Augusto Guimarães, e foi repassada na terça-feira (10), durante a abertura das atividades práticas do PAF Social, no Centro de Atenção à Saúde (CAS) de Uvaranas, em Ponta Grossa (Região dos Campos Gerais). O evento marcou o início da segunda etapa deste programa de auditoria social.

Desde esta terça, cerca de 300 estudantes e professores passaram a atuar, em campo, em

cem municípios do Estado, auxiliando o Tribunal paranense na fiscalização da correta aplicação do dinheiro público. Na próxima semana, o presidente do Tribunal acompanha os trabalhos das equipes em Maringá e Londrina.

Saúde

Um grupo de vinte alunos da Universidade Estadual de Ponta Grossa deu início às atividades, num trabalho que vai se estender a 40 unidades de saúde do município. O objetivo da ação é verificar como anda o atendimento à população na área de fornecimento de medicamentos pela prefeitura.

Munidos de questionários, os universitários levantaram dados em um procedimento de auditoria. Posteriormente consolidadas, as informações serão submetidas à área técnica do TCE-PR e levadas a plenário, para análise dos conselheiros. O trabalho deve ser concluído até a metade do ano. Em seguida, será apresentado em audiências públicas regionais, para a cobrança de providências de parte das autoridades envolvidas. Foram ouvidos os usuários farmacêuticos e responsáveis pela entrega e distribuição de remédios do CAS, que é o mais movimentado do município.

Aperfeiçoamento

Além da distribuição de medicamentos à população, são temas da atuação dos estudantes as condições do transporte escolar e condições de lixões e aterros, assuntos estes que foram definidos pelos próprios acadêmicos. Outras equipes estão levantando indicadores de gestão municipal nas áreas da saúde e educação, em várias regiões do Paraná.

O PAF Social é inédito no país e visa transformar a sociedade em parceira do TCE-PR na fiscalização da gestão pública. O objetivo é identificar as boas práticas administrativas e detectar as falhas, com o propósito de aperfeiçoar a qualidade dos serviços prestados à população.

.....

Jornal de Notícias

JMNews.com.br / Ponta Grossa / Distribuição de medicamentos

Distribuição de medicamentos

Publicado em 10 de Abril de 2012, às 07h30min | Autor: Da redação

Presidente do TCE participa da divulgação do PAF Social

O presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Fernando Augusto Mello Guimarães e sua equipe do projeto PAF, estará em Ponta Grossa nesta terça-feira

Tamanho da letra

Compartilhe

-
-
-
-

Imprimir

RSS

Comunicar erro

O presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Fernando Augusto Mello Guimarães e sua equipe do projeto Plano Anual de Fiscalização Social (PAF), estará em Ponta Grossa nesta terça-feira, às 10h. Ele participará da divulgação do Projeto de Auditoria em Aquisição de Medicamentos, no Centro de Atenção Social (CAS - unidade Uvaranas), administrado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

O projeto é coordenado pelo professor Sinvaldo Baglie do Departamento de Ciências Farmacêuticas/UEPG, e tem parceria com o TCE-PR). Baglie, junto com outros professores e bolsistas da instituição, estará entregando à população um questionário sobre a importância da distribuição de remédios. De acordo com o coordenador do Projeto PAF Social - Aquisição de Medicamentos na UEPG, o objetivo do projeto de auditoria na área de medicamentos é saber da população, se ele está realmente recebendo o remédio. Fernando Augusto Mello Guimarães também estará disponível para esclarecer dúvidas.

.....

CULTURA AM 560

PAF Social começa a receber dados das prefeituras

Publicado em 25/4/2012

tamanho da letra: 



O Plano Anual de Fiscalização Social (PAF Social) do Tribunal de Contas do Estado (TCE) em parceria com a Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) já está recebendo os primeiros dados com os investimentos em educação, na área de transporte dos alunos e merenda escolar dos municípios da região. O objetivo é avaliar a qualidade dos serviços oferecidos à população, propondo medidas corretivas ao poder público.

Os estagiários do PAF Social da Unicentro vão levantar dados importantes do investimento educacional na nossa região com uma leitura fácil, contribuindo com a transparência. Segundo o coordenador do projeto na Unicentro, o Professor Marcel Klosovski, o resultado vai trazer um comparativo ao investimentos de 2004 a 2010 nos municípios de nossa região. “O projeto traduzirá dados de difícil leitura em informações salutareas ao público em geral, portanto a população terá a real situação do recursos consumidos pelo município no que se refere a merenda e transporte escolar” afirmou Klosovski.

A auditoria feita pelos universitários está na fase de coleta de dados, cujo término está previsto para maio. As prefeituras tem enviado algumas planilhas via e-mail assinado pelos respectivos secretários, colaborando com o levantamento do PAF Social, outras serão visitadas para confirmar o recebimento. “Com posse dos dados, os estagiários do Projeto juntamente com os orientadores e coordenador, usarão de formulas econométricas e criarão um indicador econômico para as áreas contempladas ao projeto que será de fácil análise por parte da população” finalizou Klosovski.

Alguns alunos participantes do PAF Social são usuários de transporte escolar do ensino superior nos municípios analisados. As cidades que terão de enviar planilhas ou serem visitadas são Guarapuava, Pitanga, Laranjeiras do Sul, Prudentópolis, Cândói, Campina do Simão, Nova Laranjeiras, Inácio Martins, Boaventura de São Roque, Cândido de Abreu, Foz do Jordão, Pinhão, Turvo, Goioxim, Marquinho, Santa Maria do Oeste, Manoel Ribas, Porto Barreiro, Marquinho e Irati.

PAF Social

A auditoria social, desenvolvida através do Plano Anual de Fiscalização Social (PAF Social) e as conclusões levantadas durante o trabalho, que será coordenado e consolidado por técnicos do Tribunal, serão reunidas em

relatórios de auditoria, a serem julgados pelo Pleno da Casa, com recomendações de melhorias e correção das falhas que eventualmente venham a ser encontradas.

O trabalho terá a participação, como colaboradores, de observatórios sociais, sindicatos, organizações não-governamentais e entidades de classe, formando uma rede de controle social. O projeto tem o apoio do Promoex – programa de modernização dos Tribunais de Contas brasileiros. (Assessoria)

.....

Agência UEL de Notícias

Londrina, Quarta-Feira, 09 de Maio de 2012 - Busca

ok

· Agência UEL de Notícias · Jornal Notícias

17/04/2012

TCE faz oficina com equipe do Plano Anual de Fiscalização da UEL

Share on email Share on print friendly More Sharing Services
Agência UEL

O presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), Fernando Augusto Mello Guimarães, e equipe estarão nesta quarta-feira (18/04), às 10 horas, na Escola Municipal Maria Carmelita Vilela Magalhães, no Jardim Mazzei, para realizar uma oficina de trabalho com integrantes do Plano Anual de Fiscalização Social (PAF-Social), da UEL.

O PAF-Social é um projeto desenvolvido pelo TCE-PR em parceria com as universidades públicas para disseminar o conceito de auditoria social através de auditorias operacionais para o desenvolvimento de indicadores socioeconômicos. Segundo o professor Sérgio Carlos de Carvalho, diretor CESA e coordenador do PAF-Social na UEL, professores e alunos da Universidade fazem o levantamento dos elementos que financiam a atividade escolar para compor uma metodologia de custo por escola. "Vamos discutir as atividades e o andamento do programa, e a metodologia para auferir os custos da escola", disse.

Portanto, a ideia é a melhoria da gestão pública municipal, com atividades de apuração de custos em instituições escolares para produção de indicadores de gestão de Escolas de Ensino Infantil e Fundamental (1º ao 4º ano), tornando como estudo de caso o município de Londrina.

O PAF-Social também propõe um modelo de alocação de gastos por escola, com relação ao desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação básica (IDEB). Outro foco da iniciativa é definir um conjunto de indicadores com dados e informações financeiras relativas aos gastos e desempenho por município, unidade escolar e aluno.

Além da parceria com a Secretaria Municipal de Educação, também participam da iniciativa representantes da sociedade, de conselhos municipais, observatórios sociais e órgãos de classe.

.....

SITE UEPG

[« voltar](#)

02/12/2011 - 15h45

Presidente do TC participa de seminário do PAF Social na UEPG

por Neomil Macedo

Nesta segunda-feira (5/12), a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), recebe o presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), Fernando Augusto Mello Guimarães, para o desenvolvimento de atividades do projeto PAF Social (Plano Anual de Fiscalização Social). A UEPG desenvolve atividades em dois segmentos do projeto: "Desenvolvimento e Análise de Indicadores de Gestão Pública" e "Aquisição de Medicamentos". Na atividade desta segunda-feira, será realizado um Painel de Referência sobre a "Aquisição de Medicamentos", das 14 às 17 horas, no auditório do PDE, no Campus de Uvaranas, com a presença de autoridades do setor de saúde de Ponta Grossa e região, além de alunos, professores e técnicos do TCE-PR.

A UEPG está integrada ao PAF Social, projeto do TCE-PR que envolve as universidades estaduais com o objetivo de trabalhar com a auditoria social nas atividades acadêmicas de ensino e pesquisa. A idéia é sistematizar e traduzir dados técnicos de difícil entendimento, para melhor esclarecimento da sociedade. Na UEPG, a atividade reúne 50 pessoas, entre acadêmicos, professores e pessoal de apoio. Alunos dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Farmácia, Jornalismo, Serviço Social e Turismo recebem bolsas, para a execução dos projetos de "Desenvolvimento e Análise de Indicadores de Gestão Pública" e "Aquisição de Medicamentos".

A linha de "Aquisição de Medicamentos" tem a coordenação do professor Silvano Baglie, do Departamento de Ciências Farmacêuticas. Ele explica que atividade segue a filosofia do PAF Social, de proporcionar um entendimento melhor da gestão pública por parte do cidadão. O professor encara a participação da universidade como um desafio de gerar uma massa crítica, cobrando das autoridades a eficiência na gestão dos recursos públicos.

O "Painel de Referência" marca a validação da etapa de planejamento das atividades de Auditoria Operacional desenvolvida pelos bolsistas. Os trabalhos serão conduzidos por uma equipe do TCE, que ressalta a importância da participação das autoridades da área da saúde e sociedade ponta-grossense e regional para debater e conferir objetividade, confiabilidade, consistência e utilidade às questões de auditoria levantadas, cujos resultados poderão impactar diretamente a gestão municipal.

Em linhas gerais, o painel tem o objetivo de conferir a lógica da auditoria e o rigor da metodologia utilizada, questionando as fontes de informação, a estratégia metodológica e o método de análise utilizado, em confronto com os objetivos da auditoria. Além disso, visa orientar e aconselhar a equipe de trabalho sobre a abordagem a ser adotada pela auditoria; prover um variado conjunto de opiniões especializadas e independentes sobre o objeto de auditoria; fornecer à equipe de auditoria perspectiva abrangente sobre o objeto de auditoria; e assegurar a qualidade do trabalho e alertar a equipe sobre falhas no seu desenvolvimento/concepção.

CONVIDADOS

Entre as autoridades convidadas estão Sérgio Doszanet, Presidente do Conselho Municipal de Saúde; Valmir de Santi, Conselheiro Federal no Conselho Federal de Farmácia pelo Paraná e

professor do Departamento de Enfermagem e Saúde Pública da UEPG; Gilmar Alves do Nascimento, presidente da Associação Médica de Ponta Grossa; Juliana Longen, coordenadora executiva do Observatório Social de Ponta Grossa; José dos Passos Neto; presidente da Associação dos Farmacêuticos de Ponta Grossa; Erildo Muller; professor do Departamento de Enfermagem e Saúde Pública; Maria José Silva, do Departamento de Ciências Farmacêuticas e farmacêutica do município; Solange Barros, coordenadora PAF Social Indicadores de Gestão; Jussara Ayres Bourguignon; do Departamento de Serviço Social da UEPG; e Fuad Faraj, promotor de Defesa da Saúde Pública em Ponta Grossa.

.....

SITE FAFIPA

PAF SOCIAL - Plano Anual de Fiscalização Social - FAFIPA

Aconteceu no dia 21/9/2011 às 14h00 na sala de reuniões da Administração da Fafipa, a primeira reunião do Projeto PAF Social do Tribunal de Contas do Estado.

PAF SOCIAL - Plano Anual de Fiscalização Social - FAFIPA

Aconteceu no dia 21/9/2011 às 14h00 na sala de reuniões da Administração da Fafipa, a primeira reunião do Projeto PAF Social do Tribunal de Contas do Estado.

A reunião foi conduzida pela Coordenadora do Projeto Professora **Ronalda Cargnin** e pelos Professores Orientadores do Projeto **Patrícia Varela, Elias de Souza Júnior e Paulo Roberto de Souza Brito**. A reunião contou com a presença de 20 (vinte) acadêmicos, dos cursos de Ciências Contábeis, Administração e Enfermagem, selecionados pela Coordenação do Projeto. A reunião foi realizada para esclarecimento e cadastramento dos bolsistas. Serviu também para transmitir aos mesmos as orientações que serão repassadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, nos dias 28, 29 e 30 de setembro do corrente ano, através de vídeo conferência nas dependências desta Faculdade. Nestes dias os alunos selecionados e os professores participantes do projeto, estarão tomando conhecimento de como será desenvolvido o projeto de fiscalização desenvolvido em conjunto com o Tribunal de Contas do Estado/IES sobre a aquisição de medicamentos pelos municípios, tema atribuído pelo TCE a esta Faculdade.

Aproveitamos a oportunidade para informar que a participação nos dias 28, 29 e 30/09 é aberto a participação de todos os interessados. Acontecerá nas dependências desta Fafipa. O Diretor da FAFIPA **Prof. Antonio Rodrigues Varela Neto** reconhece a importância deste projeto para a população de Paranavaí, Direção, Professores, funcionários e alunos e solicita a participação de todos no vídeo conferência nos dias programados.

Programação

Data	Horário	Local
28/9/2011	14h00 as 18h00	Fafipa - Prédio Ed. Física/CAC
29/9/2011	14h00 as 18h00	Fafipa - Prédio Ed. Física/CAC
30/9/2011	14h00 as 18h00	Fafipa - Prédio Ed. Física/CAC

Respeitosamente

Prof. Contador **PAULO ROBERTO DE SOUZA BRITO** - Chefe da Divisão de Sistema de Informações da Fafipa

.....

SITE Peabiru.com

PAF Social inicia pesquisa de campo sobre transporte escolar na região

3/30/2012 08:52:00 PM WAGNER CRUZ [NO COMMENTS](#)



Resultado de uma parceria com o Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR), a Universidade Estadual do Paraná (Campus Campo Mourão/Fecilcam) está realizando um projeto que tem como objetivo acompanhar o transporte escolar em Araruna e Goioerê. As atividades iniciadas com treinamentos agora está na fase prática, os 20 acadêmicos bolsistas e os professores orientadores passaram a executar a pesquisa de campo.

Araruna é o primeiro a receber a equipe que continua o trabalho no local até quarta-feira. A meta é aplicar 604 questionários entre alunos e pais de alunos usuários do transporte escolar no município. Além desses, os servidores da administração municipal ligados ao setor também responderão questões sobre o assunto. Depois, os acadêmicos seguem para Goioerê quando realizam a mesma atividade.

Desde o início, várias etapas foram realizadas como a coleta de informações preliminares nas secretarias de educação dos municípios, estudos sobre o transporte escolar e as legislações existentes, discussões de como deve ser o atendimento ideal e a elaboração dos questionários.

Segundo o coordenador do projeto, professor Sérgio Luiz Maybuk, o resultado das informações coletadas nesta pesquisa deve ser encaminhado para o Tribunal de Contas na primeira quinzena de abril. "Esse levantamento permitirá que façamos a análise do que ocorre nos municípios, identificar eventuais problemas e apontar sugestões de melhorias", pontua.

O projeto integra o Plano Anual de Fiscalização Social (PAF Social), programa inédito de auditoria social que objetiva estimular o desenvolvimento de mecanismos que possibilitem a formação e manutenção de uma ampla rede de controle no Paraná.

O tema, transporte escolar, como explica o coordenador foi sugerido a partir das necessidades regionais. Já as cidades foram escolhidas porque possuem características diferentes e atendem alunos de todos níveis de ensino, desde o infantil até o superior.

Cada acadêmico participante recebe uma bolsa incentivo de R\$ 650 e são orientados também pelos professores Analéia Domingues e João Marcos Avelar. Todo o projeto terá uma duração de 10 meses

Fonte:Fecilcam.br

.....

SITE REDESUL

GERAL

Em parceria com TCE, Unicentro foca projeto em economia na educação

Projeto faz parte do PAF Social do Tribunal de Contas do Paraná.

9/2/2012



O Plano Anual de Fiscalização Social (PAF Social), promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) junto com as sete universidades estaduais, encerra, nas próximas semanas, mais uma importante etapa. Depois de encontros presenciais e palestras a distância, realizados ao longo do segundo semestre do ano passado, a coordenação do PAF Social aguarda até o próximo dia 17 a versão final dos projetos de pesquisa acadêmica.

Nesta fase, a comunicação com os grupos tem sido feita por meio de videoconferências. A ferramenta oferece dinamismo aos trabalhos e é mais propícia às conversas de aproximadamente uma hora de duração, quando ocorre a discussão dos projetos. “O objetivo do PAF Social é estimular o interesse sobre a gestão pública, tanto nos currículos universitários como em audiências públicas”, explica Djalma Riesemberg Júnior, gerente do Programa Gestão Pública, ao qual o PAF Social está vinculado.

“A expectativa é tornar semanais ou quinzenais essas reuniões, conforme a conveniência dos professores orientadores dos grupos de pesquisa ou a necessidade dos alunos”, explica o analista de controle Jorge Khalil Miski, responsável pelo acompanhamento técnico dos projetos de pesquisa. O programa, que envolve cerca de 400 estudantes, professores e colaboradores em todo Paraná, foi criado em meados de 2011.

O PAF Social permitirá que os universitários auxiliem o TCE na fiscalização, em 2012, de três áreas apontadas pelas comunidades locais como prioritárias: aquisição de medicamentos, transporte escolar e destinação de lixo urbano. Também será elaborado um quadro de indicadores de gestão pública.

Pesquisa e produtos

Atualmente, além de cooperar com as auditorias do TCE por meio de atividades de extensão universitária, os estudantes desenvolvem sete projetos de pesquisa. Com exceção do campus da Unioeste em Marechal Cândido Rondon (Oeste do Estado), onde o assunto é a saúde pública, nos outros municípios o objeto de estudo escolhido é a educação.

Em Cianorte e Maringá, por exemplo, a Universidade Estadual de Maringá (UEM) deverá investigar os fatores que podem ter mais influência no desempenho das escolas municipais, aferido por meio do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

O Ideb também está presente na fundamentação da proposta da Universidade Estadual de Londrina (UEL), qual pretende explorar o desenvolvimento de indicadores de eficiência e eficácia das escolas da região de Londrina. O trabalho poderá enveredar pelo desenvolvimento de metodologia de apuração de custos das escolas no município, ainda objeto de discussão.

Projetos na área de educação também estão sendo propostos nas outras universidades. Na Unicentro (Guarapuava), o foco é a economicidade dos gastos no setor; na Fecea (Apucarana) é a eficiência. Na UEPG (Ponta Grossa), a preocupação é desenvolver indicadores mais “amigáveis”, em conjunto com organizações sociais. Assim, permite-se à sociedade civil organizada exercer suas funções de acompanhamento da ação pública e potencializar sua capacidade de avaliação.

“Embora a definição do tema tenha sido livre, educação e saúde concentram as pesquisas, até por atraírem o maior volume de recursos públicos das prefeituras e exigirem índices mínimos de investimento”, comenta Khalil. Ele esclarece que muitas informações que o TCE detém em seus bancos de dados dão suporte aos estudos; outras serão coletadas de outras fontes ou geradas durante o trabalho de campo, por meio de entrevistas e visitas.

Com o término provável dos trabalhos em julho deste ano, as conclusões dos universitários devem também gerar conhecimento extra ao controle externo, interno ou social sobre os municípios paranaenses.

“Queremos apresentar resultados concretos, na forma de indicadores que permitam melhor avaliar as políticas públicas em cada área”, assinala Khalil.

.....

Site JORNAL DE LONDRINA

CONTROLE SOCIAL

Quanto custa um aluno?

Projeto do TCE com UEL fará mensuração dos custos do Município com o Ensino Fundamental e o aproveitamento dos recursos

19/04/2012 | 00:02 *Telma Elorza*

Alunos de diversos cursos da Universidade Estadual de Londrina (UEL) começaram a desenvolver ontem o projeto Plano Anual de Fiscalização Social (PAF Social), em parceria com o Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE). Em Londrina, o PAF Social vai mensurar como o dinheiro público direcionado à Educação está sendo investido e quanto custa uma escola e um aluno ao Município, além do aproveitamento desse investimento. Os primeiros resultados devem sair até julho.

O projeto foi lançado no ano passado pelo TCE que, através de convênio, firmou parceria com todas as universidades estaduais do Paraná, envolvendo cerca de 400 alunos com trabalhos que começaram a ser desenvolvidos em 110 cidades.

Segundo o presidente do TCE, Fernando Guimarães, que esteve em Londrina para o início do programa, a ideia é criar uma rede de controle com a participação da sociedade civil organizada, para que, juntamente com os órgãos de controle, ela exerça uma função fiscalizadora. “É um trabalho de auditoria social, de avaliação de políticas públicas, de levantamento de indicadores. Não é uma fiscalização, devassa, nas prefeituras.

Pelo contrário, este é um trabalho do TCE. Isso não significa que se, no caminho, descobirmos alguma irregularidade, iremos ignorá-la”, explica.

Segundo Guimarães, todo o projeto será coordenado e consolidado por técnicos do Tribunal e os dados serão reunidos em relatórios de auditoria, a serem julgados pelo Pleno da Corte, com recomendações de melhorias e correção das falhas que eventualmente venham a ser encontradas.

Londrina é a única cidade que está fazendo esta avaliação na Educação; as outras têm projetos em quatro grandes áreas grandes: transporte escolar, meio ambiente, saúde e gestão municipal.

Comparativos

O professor de Economia da UEL Sérgio Carvalho, coordenador do PAF Social em Londrina, diz que o grupo, formado por três professores e dez alunos de diversos cursos, vai criar uma metodologia para aferir o custo de uma escola padrão de boa qualidade. “É um projeto-piloto que, a partir de Londrina, poderá ser aplicado em qualquer município do Brasil”, diz.

Segundo ele, será feito um levantamento das várias fontes de recursos que financiam a educação do Município e fazer os comparativos do custo total: quantidade de professores, o salário deles, gasto de água, luz, material didático, alimentação, livros, etc. “Enfim, toda a condução estrutural que o aluno precisa para ter uma boa aula”, afirma.

Além disso, o grupo também vai tentar descobrir a eficiência da alocação de recursos. “Será que as escolas que têm maior custo, têm o melhor desempenho nas médias dos alunos? Se não é a escola, será que as famílias estão dando o apoio? Nossa pesquisa não entra nessa questão, mas pode abrir campos para outras pesquisas”, aponta.

Primeiros anos são cruciais

O coordenador do PAF Social em Londrina, Sérgio Carvalho diz que a rede municipal de Educação foi escolhida porque todos os pesquisadores especialistas na área apontam que o período mais crucial na

formação da criança são os anos iniciais, quando ela entra na escola, do pré-escolar ao fundamental. “E isso motiva porque a gente sabe que uma criança bem formada nos primeiros anos vai repercutir positivamente sobre a vida escolar e profissional dela. Ter bons empregos e bons salários depende desse período, que é responsabilidade dos municípios”, aponta.

A secretária municipal de Educação, Virgínia Pelisson Laço, diz que o projeto é uma interação importante da UEL com o TCE e rede municipal de ensino. Segundo ela, para o Município é interessante saber esse custo. “Dados que melhorem a educação são sempre importantes”, diz.

.....

Site HOJE CENTRO SUL

Planilhas dos investimentos vão gerar auditoria da qualidade do investimento em merenda e transporte escolar na região

Educação / 4 de maio de 2012 9:38

Centro Sul – O Plano Anual de Fiscalização Social (PAF Social) do Tribunal de Contas do Estado (TCE) em parceria com a Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) já está recebendo os primeiros dados com os investimentos em educação, na área de transporte dos alunos e merenda escolar dos municípios da região. O objetivo é avaliar a qualidade dos serviços oferecidos à população, propondo medidas corretivas ao poder público. Os estagiários do PAF Social da Unicentro vão levantar dados importantes do investimento educacional na nossa região com uma leitura fácil, contribuindo com a transparência. Segundo o coordenador do projeto na Unicentro, o Professor Marcel Klosovski, o resultado vai trazer um comparativo aos investimentos de 2004 a 2010 nos municípios de nossa região. “O projeto traduzirá dados de difícil leitura em informações salutaras ao público em geral, portanto a população terá a real situação dos recursos consumidos pelo município no que se refere à merenda e transporte escolar” afirmou Klosovski. A auditoria feita pelos universitários está na fase de coleta de dados, cujo término está previsto para maio. As prefeituras têm enviado algumas planilhas via e-mail assinado pelos respectivos secretários, colaborando com o levantamento do PAF Social, outras serão visitadas para confirmar o recebimento. “Com posse dos dados, os estagiários do Projeto juntamente com os orientadores e coordenador, usarão de formulas econométricas e criarão um indicador econômico para as áreas contempladas ao projeto que será de fácil análise por parte da população” finalizou Klosovski. Alguns alunos participantes do PAF Social são usuários de transporte escolar do ensino superior nos municípios analisados. As cidades que terão de enviar planilhas ou serem visitadas são Guarapuava, Pitanga, Laranjeiras do Sul, Prudentópolis,

Candói, Campina do Simão, Nova Laranjeiras, Inácio Martins, Boaventura de São Roque, Cândido de Abreu, Foz do Jordão, Pinhão, Turvo, Goioxim, Marquinho, Santa Maria do Oeste, Manoel Ribas, Porto Barreiro, Marquinho e Irati.

PAF

Social

A auditoria social, desenvolvida através do Plano Anual de Fiscalização Social (PAF Social) e as conclusões levantadas durante o trabalho, que será coordenado e consolidado por técnicos do Tribunal, serão reunidas em relatórios de auditoria, a serem julgados pelo Pleno da Casa, com recomendações de melhorias e correção das falhas que eventualmente venham a ser encontradas.

O trabalho terá a participação de colaboradores de observatórios sociais, sindicatos, organizações não-governamentais e entidades de classe, formando uma rede de controle social. O projeto tem o apoio do Promoex – programa de modernização dos Tribunais de Contas brasileiros.

Texto: Marcel Klosovski

Publicado na edição 617, 02 de maio de 2012

.....

PORTAL CONTROLE SOCIAL

PROJETO PAF SOCIAL – 1ª FASE – CAPACITAÇÃO

- 28 de setembro de 2011 16:34
- Portal do Controle Social
- Cursos & Concursos, Observatório Social
- no comments

0

inShare

OBJETIVO:

1. Disponibilizar às IES metodologias e práticas de controle, baseadas, sobretudo, nas técnicas de Auditoria de Natureza Operacional;
2. Estimular o desenvolvimento de indicadores de gestão municipal, a partir dos quais poderá ser constituída uma nova base de informações útil à atividade de fiscalização, ao controle interno municipal e, por fim, à sociedade.

Local do evento

Local do treinamento do Tribunal de Contas:

Bloco C-67 – Anfiteatro da Engenharia Civil

Dias 28 e 29 de setembro: das 14hs às 18hs dia 30 de setembro das 08h às 12h.

A inscrição pode ser feita via site:

endereço: www.tce.pr.gov.br

Clique: EGP

clica: eventos programados

clica: 29 e 30 de setembro - Indicadores e Auditoria Enfim, ai faz a inscrição.

.....

Blog do Maybuk

-FEIRA, 28 DE OUTUBRO DE 2011

P



FOTO- CASSIO
HENRIQUE CENIZ: DA ESQUERDA PARA DIREITA - PROFESSOR JULIANO
DOMINGUES DA SILVA; A CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ENSINO SANDRA
MARIA DO CANTO; PROFESSOR SÉRGIO LUIZ MAYBUK - CLIQUE NA FOTO
PARA AMPLIAR



FOTO- CASSIO
HENRIQUE CENIZ: DA ESQUERDA PARA DIREITA -A SECRETÁRIA DE
EDUCAÇÃO MAURA FERREIRA DOS SANTOS; PROFESSOR SÉRGIO LUIZ
MAYBUK; PROFESSOR JULIANO DOMINGUES DA SILVA; (DE COSTAS) A
CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ENSINO SANDRA MARIA DO CANTO -
CLIQUE NA FOTO PARA AMPLIAR



FOTO- CASSIO HENRIQUE CENIZ: DA ESQUERDA PARA DIREITA - PROFESSORA ANALEIA DOMINGUES; PROFESSOR SÉRGIO LUIZ MAYBUK; PROFESSOR JULIANO DOMINGUES DA SILVA; A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO FÁTIMA NEVES; A ASSISTENTE AO EDUCANDO AUREA DE OLIVEIRA LIMA; CHEFE DO ALMOXARIFADO VICENTE PIVETA - CLIQUE NA FOTO PARA AMPLIAR



FOTO- CASSIO HENRIQUE CENIZ: DA ESQUERDA PARA DIREITA - PROFESSORA ANALEIA DOMINGUES; BOLSISTA DO PROJETO ANDREIA ALBUQUERQUE; PROFESSOR SÉRGIO LUIZ MAYBUK; PROFESSOR JULIANO DOMINGUES DA SILVA; A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO FÁTIMA NEVES; A ASSISTENTE AO EDUCANDO AUREA DE OLIVEIRA LIMA; CHEFE DO ALMOXARIFADO VICENTE PIVETA - CLIQUE NA FOTO PARA AMPLIAR

No dia 25 de outubro de 2011, mais uma etapa do PAF SOCIAL (Plano anual de Fiscalização Social) foi atingida, ou seja, visita dos integrantes do Projeto PAF SOCIAL - Transporte Escolar - UNESPAR Campus Campo Mourão/Fecilcam, nas prefeituras de Araruna e Goioerê para coleta de informações.

O projeto é uma parceria do TCE - Tribunal de Contas do Estado com a SETI - Secretaria de Estado, da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, que visa contribuir por meio do controle social, nas melhorias das ações públicas municipais, no caso específico "Transporte Escolar".

O projeto em questão é de autoria dos professores Aurea Andrade Viana de Andrade e Sérgio Luiz Maybuk e está sendo coordenado pelo último e pelos professores Analeia Domingues e João Marcos Borges Avelar.

Os integrantes do projeto foram recebidos na Secretaria de Educação de Araruna pela Secretária Maura Ferreira dos Santos e pela Chefe de departamento de ensino Sandra Maria do Canto. Todas as informações solicitadas foram disponibilizadas com tranquilidade, porque o projeto visa a melhoria do transporte escolar do município.

Na Secretaria de educação de Goioerê os integrantes do projeto foram recebidos pela Secretária Fátima Neves, pela Assistente ao Educando Aurea de Oliveira Lima e pelo Chefe do Almoxarifado Vicente Piveta. Também em Goioerê a equipe foi muito bem recebida.

O jornalista Cassio Henrique Ceniz da UNESPAR Campus Campo Mourão fez matéria a respeito e enviou para toda a imprensa regional. [CLIQUE AQUI](#) para ler. Postado por [Sérgio Luiz Maybuk](#) às 15

.....

DIARIO DOS CAMPOS

Estudantes vão fiscalizar distribuição de medicamentos

Nara Souza



Publicado em: 11/04/2012 - 00:00 | Atualizado em: 07/05/2012 - 06:17

Rodrigo Covolan



Estudantes de sete universidades estaduais do Paraná começaram a atuar em campo juntamente com o Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR). O presidente da entidade, Fernando Augusto Mello Guimarães, esteve presente na solenidade de lançamento da nova fase do projeto em Ponta Grossa, no Centro de Atendimento à Saúde (CAS) em Uvaranas. Através de coletas de informações com a população e órgãos públicos, os 300 acadêmicos vão auxiliar na fiscalização da correta aplicação do dinheiro público.

Em Ponta Grossa, os temas a serem desenvolvidos pelos alunos de Farmácia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) são: a Distribuição de Medicamentos à População e o Desenvolvimento e Análise de Indicadores de Gestão Pública. Assuntos como o transporte escolar, lixões e aterros, foram designados para as demais universidades do estado. Os temas foram definidos pelos próprios universitários.

Segundo a assessoria de comunicação do TCE-PR, a nova fase do programa, denominado Plano Anual de Fiscalização Social (PAF Social), foi iniciada com o treinamento dos universitários para a prática da auditoria e definição de áreas. O presidente do TCE, Fernando Augusto Mello Guimarães, explica que o programa é uma iniciativa inédita no país, e tem como objetivo, através dos acadêmicos, transformar a sociedade em parceira do TCE.

“Posso dizer que, em cinco anos de edições do Paf Social, tive minhas expectativas superadas. Vejo nos jovens um comprometimento muito grande com relação ao processo de fiscalização do uso do dinheiro público”, relata. Guimarães afirma ainda que o CAS de

Uvaranas foi escolhido para ser o local de lançamento da nova fase do programa por ser considerado um dos principais centros de saúde da cidade.

.....

Site TCE/PR

Universitários de todo o Paraná se preparam para atuar em auditoria social

Acadêmicos das sete universidades estaduais integrantes do Plano Anual de Fiscalização Social (PAF Social) recebem capacitação nas mais variadas áreas do conhecimento. Universidade Estadual de Ponta Grossa tem atividades programadas até novembro



PAF Social motiva os estudantes

Alunos das sete universidades estaduais do Paraná se preparam para atuar no programa inédito de auditoria social lançado em setembro pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR). Com a participação dos acadêmicos, o Plano Anual de Fiscalização Social (PAF Social) vai definir indicadores de gestão municipal e promover auditorias nas áreas de transporte escolar, compra de medicamentos e destinação do lixo urbano.

Atualmente, os alunos e professores selecionados como monitores estão recebendo treinamento para atuar neste projeto de auditoria social. A Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), por exemplo, desenvolveu treinamentos internos para os alunos de Economia, Ciências Contábeis, Serviço Social, Turismo, Administração, Jornalismo e Farmácia e tem atividades previstas até o fim de novembro.

Projetos

Para a professora de Serviço Social da instituição, Solange Barros, esses treinamentos auxiliam os alunos a se familiarizar com as normas para o desenvolvimento dos projetos. "Esperamos melhorar e contribuir com as ações já desenvolvidas pelo TCE e pela comunidade", observa ela. "As questões referentes à pesquisa precisam estar claras na cabeça dos alunos".

Em Ponta Grossa, a equipe de estudantes recebeu treinamento para a utilização do portal periódico da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). O portal serve como auxílio na busca de projetos desenvolvidos no país que sigam a linha do PAF Social. O curso foi ministrado pela mestranda do programa em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG, Maristela Carneiro, e teve duração de três horas.

Os alunos também receberam instruções sobre a construção da pesquisa documental, com o professor Constantino Ribeiro de Oliveira Júnior. Ele explicou as possibilidades existentes na pesquisa e a melhor forma de desenvolvê-las. Trouxe conceitos chaves para a discussão em grupo, como fichamento, resenha e resumo, numa capacitação que teve duração de três horas.

Normas

Outro treinamento foi relativo às normas técnicas da ABNT, ministrado pela bibliotecária Maria Luzia dos Santos. O objetivo da apresentação é evitar erros simples na elaboração de pesquisas e projetos e, principalmente, ensinar os alunos a utilizar o caderno de normas criado pela UEPG como instrumento de trabalho. Também nesta semana ocorreu uma exposição sobre os princípios e legislação da administração pública, com o professor Michel Samaha, integrante do projeto.

No próximo dia 31 terá início o curso a distância de Avaliação de Políticas Públicas e Indicadores, com as professoras Lenir Mainardes e Solange Barros, com duração total de 22

horas. A programação se estende até o fim de novembro, com um novo curso a distância, desta vez sobre Gestão Pública Municipal, com a professora Selma Schons. A duração será de 25 horas.

Formação

A UEPG reconhece a importância da iniciativa do TCE e compreende a necessidade de incorporação das diferentes áreas de ensino na execução do projeto. Isso significa aplicar diferentes formas de conhecimento e realizar um efetivo trabalho em equipe.

“É a oportunidade de reunir experiências pontuais, que servirão de embasamento para a formação dos alunos envolvidos. Dessa forma, os municípios podem determinar normas e novas formas de trabalho, enquanto a universidade desperta em sua comunidade a importância da auditoria social”, explica o reitor da instituição, João Carlos Gomes.

Texto:

Nilson

Pohl

Foto:

Divulgação

Coordenadoria de Comunicação Social TCE/PR

.....

Site FECILCAM

Fecilcam adere programa junto ao Tribunal de Contas

PRINT

30/08/2011

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) lançou oficialmente ontem, 29, o Plano Anual de Fiscalização Social (PAF Social). O programa busca ampliar a participação do cidadão na fiscalização e avaliação do gasto público. O diretor da Universidade Estadual do Paraná (Campus Campo Mourão/Fecilcam), professor Antonio Carlos Aleixo, participou do lançamento confirmando a parceria da instituição com o programa.

As sete universidades estaduais paranaenses assinaram o termo de cooperação, no qual alunos e professores atuarão no levantamento e avaliação de informações em quatro auditorias piloto (nas áreas de transporte escolar, compra de medicamentos e destinação do lixo urbano) e uma pesquisa acadêmica (construção de indicadores de gestão municipal).

Com a adesão, a partir de 2012, o PAF Social poderá integrar o Universidade sem Fronteiras, programa da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI) que fomenta financeiramente projetos inovadores de

extensão universitária por meio de bolsas de estudo.

Além dos reitores e outros representantes das instituições de ensino, o ato reuniu diretores e técnicos do Tribunal envolvidos no projeto. “As universidades são parceiros qualificados para qualquer ação de governo e de entidades que lidam com a gestão pública”, destacou o conselheiro Ivan Bonilha.

O PAF Social foi dividido em três fases. A primeira é a auditoria piloto nas três áreas e o levantamento de indicadores. Na segunda etapa, em 2012, audiências públicas regionais indicarão áreas e programas que deverão ser objeto de fiscalização pelo Tribunal já no PAF do próximo ano. A terceira fase pretende atingir o conceito de auditoria social, modelo de fiscalização sistemático e permanente, já adotada em países da América Central, marcado pela participação efetiva da comunidade.



As sete universidades estaduais do Paraná aderiram ao programa

** Com informações do TCE-PR*

.....

Site da UEM

Presidente do TCE-PR participa de evento na UEM



17 de abril de 2012



Na tarde desta terça-feira, 17, o presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Fernando Augusto Mello Guimarães, participou da abertura do Ciclo de Análise dos Indicadores Educacionais do Paraná na Universidade Estadual de Maringá. O evento teve a participação dos alunos de ciências econômicas, estatística, administração e pedagogia da UEM.

O presidente Fernando Mello fez um agradecimento aos alunos por participarem do Plano Anual de Fiscalização Social (PAF Social). O PAF Social tem o objetivo de avaliar como estão sendo administradas as verbas públicas nos 399 municípios e no governo estadual.



No evento foram discutidos temas como: Evolução dos gastos com educação fundamental na mesorregião norte central do Paraná de 2005 a 2009; Recursos para financiamento da educação: evolução legal e a prática no município de Maringá –PR; Análise exploratória dos principais estudos sobre indicadores educacionais no Brasil no período de 2011 e 2010; e Análise dos gastos no ensino fundamental municipal. Ao todo mais de 100 pessoas participaram do ciclo de análise.

.....

site ODIARIO.COM

Publicidade

Tribunal de Contas do Paraná promete 388 fiscalizações no ano

Ao final deste ano, o Tribunal de Contas do Paraná (TCE-PR) espera ter concluído, ao menos, 388 procedimentos de fiscalização, o equivalente a mais de um por dia, em

todas as regiões do Estado. O número – atualizado até esta quarta-feira (25 de maio) – pode aumentar, caso indícios de irregularidades no uso do dinheiro público sejam informados pela imprensa ou denunciados pela população.

Qualquer cidadão pode encaminhar denúncias, reclamações, sugestões ou solicitações ao Tribunal de Contas. Para isso, basta entrar no ícone da Ouvidoria, no canto direito da página do TCE na internet, em www.tce.pr.gov.br. Outro caminho é usar a linha gratuita, pelo 0800-6450645.

A situação dos contratos de radares e pedágios e do Instituto Médico Legal no Paraná são exemplos recentes de como a sociedade pode enriquecer o Programa Anual de Fiscalização. “Sempre que imprensa, cidadão e organismos da sociedade detectarem problemas ou irregularidades, o Tribunal estará aberto a ouvir e averiguar”, garante o presidente, conselheiro Fernando Guimarães.

Segurança pública e Oscips

O Regimento Interno do TCE prevê cinco procedimentos de fiscalização: auditoria, inspeção, levantamento, acompanhamento e monitoramento. Ao longo de 2011, serão 223 procedimentos em órgãos estaduais. Começou neste mês e se encerra em setembro, por exemplo, uma série de seis inspeções para avaliar a estrutura das delegacias regionais da Polícia Civil. Elas integram as 18 fiscalizações previstas na Secretaria de Segurança Pública, a serem realizadas pela 5ª Inspeção de Controle Externo.

Cada trabalho envolve, pelo menos, dois servidores do TCE e pode motivar uma ou mais viagens a localidades fora de Curitiba, sede do órgão. É o caso da região Norte, onde os trabalhos da 7ª Inspeção junto às universidades estaduais de Maringá (17 viagens) e de Londrina (14 viagens) concentram o maior número de deslocamentos entre as fiscalizações no âmbito estadual.

As 16 fiscalizações em instituições de ensino superior do Paraná respondem por um quarto das mais de 400 viagens previstas em 2011. O total de deslocamentos considera também os 165 procedimentos em municípios e órgãos públicos intermunicipais.

Alguns trabalhos resultam de decisões em que o Tribunal identificou omissão ou falhas graves na prestação de contas. É o caso de dez auditorias, entre elas a que avaliará se a Secretaria de Saúde de Curitiba construiu de forma eficaz e econômica o Hospital da Gerontologia, voltado ao paciente idoso.

Já as Prefeituras e Câmaras de Vereadores de dez municípios estão na lista dos trabalhos da Diretoria Jurídica (Dijur) para constatar eventuais irregularidades no quadro de servidores públicos. Araucária e Campo Magro, na Região Metropolitana de Curitiba, Foz do Iguaçu (Oeste) e Pato Branco (Sudoeste) figuram como os maiores centros urbanos onde será apurado o mau uso ou excesso de cargos comissionados, entre outras práticas lesivas.

Os repasses ao terceiro setor também estão na mira do Tribunal de Contas. É o caso das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips), beneficiadas com recursos públicos, mas com graves problemas ao prestar contas. O TCE considerou a reincidência de falhas, o volume da verba conveniada e outros agravantes e selecionou

22 entidades. As fiscalizações neste segmento serão conduzidas pela Diretoria de Análise de Transferências do Tribunal.

Copa do Mundo

O transporte, a habitação e os preparativos para a Copa de 2014 em Curitiba motivam pelo menos outras oito fiscalizações do Tribunal. Quatro delas se dedicarão a melhorias financiadas com empréstimo de organismos internacionais. O binário das Ruas Chile e Guabirota, os assentamentos da Companhia de Habitação (Cohab), o projeto da linha azul do metrô, ligando a Cidade Industrial ao Bairro Santa Cândida, e a continuidade das obras da Linha Verde são alguns projetos de infraestrutura que estão sendo avaliados.

Engenheiros e arquitetos do TCE também acompanham, em 2011, como está a recuperação ambiental e a ampliação da Rede Integrada de Transportes da Capital. A intenção é coibir o desperdício de recursos nestas e em outras intervenções para receber a Copa do Mundo, daqui a três anos.

De acordo com a coordenadora de Auditorias do Tribunal, Luciane Ferraz Bortolini, todo esse trabalho será monitorado para, a partir do segundo semestre, possibilitar um diagnóstico atualizado dos procedimentos de fiscalização. “Cada fiscalização possui um foco específico, mas o relatório gerencial, comum a todas, é um desejo organizado de cumprir as metas e dar um retorno à sociedade”, explica.

Luciane prevê que, num segundo momento, as conclusões iniciais e anotações dos técnicos serão reunidos num único banco de dados, a exemplo do que acontece no controle dos atos de pessoal, atos mensais de gestão municipal e transferências voluntárias. “Caso isso seja viável, o gerenciamento do PAF ficará mais eficiente e os custos logísticos envolvidos, com transporte e diária, ainda menores”, prevê ela.

PAF Social

Em paralelo ao PAF, o TCE está desenvolvendo, junto com as universidades estaduais paranaenses, o Plano Anual de Fiscalização Social (PAF Social). Iniciado este ano, o projeto prevê a participação direta do cidadão na indicação de programas públicos que devem merecer atenção especial do Tribunal em seu trabalho de fiscalização. Além das instituições de ensino superior, ele é integrado pelos observatórios sociais, entidades de representação profissional e outros organismos da sociedade civil.

Atualmente, o PAF Social está na fase de construção do projeto piloto. As universidades indicaram quatro áreas prioritárias para a atuação do TCE: transporte escolar, compra de medicamentos, tratamento do lixo urbano e indicadores de gestão municipal.

Da Assessoria de Imprensa do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

.....

PAF Social será lançado hoje em Carambeí

Acontece hoje, às 13h30, em Carambeí, no auditório da Biblioteca Municipal, a primeira reunião do Plano Anual de Fiscalização Social (PAF Social), uma iniciativa do Tribunal de Contas do Estado Paraná (TCE-PR) em parceria com a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). De acordo com a assistente social e secretária executiva do conselho de Assistência Social, Daniella Chem, no Município foram convocados para a reunião os conselhos municipais de Saúde e Assistência Social. A primeira reunião servirá para a equipe da UEPG, através de representantes do departamento de Ciências Sociais Aplicadas, apresentar o projeto e iniciar os trabalhos. Daniella ressalta que a ação é um fortalecimento do papel do controle social que os conselhos devem exercer associado ao desenvolvimento da gestão pública municipal. A iniciativa do Tribunal paranaense é pioneira

.....

FECEA NEWS – 21/03/12

Diretor Rogério Ribeiro cumpre agenda em Curitiba nesta terça-feira



Professor Rogério Ribeiro, diretor da Fecea: discussão de assuntos de interesse da faculdade em Curitiba

O professor Rogério Ribeiro, diretor da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana (Fecea), participará nesta terça-feira, das 8h30 às 12 horas, de uma reunião no Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR), em Curitiba. Representando a Universidade Estadual do Paraná (UEPR), da qual a Fecea faz parte, Rogério Ribeiro discutirá a participação das instituições de ensino superior do Paraná no Plano Anual de Fiscalização Social (PAF Social). Idealizado pelo TCE-PR, o PAF Social tem como objetivo ampliar a participação da sociedade no acompanhamento da aplicação dos recursos públicos no Paraná.

A reunião será comandada pelo presidente do TCE, Fernando Guimarães, e contará com a presença de integrantes da equipe técnica do órgão, além de dirigentes de todas as universidades estaduais do Estado. Rogério Ribeiro será o único representante da UEPR no encontro na capital do Estado.

Como participante do PAF Social, a Fecea atuará na fiscalização dos órgãos estaduais e também das prefeituras de Apucarana e região. Rogério Ribeiro afirma que esse trabalho contará com a participação de professores e também de estudantes da instituição. O diretor observa que vai apresentar na reunião a experiência de Apucarana no Observatório Social. Rogério Ribeiro é vice-presidente de Controle Social do órgão no Município, que atua no acompanhamento de licitações na prefeitura local.

No encontro desta terça-feira, o conselheiro Fernando Guimarães detalhará como funcionará o projeto e como será exatamente a participação das instituições de ensino. O presidente do TCE antecipou, durante encontro realizado no começo deste mês em Curitiba, na Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti), que o PAF Social não tem o objetivo principal de fiscalizar – no sentido estrito de apontar e apurar irregularidades – como estão sendo administradas as verbas públicas nos 399 municípios e no governo estadual. “O PAF Social é um projeto que quer identificar, se possível, em cada região do Paraná, onde o dinheiro público pode ser melhor desembolsado, levando em consideração, sempre, os anseios da sociedade”, declarou o conselheiro.

Ainda nesta terça-feira à tarde, Rogério Ribeiro discutiu a proposta de incorporação da Faculdade Municipal Cidade Educação (Faced) pela Fecea, aprovada em audiência pública em Apucarana, com o secretário Alípio Leal.

Ainda nesta terça-feira à tarde, Rogério Ribeiro discutiu a proposta de incorporação da Faculdade Municipal Cidade Educação (Faced) pela Fecea, aprovada em audiência pública em Apucarana, com o secretário Alípio Leal.

REUNIÃO NA SETI

Nesta quarta-feira, durante todo o dia, o diretor da Fecea participará de uma reunião na reitoria da UEPR. Serão discutidos vários assuntos, como o andamento da Universidade Estadual do Paraná e a criação, organização e funcionamento do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais do Paraná (CRUEP), entre outros temas.

.....

PORTAL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL

Quinta, 01 de Setembro de 2011





As sete universidades

estaduais paranaenses passam a integrar, oficialmente, a rede de controle social das contas públicas. No último dia 29, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) e as instituições de ensino superior assinaram convênio, dando início, oficialmente, ao Plano Anual de Fiscalização Social (PAF Social). Firmado o acordo, 400 universitários, de todo o Paraná, participarão de auditorias nas quais será verificada a qualidade dos serviços públicos prestados à população.

O PAF Social é uma iniciativa do TCE-PR que busca ampliar a participação do cidadão na fiscalização e avaliação do gasto público. O objetivo é criar uma rede de controle unindo instituições de ensino, organizações não-governamentais, conselhos sociais, sindicatos e associações de classe. A partir de 2012, o plano poderá integrar o Universidade sem Fronteiras. O programa da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná fomenta financeiramente projetos inovadores de extensão universitária por meio de bolsas de estudo.

O PAF Social foi dividido em três fases. A primeira delas consiste numa auditoria piloto em três áreas de atuação do poder público: transporte escolar, compra de medicamentos e destinação do lixo urbano. Desta etapa faz parte, ainda, uma pesquisa acadêmica, que permitirá a definição de indicadores de gestão municipal. Os temas foram sugeridos pelos próprios representantes das instituições de ensino, a partir das necessidades regionais, no trabalho preliminar que é desenvolvido desde o início do ano.

Capacitação

Na segunda etapa, com implantação prevista para o ano que vem, audiências públicas regionais indicarão áreas e programas que deverão ser objeto de fiscalização pelo Tribunal no PAF ainda em 2012. A terceira fase pretende atingir o conceito de auditoria social, modelo de fiscalização sistemática e permanente, adotado em países da América Central e marcado pela participação efetiva da comunidade.

Ainda em setembro, os participantes do PAF Social receberão treinamento na metodologia de

Auditoria Operacional (AOP) desenvolvida pelo TCE. A capacitação será dada por teleconferência, a partir de Curitiba, e captada em polos de recepção nas universidades. A atuação no PAF Social será trabalhada nas atividades acadêmicas de ensino e pesquisa e incluída nas grades curriculares dos diferentes cursos das universidades e faculdades. As conclusões levantadas durante o trabalho, que será coordenado e consolidado por técnicos do Tribunal, serão reunidas em relatórios de auditoria, a serem julgados pelo Pleno da Corte, com recomendações de melhorias e correção das falhas que eventualmente venham a ser encontradas.

Cidadania

“O principal problema da gestão pública não é a corrupção, mas o desperdício de recursos em programas e ações desnecessários ou mal executados”, afirmou Guimarães. “O objetivo do PAF Social é despertar a cidadania. Dar ao cidadão, individual ou coletivamente, ferramentas para verificar e apontar melhorias na qualidade das políticas públicas.”

Na solenidade, o presidente esclareceu que o TCE não está transferindo para a sociedade a atividade de fiscalização, que é sua obrigação constitucional. Pelo contrário: o objetivo do projeto é fazer com que o cidadão, por meio dos instrumentos de exercício do controle social, indique ao Tribunal como a atuação do órgão pode ser mais eficaz, gerando os resultados esperados.

Assinaram o termo de cooperação os reitores das Universidades Estaduais de Londrina (UEL), Nádina Aparecida Moreno; de Maringá (UEM), Júlio Santiago Prates Filho; do Oeste do Paraná (Unioeste), Alcibíades Luiz Orlando; do Centro-Oeste (Unicentro), Vitor Hugo Zanette; de Ponta Grossa (UEPG), João Carlos Gomes; e do Norte do Paraná (Uenp), Eduardo Meneghel Rando. Também firmaram o documento os diretores de três campi da Universidade Estadual do Paraná (Unespar): Rogério Ribeiro, da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana; Antônio Rodrigues Varela Neto, da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí; e Antônio Carlos Aleixo, da Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão.

Experiência

Alcibíades Orlando, reitor da Unioeste e presidente da Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Públicas, destacou a importância da capilaridade das universidades estaduais no sucesso do PAF Social. Segundo ele, hoje pelo menos 150 municípios paranaenses são diretamente beneficiados por ações universitárias. “Temos uma grande experiência acumulada a oferecer, por exemplo, nas áreas de tecnologia de reciclagem de lixo, georreferenciamento e logística de transporte escolar”, afirmou.

Para a reitora da Universidade Estadual de Londrina, Nádina Aparecida Moreno, o PAF Social é um projeto muito importante não só porque permite a inclusão da cidadania no controle dos recursos públicos. Ele também oferece condições de aprimoramento da atividade acadêmica, beneficiando os estudantes a partir de um contato prático com a realidade social de cada

região.

Ela destaca que vários setores da UEL, à primeira vista não afeitos às áreas da gestão e da contabilidade públicas, como Jornalismo, Biblioteconomia e Relações Públicas, contribuirão com as ações de fiscalização e auditoria. “Temos uma coordenação geral e vários subprojetos, que serão agregados a este grande projeto”, explicou.

.....

Informativo UEM

TCE e universidades se unem para o PAF Social

No último dia 22, o reitor, Júlio Santiago Prates Filho, esteve em Curitiba, para um reunião no Tribunal de Contas do Estado. O assunto discutido foi a formação de um conselho gestor para definir atribuições e funções no Plano Anual de Fiscalização Social (PAF Social). O encontro aconteceu quinze dias após o presidente do Tribunal, conselheiro Fernando Guimarães, sugerir aos reitores das sete universidades estaduais a participação da academia no controle social do dinheiro público.

Guimarães esclareceu que o PAF Social não tem o objetivo de apontar e apurar irregularidades, mas avaliar como estão sendo administradas as verbas públicas nos 399 municípios e no governo estadual. “A ideia não é que as universidades substituam o Tribunal em suas atribuições, mas trazer a academia, os estudantes e a sociedade para atuar no controle social. A sociedade, após estudos preliminares e com o respaldo institucional nosso, escolherá as áreas e programas governamentais que devem merecer maior atenção do TCE, de acordo com as peculiaridades de cada região”.

A reunião contou com a presença de cerca de 50 pessoas. Da UEM, estavam presentes a coordenadora do Câmpus Regional do Noroeste, Alciony da Cunha Alexandre; a coordenadora do Câmpus Regional de Goioerê, Irene Kimura; e o professor do Departamento de Ciências Contábeis, José Santo Dal Bem Pires. No dia 16 deste mês, na terceira reunião do grupo, as universidades indicarão seus representantes para o grupo gestor do PAF Social. No encontro, esses profissionais apresentarão propostas de trabalho e conhecerão a “Battani”. Plataforma de informática desenvolvida pela UFPR e o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea-PR), ela permite o acompanhamento da gestão pública por meio da comparação de indicadores técnicos, em áreas como educação, saúde, saneamento básico, sistemas viário e de energia.

Fonte: Coordenadoria de Comunicação Social TCE/PR - Jean Luiz Féder

.....

PARANA ON LINE – 16/02/2012

16/02/2012 às 16:56:49 - Atualizado em 16/02/2012 às 17:19:37

UEPG levantará indicadores de gestão pública de municípios

Redação

A partir de março, estudantes de diversos cursos da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) vão levantar, junto a dez prefeituras da região dos Campos Gerais, em parceria com o Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), indicadores de gestão pública daqueles municípios.

A ação integra o Plano Anual de Fiscalização Social (PAF Social), criado pelo órgão de controle, que envolve sete universidades estaduais, dentro da diretriz de implantar a auditoria social adotada pelo Tribunal para estimular a participação do cidadão na fiscalização do gasto público.

Nesta quinta-feira, estudantes e professores da UEPG tiveram reunião de trabalho no TCE para definir as últimas diretrizes do projeto, ao mesmo tempo em que conheceram a atuação do órgão e assistiram à sessão do Pleno. Recebido pelo presidente do TCE, conselheiro Fernando Guimarães, o grupo explicou que, em paralelo, executará um projeto de capacitação de conselheiros tutelares e que a UEPG está implantando uma linha de pesquisa com foco na auditoria social.

Além do encontro com o presidente, o grupo da UEPG - formado por dois professores e 16 estudantes - foi recebido pela diretora-geral do Tribunal, Simone Manassés, que expôs as atribuições do órgão; pela coordenadora-geral em exercício, Eliane Senhorinho; pelo procurador-geral do Ministério Público de Contas; Laerzio Chiesorin Júnior; pelo diretor de Contas Municipais, Mário Cecatto e pela equipe responsável pelo PAF, que é coordenada pelo analista de controle Djalma Riesemberg Júnior.

Poder à cidadania

"Acreditamos que a ação de vocês possibilitará gerar informações de qualidade para que os órgãos de controle, não apenas o TCE, mas os conselhos, observatórios e demais entidades sociais, possam ter instrumentos para melhor avaliar as políticas públicas", disse o presidente do Tribunal. "Não existe cidadania sem informação e vocês estarão dando poder à cidadania", completou. Ao abrir a sessão do Pleno, Guimarães destacou a presença dos visitantes e comemorou o fato de que o tema da auditoria social foi incluído na grade curricular da UEPG.

O professor Michel Samaha, que coordena o projeto na universidade, destacou a importância da atuação conjunta com o TCE. "Esse trabalho é, para o mundo acadêmico como um diamante bruto, a ser lapidado, e complementa ações que nossa instituição já vinha adotando", afirmou.

"O PAF Social é uma oportunidade única para os universitários realizarem um trabalho não apenas como alunos, mas como cidadãos. Esse é o grande diferencial do programa", afirmou Riesemberg Júnior, gerente do Programa Gestão Pública, ao qual o PAF Social está vinculado.

As informações são da Assessoria do Tribunal de Contas do Estado.

.....

<http://globo tv.globo.com/rpc/parana-tv-1a-edicao-londrina/v/tribunal-de-contas-do-estado-ganha-reforco-na-fiscalizacao-de-gastos-da-educacao/1909234/>

<http://www.youtube.com/watch?v=SxY0uS4Cm7s>

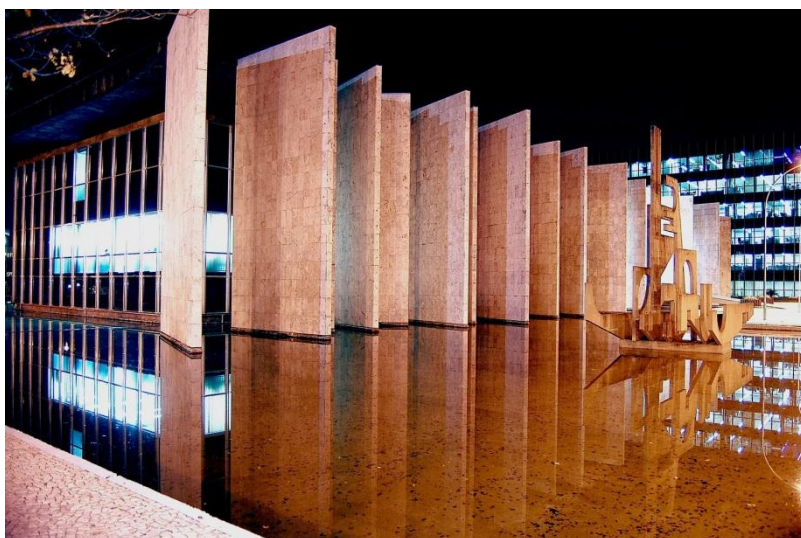
<http://globo.com/rpc/parana-tv-1a-edicao-ponta-grossa/v/servicos-publicos-vo-passar-por-avaliacao-do-tribunal-de-contas-do-parana/1896905/>

SITE TCE-BA

Quarta, 09 Maio 2012



Servidores do TCE/BA conhecem PAF Social do Paraná



No segundo dia de visita ao

TCE/PR (8.05), o ouvidor Paulo Figueiredo e o assessor de Comunicação Social Marcos Navarro conheceram o PAF Social – Plano Anual de Fiscalização Social, desenvolvido pela área daquele Tribunal voltada para o Controle Social. A equipe, composta pelos servidores Ricardo Alpendre, Djalma Riesemberg e Carolina Marcelino, contou parte da experiência vivenciada por professores e estudantes universitários no trabalho de auditoria dos municípios paranaenses em áreas temáticas como Transporte Escolar (Educação), Medicamentos (Saúde) e Resíduos Sólidos Urbanos (Meio Ambiente).

Por meio de um projeto de concessão de bolsas a estudantes e professores das nove universidades estaduais do Paraná, a equipe conseguiu a adesão de 300 alunos e docentes que atuam nas áreas de Economia, Administração, Direito e Ciências Contábeis. A primeira etapa consistiu em definir o Termo de Referência para balizar os trabalhos. O passo seguinte foi criar a estrutura: montar as equipes com as universidades, definir as atividades, promover treinamentos e cursos a distância. Saliente-se que, o modelo empregado para o desenvolvimento do trabalho é o mesmo de uma Auditoria Operacional – AOP.

De acordo com Ricardo Alpendre, gerente do projeto, o PAF Social vem tendo uma boa aceitação na comunidade acadêmica. "A experiência trouxe o envolvimento do meio acadêmico em várias áreas de conhecimento. Professores e alunos passaram a conhecer a dinâmica do Tribunal", explicou. A equipe destacou ainda que a atuação do conselheiro presidente do TCE/PR, Fernando Guimarães, foi crucial para a aceitação do projeto. "O presidente levou a

ideia às prefeituras envolvidas e isso foi muito importante para o avanço do projeto", disse Djalma Riesemberg.

As etapas de treinamento e planejamento do PAF Social foram definidas entre agosto e dezembro de 2011, e a divulgação dos resultados em audiências públicas está prevista para o segundo semestre de 2012. No mesmo dia, Paulo Figueiredo e Marcos Navarro conheceram o trabalho desenvolvido pela Escola de Gestão Pública, que capacita servidores públicos municipais e estaduais em três vertentes básicas: Aposentadoria, Previdência Social e Prestação de Contas. Em 2011, a Escola de Contas capacitou cerca de 13 mil servidores, inclusive gestores.

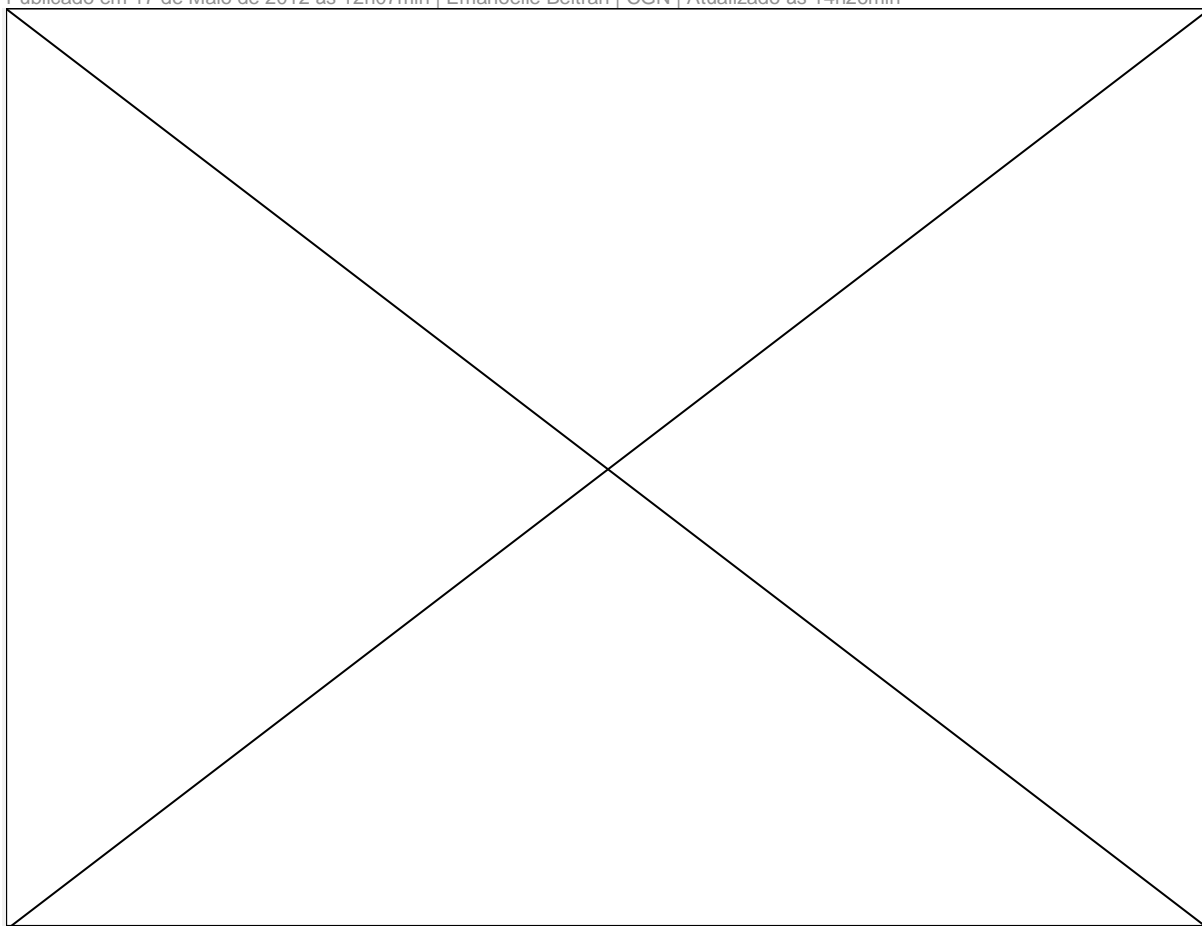
.....

18/05 – CGN.uol.com.br

Grupo apresenta pesquisa sobre educação à população

Os resultados preliminares da enquete realizada em Cascavel estão sendo apresentados no calçadão da avenida Brasil...

Publicado em 17 de Maio de 2012 às 12h07min | Emanuelle Beltran | CGN | Atualizado às 14h26min





O presidente do Tribunal de Contas do Estado, o conselheiro Fernando Guimarães, a coordenação geral do Projeto PAF (Plano Anual de Fiscalização) Social, além de alunos e professores da Unioeste, campus de Cascavel e Marechal Cândido Rondon, estão concentrados nesta quinta-feira (17) no Centro da cidade, em frente a catedral para apresentar resultados preliminares de uma enquete realizada pela Instituição.

A enquete aborda as condições gerais da educação em Cascavel, questionando a população sobre os principais problemas do setor no município, sobre a relação entre investimento e qualidade, entre outros aspectos. Além da divulgação dos resultados prévios, o grupo está concluindo a aplicação dos questionários com a população.

.....

18/05 – site Globo.com - ParanaTv

<http://g1.globo.com/videos/parana/paranativ-2educacao/t/cascavel/v/estudantes-fazem-avaliacao-sobre-educacao-em-cascavel/1952230/>

.....

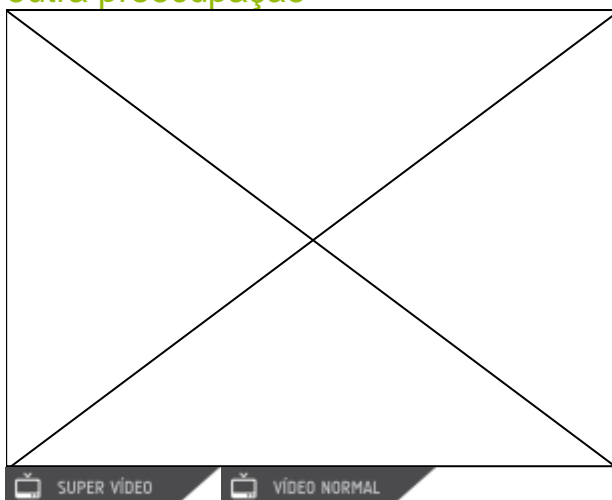
18/05 – Jornal da Catve – catve.tv

Cascavel - 17/05/2012 13h19 - Atualizado em 17/05/2012 17h29



Unioeste em parceria com o TCU fiscaliza educação

A avaliação começou com os investimentos, mas a população revelou outra preocupação



A educação de Cascavel está sob avaliação. Esse foi o tema escolhido pela Unioeste para desenvolver a pesquisa do plano anual de fiscalização social em parceria com o Tribunal de Contas do Estado. A escolha foi baseada no alto investimento público.

A avaliação começou com foco nos investimento do município no setor, mas quando a pesquisa chegou até a população revelou uma demanda inesperada.

A parte final da pesquisa foi desenvolvida na manhã desta quinta-feira (17) com a aplicação de um questionário para a população.

O jornal da Catve mostrou ontem uma denúncia de um professor que está sendo ameaçado por um aluno. A avaliação deve ser concluída ainda este semestre, os indicadores ficarão à disposição da população, que também tem o dever de fiscalizar as ações públicas.



.....
<http://www.cbncascavel.com.br/>

18/05/12
.....

Site TCEPR

Notícias

PAF Social apresenta primeiros resultados práticos na Região Oeste

Avaliação prévia do trabalho realizado nesta semana na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) mostrou os principais problemas das áreas de educação e saúde, levantados pelos universitários em Cascavel e Marechal Cândido Rondon



Cascavel: 600 questionários

Começam a aparecer os primeiros resultados do Plano Anual de Fiscalização Social (PAF Social). O programa inédito de auditoria social, que o Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) implantou em conjunto com as sete universidades estaduais, envolve 110 municípios. Uma avaliação prévia do trabalho realizado nesta semana na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) mostrou os principais problemas das áreas de educação e saúde, levantados pelos universitários em Cascavel e Marechal Cândido Rondon.

“O Plano Anual de Fiscalização Social, que realizamos em conjunto com mais de 300 alunos e 30 professores, mostra a importância da sociedade participar do controle do uso dos recursos públicos e já nos aponta caminhos”, destacou o presidente do TCE, conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães. Ele informou que até julho a primeira etapa do projeto estará concluída.

Auditorias e definição de indicadores de gestão municipal nas áreas de educação, saúde e meio ambiente serão transformados em relatórios pelos participantes, sob orientação dos técnicos do TCE. Posteriormente, estes documentos serão submetidos à apreciação do Plenário do Tribunal. Na sequência, serão apresentados à avaliação da comunidade em audiências públicas.

Cascavel

Em Cascavel, Guimarães acompanhou a fase final da aplicação de pesquisa junto à população para avaliar a educação municipal. O presidente do TCE também coordenou um evento na Unioeste para avaliar os primeiros resultados do PAF Social, que na região envolve 55 municípios. Embora ainda não concluída, a pesquisa, com cerca de 600 questionários aplicados nos três terminais urbanos da cidade, mostrou que a falta de

segurança é considerado, pela população, o maior problema da educação municipal.

Em segundo lugar aparecem os problemas de infraestrutura nas escolas, seguidos da falta de qualificação dos professores. O trabalho, que tem a coordenação do professor Elias Garcia, também está definindo indicadores de gestão municipal. Participaram da apresentação do projeto, que teve na audiência membros do Observatório Social de Cascavel, os professores Ronaldo Bulhões e Adir Otto Schmidt.

Rondon

No *campus* da Unioeste em Marechal Cândido Rondon, além da definição dos indicadores, uma auditoria avalia a distribuição de medicamentos à população pela prefeitura. Os primeiros resultados do trabalho apontam diversos problemas, como o fato de a relação dos remédios não ter sido aprovada pelos profissionais da saúde e não atender aos médicos de forma satisfatória. Foram detectadas, ainda, falhas nos estoques, manutenção dos medicamentos e licitações para aquisição de remédios.

Apesar de investir cerca de R\$ 1 milhão na distribuição de medicamentos no ano passado, Rondon foi considerado o pior município do Paraná na relação de Indicadores de Desempenho do Sistema Único de Saúde, o SUS. A pesquisa, no município, é coordenada pelos professores André Fernando Hein e José Angelo Nicássio.

Nicássio destacou, na apresentação, que o projeto de auditoria social vai mudar o conceito da auditoria, mostrando que o controle de gastos públicos é também de responsabilidade da sociedade. O professor destacou a imagem do Tribunal de Contas, que abre suas portas à participação da sociedade.

A avaliação do PAF Social na região Oeste foi também acompanhada pela coordenação do projeto junto ao TCE, representada pelos técnicos Djalma Riesemberg Junior e Ricardo Alpendre.

Texto:

Nilson

Pohl

Foto:

Wagner

Araújo

Coordenadoria de Comunicação Social TCE/PR

.....

22/06/12 – site TCE/PR

Universitários apresentam resultados do projeto de auditoria social no dia 5



Universitários: Participação

Conteúdo dos painéis, que serão apresentados em solenidade no Canal da Música, em Curitiba, será referendado pelo plenário do TCE. Posteriormente, será discutido em audiências públicas nos polos regionais do Paraná. Com base nos estudos, serão apresentadas recomendações aos gestores públicos

O projeto de auditoria social do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), que envolve cerca de 350 estudantes e professores das sete universidades estaduais do Paraná, terá sua primeira fase encerrada no próximo dia 5 de julho, às 19h, no Canal da Música, em Curitiba. Na ocasião, os participantes do Plano Anual de Fiscalização Social (PAF Social) vão apresentar painéis contendo os resultados do trabalho de auditoria social e de levantamento de indicadores de gestão pública realizado em 110 municípios do Estado.

O resultado dos painéis será referendado pelo plenário do TCE. Posteriormente, será discutido em audiências públicas nos polos regionais do Paraná. Na oportunidade, serão apresentadas recomendações aos gestores públicos acerca das conclusões obtidas.

“Vamos receber o resultado do trabalho, analisar, submeter aos conselheiros e depois levar para as comunidades, a fim de sensibilizar os governos sobre a necessidade da adoção de procedimentos que venham a corrigir erros e práticas administrativas”, explica o presidente do TCE, conselheiro Fernando Guimarães.

O projeto, que é inédito no país, apontará resultados de auditorias realizadas, com o apoio e participação da comunidade acadêmica, nas áreas de resíduos sólidos urbanos, aquisição e distribuição de medicamentos e transporte escolar. Também serão apresentados os resultados dos indicadores de gestão pública definidos nas áreas de educação e saúde. Os temas foram sugeridos pelas próprias universidades.

Participação

“Estamos colocando, em definitivo, a sociedade a participar da fiscalização do correto emprego do dinheiro público, integrando as universidades, os observatórios sociais e as entidades de classe ao trabalho que o TC já realiza. É o primeiro passo para desenvolver, na sociedade paranaense, o princípio de que cada cidadão precisa ser responsável pelo controle da correta aplicação do imposto que paga”, explica o conselheiro Guimarães.

Participam do projeto as Universidades Estaduais de Londrina (UEL), de Maringá (UEM), do Oeste do Paraná (Unioeste), do Centro-Oeste (Unicentro), de Ponta Grossa (UEPG), e do Norte do Paraná (Uenp). Também atuam na auditoria social alunos e professores da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Paranaíba e da Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão.

Texto:

Nilson

Pohl

Foto:

Wagner

Araújo

Coordenadoria de Comunicação Social TCE/PR

.....

CULTURA FM – 28/06/12

<http://www.cultura93fm.com.br/noticia.asp?id=16655>

.....

Rede Sul de notícias – 18/06/12

18/6/2012

PAF Social visita Candói e Cantagalo

Projeto do TCE e Unicentro levanta dados de investimentos educacional.



O Plano Anual de Fiscalização Social (PAF Social), promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) em parceria com a Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) e outras cinco universidades estaduais estará nesta terça-feira (19) nos municípios de Candói e Cantagalo para coletar dados dos investimentos da prefeitura em transporte e merenda escolar. O encontro será as 10h00 no paço municipal.

Os estudantes dos cursos de administração, economia e contábeis, orientados pelos professores Marcel Klozovski, Diocesar Costa de Souza e João Francisco Morozini e técnicos do TCE, já entraram em contato com as prefeituras de região via telefone para realização das parcerias e detalhamento de informações. A visita é para conversar e selar parcerias com municípios como Pitanga e Manoel Ribas

para coleta dos dados sócio educacionais.

São dados de investimentos na área da educação, como alunos matriculados, beneficiados com a merenda escolar, alunos transportados, quilometragem média rodada com os estudantes. Segundo o professor Marcel Klozovski, os dados vão cooperar com as auditorias do TCE e gerar conhecimento extra ao controle externo, interno ou social sobre os municípios paranaenses. “O projeto traduzirá dados de difícil leitura em informações salutares ao público em geral, portanto a população terá a real situação do recursos consumidos pelo município no que se refere a merenda escolar e transporte, até o ano de 2010, talvez a questão mais importante seja exatamente o corte de sete anos, ou seja entre 2004 a 2010, que trará além da situação atual, um comparativo dos anos que compõem a análise” afirmou Klozovski.

PAF Social

A auditoria social, desenvolvida através do Plano Anual de Fiscalização Social (PAF Social) e as conclusões levantadas durante o trabalho, que será coordenado e consolidado por técnicos do Tribunal, serão reunidas em relatórios de auditoria, a serem julgados pelo Pleno da Casa, com recomendações de melhorias e correção das falhas que eventualmente venham a ser encontradas.

O trabalho terá a participação, como colaboradores, de observatórios sociais, sindicatos, organizações não-governamentais e entidades de classe, formando uma rede de controle social. O projeto tem o apoio do Promoex – programa de modernização dos Tribunais de Contas brasileiros.

.....

PARANA CENTRO – SITE – 18/06/12

Tijolão - 18/06/2012 PAF Social da Unicentro e Tribunal de Contas visitam Pitanga



O Plano Anual de Fiscalização Social (PAF Social), promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) em parceria com a Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) e outras cinco universidades estaduais, estará, na terça-feira, 19 de junho, no município de Pitanga, para coletar dados dos investimentos da Prefeitura em transporte e merenda escolar. O encontro será, às 13h00, no paço municipal.

Os estudantes dos cursos de Administração, Economia e Contábeis, orientados pelos professores Marcel Klozovski, Diocesar Costa de Souza e João Francisco Morozini, e técnicos do TCE, entraram em contato com as prefeituras de região via telefone para realização das parcerias e detalhamento de informações. A visita é para conversar e selar parcerias com municípios como Pitanga e Manoel Ribas para coleta dos dados sócio educacionais.

São dados de investimentos na área da educação, como alunos matriculados, beneficiados com a merenda escolar, alunos transportados, quilometragem média rodada com os estudantes. Segundo o professor Marcel Klozovski, os dados vão cooperar com as auditorias do TCE e gerar conhecimento extra ao controle externo, interno ou social sobre os municípios paranaenses.

“O projeto traduzirá dados de difícil leitura em informações salutaras ao público em geral, portanto, a população terá a real situação dos recursos consumidos pelo município no que se refere à merenda escolar e transporte, até o ano de 2010. Talvez, a questão mais importante seja exatamente o corte de sete anos, ou seja, entre 2004 a 2010, que trará, além da situação atual, um comparativo dos anos que compõem a análise”, afirmou Klozovski.

PAF Social

A auditoria social, desenvolvida por meio do Plano Anual de Fiscalização Social (PAF Social), e as conclusões levantadas durante o trabalho, que será coordenado e consolidado por técnicos do Tribunal, serão reunidas em relatórios de auditoria, a serem julgados pelo Pleno da Casa, com recomendações de melhorias e correção das falhas que eventualmente venham a ser encontradas.

O trabalho terá a participação, como colaboradores, observatórios sociais, sindicatos, organizações não-governamentais e entidades de classe, formando uma rede de controle social. O projeto tem o apoio do Promoex (Programa de Modernização dos Tribunais de Contas Brasileiros).

.....

CARAMBEÍ.PR.GOV.BR – 11/05/12

Carambeí recebe equipe do PAF Social

Sexta, 11/05/2012 - 10:36 — Emerson (não verificado)

Conselheiros reuniram-se na Biblioteca

Membros dos Conselhos municipais de saúde e assistência social em Carambeí reuniram-se nesta semana para levantar pelo menos cinco situações-problemas, e chegar a um indicador, um parâmetro para cada um e o acompanhamento e controle social. Desde o último dia 5, no Paraná e região, dados e informações estão sendo colhidas no trabalho de campo realizado pelos estudantes universitários que atuam no Plano Anual de Fiscalização Social (PAF Social) no Paraná que integrarão um relatório apurado. O documento será levado, até julho, à apreciação do Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), além de ser encaminhado para discussão nas comunidades e nos conselhos municipais. A disseminação das boas práticas que venham a ser detectadas e a execução das determinações e recomendações apontadas no relatório serão acompanhadas por técnicos do Tribunal e pela própria sociedade.



Conforme a secretária municipal de Assistência Social em Carambeí – Arina Kuippers Aardoom, o objetivo destas atividades é colaborar para o aperfeiçoamento da gestão pública, o evento marcou o início da segunda etapa deste programa de auditoria social.

Durante a reunião em Carambeí foram levantados os indicadores pelos conselheiros de Carambeí - da Assistência Social e da Saúde para melhorar o controle social no município. Os alunos da UEPG, dos cursos da área de humanas e Ciências Sociais, do Departamento de Serviço Social serão agora os responsáveis pela sistematização dos dados até o mês de julho. Até o final do ano outro objetivo do programa é o de identificar o perfil dos Conselheiros

municipais. Conforme seu porte, cada município vai levantar as suas necessidades nas políticas de saúde (SUS) e da assistência social (SUAS).

Em Carambeí estiveram presentes também as coordenadoras do PAF Social através da UEPG - Solange Barros e Lenir Mainardes. Segundo a Secretária Executiva do Conselho Municipal de Assistência Social Daniela Chen “é preciso que os conselhos trabalhem não somente no papel de fiscalizar, mas também no papel de acompanhar e repassar as ações dos conselhos municipais”. Daniela destacou ainda que o CRAS deve ser a porta de entrada para encaminhar os serviços da rede de proteção social básica da cidade como o GADAC, a Escolar, a Casa Padre Theodorus Koppe e outras.

Carambeí a partir da análise das situações problema. A UEPG está integrada ao PAF Social, projeto do TCE-PR que envolve as universidades estaduais com o objetivo de trabalhar com a auditoria social nas atividades acadêmicas de ensino e pesquisa. A idéia é sistematizar e traduzir dados técnicos de difícil entendimento, para melhor esclarecimento da sociedade. Na UEPG, a atividade reúne 50 pessoas, entre acadêmicos, professores e pessoal de apoio. Alunos dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Farmácia, Jornalismo, Serviço Social e Turismo recebem bolsas, para a execução dos projetos de “Desenvolvimento e Análise de Indicadores de Gestão Pública”.

.....

CONTANDO PARA VOCÊ – TCE

PAF Social apresenta resultados



Nesta quinta e sexta-feira (dias 5 e 6) um grande seminário encerra a primeira fase do Plano Anual de Fiscalização Social. Na ocasião, os participantes do PAF Social vão apresentar painéis contendo os resultados do trabalho de auditoria e de levantamento de indicadores de gestão pública realizado em 110 municípios do Estado. O projeto envolve cerca de 350 estudantes e professores das sete universidades estaduais do Paraná.

As inscrições para o evento, chamado Projeto PAF Social – Resultados e Futuro, são gratuitas e devem ser feitas pelo site do Tribunal. A abertura do encontro será feita pelo presidente do TCE, conselheiro Fernando Guimarães, na quinta às 19 horas. Em seguida, o jornalista e escritor Caco Barcellos dará conferência sobre o tema Auditoria e Controle Social: o Uso das Redes Sociais. Barcellos é apresentador do programa Profissão Repórter, da Rede Globo.

Na sexta (6) pela manhã, entre as 8h30 e as 13 horas, serão apresentados painéis contendo os resultados do trabalho de auditoria social. Na edição deste ano, foram analisados três temas: gestão do lixo, compra e distribuição de medicamentos e transporte escolar, além de definidos critérios para a criação de um índice de qualidade da gestão pública. Os temas foram sugeridos pelas próprias universidades.

MPC completa 50 anos



Membros e servidores do órgão ministerial do TCE

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná está comemorando 50 anos de atuação. Na avaliação do atual procurador-geral do órgão, Elizeu de Moraes Corrêa, a instituição oferece contribuição fundamental às atividades do TCE. “Desempenhamos um papel essencial à função de controle externo da administração pública, na busca de um aparelho estatal cada vez mais probo, democrático e transparente”, destaca.

O jubileu de ouro da instituição, também conhecida como Ministério Público de Contas (MPC), ocorre num momento especial: O Tribunal é comandado por um servidor com origens no órgão. O atual presidente do TCE, conselheiro Fernando Guimarães, ingressou no TCE em junho de 1994, aprovado em primeiro lugar no primeiro concurso para procurador. “Ao lançar os olhos por essa trilha histórica, não posso deixar de sentir um imenso orgulho de ter integrado o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas”, declara Guimarães.

Entre os próximos objetivos do MPC está a criação do cargo de diretor-geral e a implantação definitiva do Regimento Interno, que dará ao órgão mais instrumentos de atuação. Criado em junho de 2011, o RI teve aplicação imediata garantida por liminar judicial, mas o mérito do processo ainda aguarda julgamento.

Gestores com contas irregulares

Está à disposição do público a lista dos gestores públicos com contas julgadas irregulares. Este ano, o documento contém os nomes de 1.098 administradores, relacionando 1.630 ocorrências. A Justiça Eleitoral adota a lista como um dos critérios para definir se os candidatos ao pleito de outubro deste ano serão considerados inelegíveis ou não.

O relatório está disponível no site do TCE na internet, no banner “Acesso à Informação”, que fica no menu à direita da página. Após clicar no ícone, o internauta deve acessar, no menu que se abrirá à esquerda, no penúltimo item: “Gestores públicos com as contas julgadas irregulares”. Qualquer cidadão poderá consultar não só os nomes, mas os acórdãos relativos a cada processo.

A definição sobre a validade ou não do registro das candidaturas é da Justiça Eleitoral, que vai atuar por meio de 206 juizes. Em sua decisão, os magistrados levam em consideração os pareceres do Ministério Público Eleitoral.

Servidor assume secretaria estadual



Moura: novo controlador interno

Carlos Eduardo de Moura, inspetor do Controle Externo do TCE, é o mais novo integrante do Poder Executivo estadual. No último dia 13, o governador Beto Richa assinou o decreto que o nomeou para o cargo de secretário especial do Controle Interno. Cadu, como é mais conhecido entre os colegas do Tribunal, assumiu a função em lugar de Mauro Munhoz, que também é servidor da Corte e retornou ao órgão.

Com quase vinte anos de TCE, Cadu afirmou que continuará com o trabalho que vem sendo desenvolvido na pasta. Segundo ele, é possível aplicar a experiência adquirida na análise das contas públicas, aprimorando cada vez mais o fluxo de informações e qualidade dos processos.

Afinal de CONTAS



1.098

é a quantidade de gestores com contas julgadas irregulares, incluídos na lista encaminhada pelo TCE à Justiça Eleitoral, este ano.

REDE DE CONTATOS



Interinstitucional



Maior controle sobre os inativos

O registro, controle e administração da folha de servidores inativos do Paraná conta, agora, com um importante estímulo. O TCE e o ParanaPrevidência firmaram convênio pelo qual se comprometem a estreitar a troca de informações, a compartilhar parte de suas bases de dados e soluções tecnológicas.

A cooperação técnica, que não trará custo adicional ao contribuinte, objetiva o fortalecimento das ferramentas de fiscalização dos recursos públicos. A prevenção de ilícitos, no exame de processos por ambos os órgãos públicos, é outro foco do acordo. Tribunal de Contas e ParanaPrevidência designarão um servidor cada para coordenar a parte operacional do trabalho.

Resultados de auditoria social realizada com universitários serão divulgados nesta semana

Jornalista Caco Barcellos fará palestra de abertura do evento, que será realizado no Canal da Música, em Curitiba, nos dias 5 e 6 de julho, e tem inscrições abertas pela internet. Conteúdo do trabalho será apreciado pelo plenário do Tribunal e tema de audiências públicas regionais



Caco Barcellos: redes sociais

O projeto de auditoria social do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), que envolve cerca de 350 estudantes e professores das sete universidades estaduais do Paraná, terá sua primeira fase encerrada em evento nos próximos dias 5 e 6 de julho, no Canal da Música, em Curitiba. As inscrições para o evento, chamado *Projeto PAF Social – Resultados e Futuro*, são gratuitas e devem ser feitas pelo [site do Tribunal](#).

Na ocasião, os participantes do Plano Anual de Fiscalização Social (PAF Social) – um projeto inédito no País – vão apresentar painéis contendo os resultados do trabalho de auditoria social e de levantamento de indicadores de gestão pública realizado em 110 municípios do Estado.

A abertura do encontro será feita pelo presidente, conselheiro Fernando Guimarães, na quinta (5), às 19 horas. Em seguida, o jornalista e escritor Caco Barcellos dará conferência com o tema Auditoria e Controle Social: o Uso das Redes Sociais. Autor de livros como *Rota 66 – A História da Polícia que Mata* e *Abusado*, Barcellos é apresentador do programa *Profissão Repórter*, da Rede Globo.

Na sexta (6) pela manhã, entre as 8h30 e as 13 horas, serão apresentados painéis contendo os resultados do trabalho de auditoria social e de levantamento de indicadores de gestão pública realizado pelo PAF Social. Na auditoria social, foram analisados três temas: gestão do lixo, compra e distribuição de medicamentos e transporte escolar. Os indicadores envolvem as áreas de saúde e educação. Os temas foram sugeridos pelas próprias universidades.

Audiências públicas

O resultado dos painéis será referendado pelo plenário do TCE. Posteriormente, será discutido em audiências públicas nos polos regionais do Paraná. Na oportunidade, serão apresentadas recomendações aos gestores públicos acerca das conclusões obtidas. “Vamos receber o resultado do trabalho, analisar, submeter aos conselheiros e depois levar para as comunidades, a fim de sensibilizar os governos sobre a necessidade da adoção de procedimentos que venham a corrigir erros e práticas administrativas”, explica o presidente do TCE, conselheiro Fernando Guimarães.

“Estamos colocando, em definitivo, a sociedade a participar da fiscalização do correto emprego do dinheiro público, integrando as universidades, os observatórios sociais e as entidades de classe ao trabalho que o TCE já realiza. É o primeiro passo para desenvolver, na sociedade paranaense, o princípio de que cada cidadão precisa ser responsável pelo controle da correta aplicação do imposto que paga”, explica Guimarães.

Participam do projeto as universidades estaduais de Londrina (UEL), de Maringá (UEM), do Oeste do Paraná (Unioeste), do Centro-Oeste (Unicentro), de Ponta Grossa (UEPG), e do Norte do Paraná (Uenp). Também atuam na auditoria social alunos e professores da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana (Fecea), Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Paranaíba (Fafipa) e da Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão (Fecilcam).

.....

Auditoria social estimula cidadania e fortalece controle público no Paraná

Universitários e professores de sete instituições estaduais de ensino superior enaltecem experiência do PAF Social. Proposta do Tribunal de Contas, inédita no País, promove conhecimento e inspira participação popular sobre o uso de dinheiro público



Bruna e Lorena: Experiência

Um universitário que, há pouco mais de um ano, jamais tinha entrado em um órgão público, celebra hoje os ganhos profissional e pessoal proporcionados por uma iniciativa de auditoria social inédita no Brasil, organizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR). Eduardo Perin da Silva, 23 anos, aluno de Administração em Paranavaí (Região Noroeste), esteve no Canal da Música, em Curitiba, na manhã desta sexta-feira (6 de julho), entre os cerca de 350 professores e estudantes de nível superior participantes do Plano Anual de Fiscalização Social (PAF Social) – a iniciativa do TCE reúne as sete universidades estaduais e abrange 110 municípios paranaenses.

“A sociedade se apropria do que é público e exerce, efetivamente, o seu papel de cidadão. O PAF despertou em mim esse gosto pelo controle social”, conta o jovem, ao descrever a experiência de atuar no programa de auditoria local. Pela Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí, integrante da Universidade Estadual do Norte do Paraná (Unespar), o programa reuniu 24 alunos e cinco professores, dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Enfermagem, Geografia e História. Eles fiscalizaram, ao longo dos últimos meses, a logística municipal da rede pública de saúde na compra e distribuição de medicamentos.

“A forma descentralizada de atendimento das Unidades Básicas de Saúde foi uma surpresa positiva. Embora existam falhas no sistema de controle dos medicamentos, é uma estrutura bem inteligente para o acesso cômodo do usuário”, observa o estudante. Para o filósofo e professor de História da Fafipa, Elias de Souza Júnior, a seriedade do projeto trouxe bons resultados aos alunos. “O grande ganho foi o envolvimento em um aspecto sério da política. Eles estão mais preparados para o acompanhamento dos assuntos públicos”, comenta.

O aspecto transdisciplinar da auditoria social, na avaliação das professoras Patrícia Varela e RONALDA CARGNIN, permitiu aos acadêmicos extrapolar suas áreas de estudo. “Os de Enfermagem entendiam o receituário dos medicamentos, mas ignoravam a sua logística. Os de Administração e Contábeis dominavam questões de gestão e orçamento e agora puderam ver na prática o resultado para a saúde pública”, expressa Varela, titular do curso de Administração. “É um grande estímulo ao pensamento público, cidadão”, completa a outra docente.

O diretor da Fafipa, Antonio Varela, juntou-se à caravana de Paranavaí e declarou-se um entusiasta da iniciativa do TCE. “A satisfação em participar é imensa”, relata,

destacando que, entre o grupo de estudantes, seis sequer conheciam a capital paranaense. “Vejo um brilho diferente no olhar deles. Um reflexo dessa vontade de aprender e crescer.”

Lixo e transformação

É com ambição que as colegas de Pedagogia, Bruna Jacinto e Lorena Freiberg, alunas do campus da Universidade Estadual do Norte do Paraná (Uenp) em Cornélio Procópio, encaram o atual momento de consolidação dos relatórios do PAF Social. “Tem sido uma ótima experiência. Esse projeto tem que continuar”, diz a primeira acadêmica, que sugere futuras iniciativas de fiscalização no âmbito educacional. “As crianças representam a sinceridade, a consciência, são os agentes de transformação do amanhã”, defende Bruna.

Lorena diz que adentrar o lixão municipal despertou sensações contraditórias. “Você se comove com a situação, mas ao mesmo tempo se revolta pela carência de políticas públicas, desde a coleta seletiva até a falta de punição, com multas, contra a negligência com o lixo”, pondera a acadêmica. Conforme os painéis expositivos de cada grupo de fiscalização universitário iam sendo apresentados no evento do TCE, crescia a sensação de familiaridade e similaridade com relação às fragilidades dos municípios nas três áreas pesquisadas – medicamentos, lixo urbano e transporte escolar.

Rede de controle social

Sobre Cornélio Procópio, onde residem cerca de 47 mil pessoas, o diagnóstico do professor de Botânica Rodrigo de Souza Poletto, levado ao Canal da Música é contundente. “Não é só o governo estadual e o prefeito que erram. É a nossa comunidade inteira”. O trabalho local de auditoria produziu mais de 300 registros fotográficos, 67 fichas de observação e um retrato da faixa etária, perfil de renda e escolaridade completo dos 521 entrevistados ouvidos em sondagem de opinião. “Aos garis faltam cursos de qualificação, enquanto que catadores padecem de baixíssima escolaridade”, apontou o professor.

Algo similar ao observado em Pinhalão (Região do Norte Pioneiro), segundo o testemunho do docente de Agronomia no campus local da Uenp, Mauro Januário. “Falta um plano de gestão de resíduos sólidos, mas também, maior consciência sobre a coleta e separação do lixo, conservação e uso das lixeiras”, declarou, durante a exposição dos resultados de 152 questionários aplicados no município com pouco mais de 6 mil habitantes.

A surpresa positiva, de acordo com o professor, tem sido a receptividade da gestão municipal em relação ao recomendado pelo grupo da auditoria. Fenômeno que, nas palavras de Djalma Riesemberg, um dos seis servidores do TCE envolvidos a fundo no PAF Social, fortalece a percepção contemporânea de que observatórios sociais, conselhos municipais, prefeituras, instituições de ensino e controle e sociedade em geral devem se aliar pela cidadania.

A receita para transparência, ética, qualidade e tempestividade dos serviços públicos, nas palavras do analista de controle, é muito simples: “Rede de controle não é um, são vários, somos todos nós”.

Audiências

públicas

O resultado dos painéis será referendado pelo plenário do TCE. Posteriormente, será discutido em audiências públicas nos polos regionais do Paraná. Na oportunidade, serão apresentadas recomendações aos gestores públicos acerca das conclusões obtidas. “Vamos receber o resultado do trabalho, analisar, submeter aos conselheiros e depois levar para as comunidades, a fim de sensibilizar os governos sobre a necessidade da adoção de procedimentos que venham a corrigir erros e práticas administrativas”, explica o presidente do TCE, conselheiro Fernando Guimarães.

“Estamos colocando, em definitivo, a sociedade a participar da fiscalização do correto emprego do dinheiro público, integrando as universidades, os observatórios sociais e as entidades de classe ao trabalho que o TCE já realiza. É o primeiro passo para desenvolver, na sociedade paranaense, o princípio de que cada cidadão precisa ser responsável pelo controle da correta aplicação do imposto que paga”, explica Guimarães.

Participam do projeto as universidades estaduais de Londrina (UEL), de Maringá (UEM), do Oeste do Paraná (Unioeste), do Centro-Oeste (Unicentro), de Ponta Grossa (UEPG), e do Norte do Paraná (Uenp). Também atuam na auditoria social alunos e professores da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana (Fecea), Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Paranaíba (Fafipa) e da Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão (Fecilcam).

Texto: Coordenadoria de Comunicação Social TCE/PR
Fotos: Rubens Nemitz Jr.

.....

Site do TCE – 09/07/12

Auditoria social aponta falhas na gestão de lixo, medicamentos e transporte escolar

Conclusões de levantamento realizado pelo TCE com o apoio de 350 estudantes e professores das sete universidades estaduais do Paraná serão apresentadas aos cidadãos em audiências públicas

Os primeiros resultados da inédita auditoria social realizada pelo Tribunal de Contas com a participação de 350 alunos e professores das sete universidades estaduais paranaenses foram apresentados nesta sexta-feira (6 de julho). Mais de 400 pessoas participaram do encontro, no Canal da Música, em Curitiba.



Auditório do Canal da Música

No total, o Plano Anual de Fiscalização Social (PAF Social), analisou a realidade de 130 municípios, de todas as regiões do Estado. Foram realizadas auditorias nas áreas de gestão do lixo (em Cornélio Procópio e Pinhalão), compra e distribuição de medicamentos (Ponta Grossa, Paranaíba e Marechal Cândido Rondon) e transporte escolar (Bandeirantes, Barra do Jacaré, Goioerê e Araruna). Informações de outros 121 municípios foram utilizadas na

construção de indicadores de gestão nas áreas de saúde e educação.

A escolha dos temas partiu dos universitários, que realizaram cerca de 1.100 entrevistas, com usuários e gestores dos serviços – o trabalho foi incluído na grade dos cursos, como projetos de pesquisa e extensão. Os relatórios deverão ser consolidados até o final de julho. Numa avaliação preliminar, o analista de controle Djalma Riesemberg Júnior, gerente do programa Gestão Pública – ao qual o PAF Social está ligado – diz que os problemas se repetem em todas as regiões do Estado.

Na gestão do lixo, as principais falhas são os baixos índices de coleta seletiva e de reciclagem, a falta de um plano de gestão de resíduos (conforme prevê a Lei Federal 12.305/10) e até mesmo a falta de lixeiras em ruas e praças. Os principais problemas na gestão de medicamentos são as más condições de armazenamento e erros no planejamento das compras e na distribuição, o que faz com que os produtos percam a validade antes de chegar à população.

Na área do transporte escolar, as maiores falhas são sucateamento dos ônibus, falta de equipamentos essenciais (como cinto de segurança) e uso dos veículos para outras finalidades, como viagens e transporte de pessoas que não são estudantes.

Acesso à Informação

Os relatórios consolidados serão apreciados pelo Pleno do TCE. No segundo semestre, serão divulgados e debatidos em audiências públicas regionais. Os gestores públicos dos municípios avaliados receberão recomendações e terão um prazo de até 90 dias para apresentar planos de ação para corrigir as falhas. O TCE vai monitorar a eficácia dessas medidas.

Na avaliação do presidente do TCE, conselheiro Fernando Guimarães, idealizador do PAF Social, a principal conclusão do trabalho é de que o volume de dinheiro investido nem sempre se reflete na qualidade da ação pública. Segundo ele, a iniciativa, que surgiu da necessidade de se construir redes de controle e compartilhamento de informações, fortalece o despertar da cidadania e a responsabilidade social. “A partir dos dados que estamos revelando, o cidadão poderá julgar seus agentes políticos.”

Guimarães antecipou que pretende utilizar a parceria com as universidades para monitorar o cumprimento da Lei de Acesso à Informação Pública (12.527/11) no Paraná. O TCE foi o primeiro órgão de controle externo brasileiro a firmar parceria com a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE) para aplicar a lei no Estado. Presente à reunião desta sexta-feira, o secretário-executivo da SAE, Roger Stiefelmann Leal, disse que a lei só vai “pegar” se encontrar respaldo na sociedade. “E a comunidade universitária exerce papel fundamental neste ponto.”

Universidades

Participam do projeto as universidades estaduais de Londrina (UEL), de Maringá (UEM), do Oeste do Paraná (Unioeste), do Centro-Oeste (Unicentro), de Ponta Grossa (UEPG), e do Norte do Paraná (Uenp). Também atuam na auditoria social alunos e professores da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana (Fecea), Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Paranaíba (Fafipa) e da Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão (Fecilcam).

Texto:

Valmir

Denardin

Foto:

Rubens

Nemitz

Jr.

.....
Site do TCE – 09/07.

Caco Barcellos: parceria transforma estudante em agente social

Jornalista e escritor fez palestra na abertura de evento que apresentou as conclusões de auditorias realizadas em 110 municípios pelo TCE com as sete universidades estaduais paranaenses



Conhecimento: ferramenta essencial

Ao realizar auditorias sociais com a participação de 350 alunos e professores das sete universidades estaduais paranaenses, o Tribunal de Contas contribui para que a população cumpra seu papel de agente social. Essa é a avaliação do jornalista e escritor Caco Barcellos, manifestada durante palestra no encerramento da primeira fase do Plano Anual de Fiscalização Social (PAF Social), na noite de quinta-feira (5 de julho), no Canal da Música, em Curitiba.

“Com essa parceria para fiscalizar os administradores e o gasto público, a instituição abre suas portas e transforma estudantes em agentes sociais”, afirmou Barcellos. “O conhecimento é uma ferramenta essencial de transformação”, enfatizou o profissional veterano, que comanda uma equipe de jornalistas em início de carreira, no programa Profissão Repórter, da Rede Globo.

Na palestra, o ex-taxista Barcellos fez reflexões sobre temas como corrupção, violência e ética, com base na sua experiência profissional de mais de três décadas. Também abordou o processo de apuração de seus livros-reportagens, como Rota 66 – A História da Polícia que Mata (sobre violência policial em São Paulo) e Abusado (que elucidou as entranhas de uma quadrilha de traficantes do Rio de Janeiro).

Resultado de sete anos de investigação sobre a atuação das Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Rota), a principal conclusão de Rota 66 é de que a força de elite da Polícia Militar paulista matava predominantemente jovens pobres e negros, em situação que eram apresentadas à imprensa e à sociedade como confrontos com bandidos.

PAF Social

Inédito no Brasil, o PAF Social é uma parceria do TCE com as sete universidades estaduais do Paraná, que tem o objetivo de despertar a cidadania e a responsabilidade social. A partir da indicação dos próprios estudantes e professores, e sob supervisão de técnicos do Tribunal, foram realizadas auditorias nas áreas de gestão do lixo, compra e distribuição de medicamentos e transporte escolar. Também foram levantados indicadores de saúde e educação. No total, o trabalho abrangeu 110 municípios paranaenses.

Participam do projeto as universidades estaduais de Londrina (UEL), de Maringá (UEM), do Oeste do Paraná (Unioeste), do Centro-Oeste (Unicentro), de Ponta Grossa (UEPG), e do Norte do Paraná (Uenp). Também atuam na auditoria social alunos e professores da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana (Fecea), Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Paranaíba (Fafipa) e da Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão (Fecilcam).

Abertura

O evento Projeto PAF Social – Resultados e Futuro integra as comemorações dos 65 anos do TCE-PR, celebrados em 2 de junho. Reuniu mais de 400 participantes do projeto e autoridades. Nesta sexta-feira, foram apresentados painéis com os resultados do trabalho.

A abertura contou com a presença do presidente do Tribunal, conselheiro Fernando Guimarães; a coordenadora-geral, Rita de Cássia Mombelli; o procurador-geral em exercício do Ministério Público de Contas, Michael Reiner; o secretário estadual de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Sérgio de Jesus Vieira; o reitor da Unicentro e presidente da Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Públicas (Apiesp), Aldo Nelson Bona; o gerente do programa Gestão Pública do TCE, Djalma Riesemberg Júnior, acompanhado de toda a equipe do PAF Social.

Na avaliação do professor Aldo Bona, com a auditoria social o TCE inova em seu papel fiscalizador e contribui para a melhoria do controle da gestão pública. “O Tribunal reconheceu a importância e a capilaridade do ensino superior público, chamando as

universidades para este processo, que contribui para a formação dos jovens”, destacou o presidente da Apiesp.

Texto:

Valmir

Denardin

Fotos:

Rubens

Nemitz

Jr.

,.....

SITE DA FECILCAM – 10/07/12

Acadêmicos apresentam pesquisa sobre transporte escolar na região

PRINT

10/07/2012

A realidade dos municípios de Araruna e Goioerê quanto ao funcionamento do transporte escolar foi analisada por acadêmicos e professores da Universidade Estadual do Paraná (Unespar/Fecilcam). O estudo foi apresentado em Curitiba, nos dias 5 e 6, para alunos de universidades estaduais participantes da primeira edição do Plano Anual de Fiscalização Social (PAF Social).

O projeto faz parte de um programa inédito de auditoria social desenvolvido por meio do Tribunal de Contas do Paraná (TCE-PR). De acordo com o coordenador do projeto na instituição, professor Sérgio Luiz Maybuk, o objetivo foi avaliar a qualidade dos serviços oferecidos à população, propondo medidas corretivas ao poder público.

Os maiores problemas diagnosticados, até então, são sucateamento dos ônibus, falta de equipamentos essenciais (como cinto de segurança) e uso dos veículos para outras finalidades, como viagens e transporte de pessoas que não são estudantes.

São responsáveis pelo trabalho, 20 acadêmicos bolsistas da Unespar/Fecilcam com a coordenação do professor Maybuk e supervisão dos professores Analéia Domingues e João Marcos Borges Avelar. Nas entrevistas realizadas nos

municípios, foram levantadas questões como a existência de caronas, os sistemas de gerenciamento de rotas e a identificação de ônibus, professores e alunos, entre outros aspectos.

O relatório final dos trabalhos será concluído ainda neste mês, após isso serão referendados pelo plenário do TCE e posteriormente discutidos em audiências públicas nos pólos regionais do Paraná. Previamente, o analista de controle Djalma Riesemberg Júnior, gerente do programa Gestão Pública, observa que os temas dos projetos apresentam problemas que se repetem em todas as regiões do Estado.



Dados obtidos com entrevistas e pesquisas nos municípios foram apresentados pelos acadêmicos Marlon e Nayara

Projetos – No total, o Plano Anual de Fiscalização Social (PAF Social), analisou a realidade de 130 municípios, de todas as regiões do Estado. Foram realizadas auditorias nas áreas de gestão do lixo (em Cornélio Procópio e Pinhalão), compra e distribuição de medicamentos (Ponta Grossa, Paranavaí e Marechal Cândido Rondon) e transporte escolar (Bandeirantes, Barra do Jacaré, Goioerê e Araruna). Informações de outros 121 municípios foram utilizadas na

construção de indicadores de gestão nas áreas de saúde e educação.

Para o presidente do Tribunal, Fernando Augusto Mello Guimarães, o PAF Social "é o primeiro passo para desenvolver, na sociedade paranaense, o princípio de que cada cidadão precisa ser responsável pelo controle da correta aplicação do imposto que paga".

Universidades – Participam do projeto as universidades estaduais de Londrina (UEL), de Maringá (UEM), do Oeste do Paraná (Unioeste), do Centro-Oeste (Unicentro), de Ponta Grossa (UEPG), e do Norte do Paraná (UENP). Também atuam na auditoria social alunos e professores da Universidade Estadual do Paraná (Unespar) nos campi de Apucarana (Fecea) e Paranavaí (Fafipa).

(Com informações da Coordenadoria de Comunicação Social TCE/PR)



Nos dois dias de atividades, os acadêmicos participaram de palestras e debates sobre auditoria social



Resultado dos projetos será referendado pelo plenário do TCE

.....

Site Pref. Mun. Nova Cantu – 18/07/12 -

<http://novacantu.pr.gov.br/index.php?sessao=576cc4eddfvf57&id=852&cn=9>

Caco Barcellos: parceria transforma estudante em agente social

Fonte:TCE PR

Jornalista e escritor fez palestra na abertura de evento que apresentou as conclusões de auditorias realizadas em 110 municípios pelo TCE com as sete universidades estaduais paranaenses. Ao realizar auditorias sociais com a participação de 350 alunos e professores das sete universidades estaduais paranaenses, o Tribunal de Contas contribui para que a população cumpra seu papel de agente social. Essa é a avaliação do jornalista e escritor Caco Barcellos, manifestada durante palestra no encerramento da primeira fase do Plano Anual de Fiscalização Social (PAF Social), na noite de quinta-feira (5 de julho), no Canal da Música, em Curitiba. “Com essa parceria para fiscalizar os administradores e o gasto público, a instituição abre suas portas e transforma estudantes em agentes sociais”, afirmou Barcellos. “O conhecimento é uma ferramenta essencial de transformação”, enfatizou o profissional veterano, que comanda uma equipe de jornalistas em início de carreira, no programa Profissão Repórter, da Rede Globo. Na palestra, o ex-taxista Barcellos fez reflexões sobre temas como corrupção, violência e ética, com base na sua experiência profissional de mais de três décadas. Também abordou o processo de apuração de seus livros-reportagens, como Rota 66 - A História da Polícia que Mata (sobre violência policial em São Paulo) e Abusado (que elucidou as entranhas de uma quadrilha de traficantes do Rio de Janeiro). Resultado de sete anos de investigação

sobre a atuação das Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Rota), a principal conclusão de Rota 66 é de que a força de elite da Polícia Militar paulista matava predominantemente jovens pobres e negros, em situação que eram apresentadas à imprensa e à sociedade como confrontos com bandidos. PAF Social Inédito no Brasil, o PAF Social é uma parceria do TCE com as sete universidades estaduais do Paraná, que tem o objetivo de despertar a cidadania e a responsabilidade social. A partir da indicação dos próprios estudantes e professores, e sob supervisão de técnicos do Tribunal, foram realizadas auditorias nas áreas de gestão do lixo, compra e distribuição de medicamentos e transporte escolar. Também foram levantados indicadores de saúde e educação. No total, o trabalho abrangeu 110 municípios paranaenses. Participam do projeto as universidades estaduais de Londrina (UEL), de Maringá (UEM), do Oeste do Paraná (Unioeste), do Centro-Oeste (Unicentro), de Ponta Grossa (UEPG), e do Norte do Paraná (Uenp). Também atuam na auditoria social alunos e professores da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana (Fecea), Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Paranaíba (Fafipa) e da Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão (Fecilcam). Abertura O evento Projeto PAF Social - Resultados e Futuro integra as comemorações dos 65 anos do TCE-PR, celebrados em 2 de junho. Reuniu mais de 400 participantes do projeto e autoridades. Nesta sexta-feira, foram apresentados painéis com os resultados do trabalho. A abertura contou com a presença do presidente do Tribunal, conselheiro Fernando Guimarães; a coordenadora-geral, Rita de Cássia Mombelli; o procurador-geral em exercício do Ministério Público de Contas, Michael Reiner; o secretário estadual de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Sérgio de Jesus Vieira; o reitor da Unicentro e presidente da Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Públicas (Apiesp), Aldo Nelson Bona; o gerente do programa Gestão Pública do TCE, Djalma Riesemberg Júnior, acompanhado de toda a equipe do PAF Social. Na avaliação do professor Aldo Bona, com a auditoria social o TCE inova em seu papel fiscalizador e contribui para a melhoria do controle da gestão pública. “O Tribunal reconheceu a importância e a capilaridade do ensino superior público, chamando as universidades para este processo, que contribui para a formação dos jovens”, destacou o presidente da Apiesp. Texto: Valmir Denardin

.....
Jornal de Londrina – site da UEL – 18/07/12 -

http://www.uel.br/com/agenciaueldenoticias/index.php?arq=ARQ_not&FWS_Ano_Edicao=1&FWS_N_Edicao=1&FWS_Cod_Categoria=2&FWS_N_Texto=15017

www.jornaldelondrina.com.br

Educação

Aluno custa R\$ 295 por mês ao município

O aluno da rede municipal de ensino custa para a Prefeitura de Londrina R\$ 295 ao mês, em média, segundo pesquisa realizada pela UEL e Tribunal de Contas do Estado. O valor é quase 10 vezes menos do que um detento custa para o estado: R\$ 2,5 mil

Erika Pelegrino

O aluno da rede municipal de ensino custa para a Prefeitura de Londrina R\$ 295/mês, em média, quase 10 vezes menos que um detento custa para o Estado: R\$ 2.500, segundo dados da Secretaria de Estado da Justiça (Seju). O custo/aluno foi determinado por uma pesquisa realizada durante um ano pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) em parceria com o Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE). Para o professor do departamento de Economia da UEL, Sérgio Carvalho, um dos quatro que integram a pesquisa, essa diferença é "lamentável". Entretanto, a questão não é investir menos em detentos, nem mais em Educação. Hoje 25% da receita municipal são destinados para a Educação, o equivalente a R\$ 135.389.250,00 em 2012. A análise a ser feita é como e em que se investe para obter ensino de qualidade.

De acordo com a pesquisa, a diferença de custo chega a ser 12,5 vezes maior para 35 das 68 escolas municipais que estão abaixo do custo/aluno médio de R\$ 295. Segundo o estudo, apenas quatro escolas apresentaram custo/aluno acima de R\$ 400. Carvalho explica que as escolas que apresentam maior custo/aluno são as que têm quadro de professores mais experientes, com mais tempo de carreira e mais qualificados. Em uma escola com custo/aluno de R\$ 201, por exemplo, o tempo médio de experiência do quadro de 20 professores é de 3,8 anos.

Já em outra escola com custo/aluno de R\$ 400, o tempo médio de experiência do quadro de 12 professores é três vezes maior: 12 anos. Há também diferença de qualificação. Na escola com menor custo/aluno, dos 20 professores, apenas 7 são especialistas. Na unidade com custo/aluno mais alto, dos 12 professores, 8 são especialistas.

Peso do salário

Embora, segundo Carvalho, o peso do salário do professor seja determinante no custo/aluno, a conta é composta também por custo de alimentação e transporte e de administração da escola. A pedagoga Marta Matsubara também lamenta essa diferença entre o valor médio investido em detentos e em alunos não só em Londrina, mas no Brasil. Se o investimento maior em presos não está garantindo sua reintegração à sociedade, os recursos destinados à Educação também não estão permitindo que esse aluno chegue à vida adulta com condições plenas para ser o que deseja.

Segundo a pedagoga, com baixa escolarização básica, esse futuro adulto chega ao mercado de trabalho sem saber ler, escrever, calcular, se expressar corretamente.

Investir em Educação para mudar essa realidade, de acordo com Marta Matsubara, não implica em usar os recursos apenas em salários de professores, alimentação, transporte, manutenção da estrutura física. É preciso mudar a escola para que seja um espaço de desenvolvimento do aluno crítico, que tem prazer em aprender.

Para isso, na conta do custo/aluno está faltando, segundo ela, alguns componentes essenciais para o ensino de qualidade: preparo do professor, pois alto salário apenas não implica em profissional comprometido; recursos tecnológicos; livros para biblioteca bem montada, entre outros. "A questão aqui é em que e como os recursos da Educação estão sendo investidos", afirma. O JL entrou em contato com a Secretaria Municipal de Educação, mas não obteve retorno.

.....
PARANASHOP.COM.BR – 10/07/12 -

http://www.paranashop.com.br/colunas/colunas_n.php?op=curso&id=24636

UENP participa do encerramento do PAF Social em Curitiba

[10-07-2012]



Clique na foto para ampliar



Uma delegação contando com 35 bolsistas e seis professores da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) participou do encerramento e prestação de contas do Plano Anual de Fiscalização Social (PAF - Social) nos dias 5 e 6. O evento, que aconteceu na Música em Curitiba, contou com a participação das sete universidades estaduais paranaenses.

Do PAF – Social, a UENP participa com quatro equipes, duas com o tema “Meio Ambiente” e outras duas com o tema do “Transparência Escolar”, com participação de professores e estudantes de várias cidades da UENP: Jacarezinho, Bandeirantes e Cornélio Procópio.

Os trabalhos são coordenados pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEC), pelos professores Rogério Macedo e Marcio Carneiro. Segundo Rogério Macedo, pró-reitor de Extensão e Cultura, este projeto inédito e a UENP protagonizando é muito importante para a universidade, os municípios e toda a região”. Ele ressalta a importância do trabalho realizado: “Nossos professores e alunos se envolvem muito com o trabalho, conseguindo realizar uma auditoria social fundamental para a comunidade como um todo, pois o controle social que qualifica os investimentos e gastos públicos é assunto de interesse da comunidade não apenas dos gestores e a UENP se qualifica para formar novas práticas na área”, finaliza o professor.

PAF no Estado do Paraná

O projeto de auditoria social do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), que envolve cerca de 350 estudantes e professores das sete universidades estaduais do Paraná, é uma iniciativa pioneira no PR que busca ampliar a participação do cidadão na fiscalização e avaliação do gasto público.

No encerramento e prestação de contas PAF Social, projeto inédito no País, os participantes apresentaram painéis com os resultados do trabalho de auditoria social e de levantamento de indicadores de gestão pública realizado em 110 municípios do Estado.

A abertura do encontro foi feita pelo presidente, conselheiro Fernando Guimarães, na quinta (5), às 19 horas. Em seguida, o jornalista e escritor Caco Barcellos deu conferência com o tema “Auditoria e Controle Social: o Uso das Redes Sociais”. De livros como “Rota 66 – A História da Polícia que Mata” e “Abusado”, Barcellos é apresentador do programa “Pro Repórter”, da Rede Globo.

Na sexta (6) pela manhã, foram apresentados painéis contendo os resultados do trabalho de auditoria social e de levantamento de indicadores de gestão pública realizado pelo PAF Social. Na auditoria social, foram analisados três temas: gestão do lixo, compra e distribuição de medicamentos e transporte escolar. Os indicadores envolvem as áreas de saúde e educação. Os temas foram sugeridos pelas próprias universidades.

Audiências públicas

O resultado dos painéis será referendado pelo plenário do TCE. Posteriormente, será discutido em audiências públicas nos polos regionais do Paraná. Na oportunidade, serão apresentadas recomendações aos gestores públicos acerca das conclusões obtidas.

“Vamos receber o resultado do trabalho, analisar, submeter aos conselheiros e depois levar para as comunidades, sensibilizar os governos sobre a necessidade da adoção de procedimentos que venham a corrigir erros e práticas administrativas”, explica o presidente do TCE, conselheiro Fernando Guimarães.

“Estamos colocando, em definitivo, a sociedade a participar da fiscalização do correto emprego do dinheiro público nas universidades, os observatórios sociais e as entidades de classe ao trabalho que o TCE já realiza. É o primeiro a desenvolver, na sociedade paranaense, o princípio de que cada cidadão precisa ser responsável pelo controle da aplicação do imposto que paga”, explica Guimarães.

Além da UENP, participaram do projeto as universidades estaduais de Londrina (UEL), de Maringá (UEM), do Oeste do Paraná (Unioeste), do Centro-Oeste (Unicentro), de Ponta Grossa (UEPG). Também atuam na auditoria social alguns professores da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana (Fecea), Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Paranaíba (Fafipa) e da Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão (Fecilcam). <comunicacao@uenp

SITE ITRIBUNA.COM.BR – 10/07/12 - <http://www.itribuna.com.br/educacao/transporte-escolar-e-tema-de-pesquisa-9702/>

Transporte escolar é tema de pesquisa

Divulgação



Publicado em: 10/07/2012 - 17:32 | Atualizado em: 18/07/2012 - 12:46

Divulgação



Estudantes participantes da pesquisa

A realidade dos municípios de Araruna e Goioerê quanto ao funcionamento do transporte escolar foi analisada por acadêmicos e professores da Universidade Estadual do Paraná (Unespar/Fecilcam). O estudo foi apresentado em Curitiba, nos dias 5 e 6, para alunos de

universidades estaduais participantes da primeira edição do Plano Anual de Fiscalização Social (PAF Social).

O projeto faz parte de um programa inédito de auditoria social desenvolvido por meio do Tribunal de Contas do Paraná (TCE-PR). De acordo com o coordenador do projeto na instituição, professor Sérgio Luiz Maybuk, o objetivo foi avaliar a qualidade dos serviços oferecidos à população, propondo medidas corretivas ao poder público.

Os maiores problemas diagnosticados, até então, são sucateamento dos ônibus, falta de equipamentos essenciais (como cinto de segurança) e uso dos veículos para outras finalidades, como viagens e transporte de pessoas que não são estudantes.

Divulgação



Apresentação dos resultados

São responsáveis pelo trabalho, 20 acadêmicos bolsistas da Unespar/Fecilcam com a coordenação do professor Maybuk e supervisão dos professores Analéia Domingues e João Marcos Borges Avelar. Nas entrevistas realizadas nos municípios, foram levantadas questões como a existência de caronas, os sistemas de gerenciamento de rotas e a identificação de ônibus, professores e alunos, entre outros aspectos.

O relatório final dos trabalhos será concluído ainda neste mês, após isso serão referendados pelo plenário do TCE e posteriormente discutidos em audiências públicas nos pólos regionais do Paraná. Previamente, o analista de controle Djalma Riesemberg Júnior, gerente do programa Gestão Pública, observa que os temas dos projetos apresentam problemas que se repetem em todas as regiões do Estado.

Projetos

No total, o Plano Anual de Fiscalização Social (PAF Social), analisou a realidade de 130 municípios, de todas as regiões do Estado. Foram realizadas auditorias nas áreas de gestão do lixo (em Cornélio Procópio e Pinhalão), compra e distribuição de medicamentos (Ponta Grossa, Paranavaí e Marechal Cândido Rondon) e transporte escolar

(Bandeirantes, Barra do Jacaré, Goioerê e Araruna). Informações de outros 121 municípios foram utilizadas na construção de indicadores de gestão nas áreas de saúde e educação.

Para o presidente do Tribunal, Fernando Augusto Mello Guimarães, o PAF Social “é o primeiro passo para desenvolver, na sociedade paranaense, o princípio de que cada cidadão precisa ser responsável pelo controle da correta aplicação do imposto que paga”.

Universidades

Participam do projeto as universidades estaduais de Londrina (UEL), de Maringá (UEM), do Oeste do Paraná (Unioeste), do Centro-Oeste (Unicentro), de Ponta Grossa (UEPG), e do Norte do Paraná (UENP). Também atuam na auditoria social alunos e professores da Universidade Estadual do Paraná (Unespar) nos campi de Apucarana (Fecea) e Paranavaí (Fafipa).

(Com informações da Coordenadoria de Comunicação Social TCE/PR)

Semanario do Parana – site - <http://www.jornalsemanariodoparana.com/2012/07/paf-no-estado-do-parana.html>

The screenshot shows the website 'SEMANÁRIO DO PARANÁ' with the following content:

- Header:** SEMANÁRIO DO PARANÁ. Circulando em Curitiba, Região Metropolitana e 46 Municípios do Norte Pioneiro e agora para o mundo! E-mail: jornalsemanariodoparana@gmail.com
- Navigation:** PÁGINA INICIAL, EDITORIAL, REGIONAL, POLICIAL, POLÍTICA, SOCIAL, EVENTOS, JORNAL ONLINE.
- Left Sidebar:** PREVISÃO (16°C), HORÓSCOPO, EDITORIAIS (Acidentes, Artigo, Ação Social, Cultural, Economia, Edital).
- Main Article:** **PAF no Estado do Paraná**. O projeto de auditoria social do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), que envolve cerca de 350 estudantes e professores das sete universidades estaduais do Paraná, é uma iniciativa do TCE-PR que busca ampliar a participação do cidadão na fiscalização e avaliação do gasto público. No encerramento e prestação de contas PAF Social, projeto inédito no País, os participantes apresentaram painéis contendo os resultados do trabalho de auditoria social e de levantamento de indicadores de gestão pública realizado em 110 municípios do Estado. A abertura do encontro foi feita pelo presidente, conselheiro Fernando Guimarães, na quinta (5), às 19 horas. Em seguida, o jornalista e escritor Caco Barcellos deu conferência com o tema "Auditoria e Controle Social: o Uso das Redes Sociais". Autor de livros como "Rota 66 - A História da Polícia que Mata" e "Abusado", Barcellos é apresentador do programa "Profissão Repórter", da Rede Globo.
- Right Sidebar:** Edição Online 645. SEMANÁRIO DO PARANÁ. Democratas lança candidatura de Tetinha para prefeito de Camborá.
- Footer:** PT, 13:30, 18/07/2012.

11/07/2012

Acadêmicos apresentam pesquisa sobre transporte escolar de Araruna e Goioerê



A realidade dos municípios de Araruna e Goioerê quanto ao funcionamento do transporte escolar foi analisada por acadêmicos e professores da Universidade Estadual do Paraná (Unespar/Fecilcam). O estudo foi apresentado em Curitiba, nos dias 5 e 6, para alunos de universidades estaduais participantes da primeira edição do Plano Anual de Fiscalização Social (PAF Social).

O projeto faz parte de um programa inédito de auditoria social desenvolvido por meio do Tribunal de Contas do Paraná (TCE-PR). De acordo com o coordenador do projeto na instituição, professor Sérgio Luiz Maybuk, o objetivo foi avaliar a qualidade dos serviços oferecidos à população, propondo medidas corretivas ao poder público.

Os maiores problemas diagnosticados, até então, são sucateamento dos ônibus, falta de equipamentos essenciais (como cinto de segurança) e uso dos veículos para outras finalidades, como viagens e transporte de pessoas que não são estudantes.

São responsáveis pelo trabalho, 20 acadêmicos bolsistas da Unespar/Fecilcam com a coordenação do professor Maybuk e supervisão dos professores Analéia Domingues e João Marcos Borges Avelar. Nas entrevistas realizadas nos municípios, foram levantadas questões como a existência de caronas, os sistemas de gerenciamento de rotas e a identificação de ônibus, professores e alunos, entre outros aspectos.

O relatório final dos trabalhos será concluído ainda neste mês, após isso serão referendados pelo plenário do TCE e posteriormente discutidos em audiências públicas nos pólos regionais do Paraná. Previamente, o analista de controle Djalma Riesemberg Júnior, gerente do programa Gestão Pública, observa que os temas dos projetos apresentam problemas que se repetem em todas as regiões do Estado.

Projetos – No total, o Plano Anual de Fiscalização Social (PAF Social), analisou a realidade de 130 municípios, de todas as regiões do Estado. Foram realizadas auditorias nas áreas de gestão do lixo (em Cornélio Procópio e Pinhalão), compra e distribuição de medicamentos (Ponta

Grossa, Paranavaí e Marechal Cândido Rondon) e transporte escolar (Bandeirantes, Barra do Jacaré, Goioerê e Araruna). Informações de outros 121 municípios foram utilizadas na construção de indicadores de gestão nas áreas de saúde e educação.

Para o presidente do Tribunal, Fernando Augusto Mello Guimarães, o PAF Social “é o primeiro passo para desenvolver, na sociedade paranaense, o princípio de que cada cidadão precisa ser responsável pelo controle da correta aplicação do imposto que paga”.

Universidades – Participam do projeto as universidades estaduais de Londrina (UEL), de Maringá (UEM), do Oeste do Paraná (Unioeste), do Centro-Oeste (Unicentro), de Ponta Grossa (UEPG), e do Norte do Paraná (UENP). Também atuam na auditoria social alunos e professores da Universidade Estadual do Paraná (Unespar) nos campi de Apucarana (Fecea) e Paranavaí (Fafipa).

(Com informações da Coordenadoria de Comunicação Social TCE/PR)

Fonte: Guia Goioerê

.....

SITE DA TCE BAHIA <http://www.tce.ba.gov.br/component/content/article/13-noticias/destaques/1607-servidores-do-tceba-conhecem-paf-social-do-parana>

Artigos



Servidores do TCE/BA conhecem PAF Social do Paraná



No segundo dia de visita ao

TCE/PR (8.05), o ouvidor Paulo Figueiredo e o assessor de Comunicação Social Marcos Navarro conheceram o PAF Social – Plano Anual de Fiscalização Social, desenvolvido pela área daquele Tribunal voltada para o Controle Social. A equipe, composta pelos servidores Ricardo Alpendre, Djalma Riesemberg e Carolina Marcelino, contou parte da experiência vivenciada por professores e estudantes universitários no trabalho de auditoria dos municípios paranaenses em áreas temáticas como Transporte Escolar (Educação), Medicamentos (Saúde) e Resíduos Sólidos Urbanos (Meio Ambiente).

Por meio de um projeto de concessão de bolsas a estudantes e professores das nove universidades estaduais do Paraná, a equipe conseguiu a adesão de 300 alunos e docentes que atuam nas áreas de Economia, Administração, Direito e Ciências Contábeis. A primeira etapa consistiu em definir o Termo de Referência para balizar os trabalhos. O passo seguinte foi criar a estrutura: montar as equipes com as universidades, definir as atividades, promover treinamentos e cursos a distância. Saliente-se que, o modelo empregado para o desenvolvimento do trabalho é o mesmo de uma Auditoria Operacional – AOP.

De acordo com Ricardo Alpendre, gerente do projeto, o PAF Social vem tendo uma boa aceitação na comunidade acadêmica. "A experiência trouxe o envolvimento do meio acadêmico em várias áreas de conhecimento. Professores e alunos passaram a conhecer a dinâmica do Tribunal", explicou. A equipe destacou ainda que a atuação do conselheiro presidente do TCE/PR, Fernando Guimarães, foi crucial para a aceitação do projeto. "O presidente levou a ideia às prefeituras envolvidas e isso foi muito importante para o avanço do projeto", disse Djalma Riesemberg.

As etapas de treinamento e planejamento do PAF Social foram definidas entre agosto e dezembro de 2011, e a divulgação dos resultados em audiências públicas está prevista para o segundo semestre de 2012. No mesmo dia, Paulo Figueiredo e Marcos Navarro conheceram o trabalho desenvolvido pela Escola de Gestão Pública, que capacita servidores públicos municipais e estaduais em três vertentes básicas: Aposentadoria, Previdência Social e Prestação de Contas. Em 2011, a Escola de Contas capacitou cerca de 13 mil servidores, inclusive gestores.

.....

Quarta-feira, 18/07/2012

Felipe Rosa/ Gazeta do Povo



“A maior sanção que eu espero [com a divulgação dos relatórios] é a política: o cidadão deve julgar a omissão do seu representante.” **Fernando Guimarães, presidente do TC ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

Maioria dos municípios do Paraná tem problemas de gestão, indica auditoria

Em parceria com universidades, TC averiguou o uso de recursos numa amostra de nove cidades. Nenhuma delas passou no teste da boa prestação de serviços

20 Publicado em 18/07/2012 | KATNA BARAN, ESPECIAL PARA A GAZETA DO POVO

- [Fale conosco](#) [Comunicar erros](#) [RSS](#) [Imprimir](#) [Enviar por email](#) [Receba notícias pelo celular](#) [Receba boletins](#) [Aumentar letra](#) [Diminuir letra](#) [Relatórios divulgados pelo Tribunal](#)

de Contas do Paraná (TC) apontam problemas graves nas áreas de compra e distribuição de medicamentos, gestão de lixo e transporte escolar em municípios do estado. Os resultados são de auditorias do TC, feitas entre abril e maio em parceria com universidades estaduais, em uma amostra de nove cidades de todas as regiões paranaenses. O preocupante é que problemas foram encontrados em todas as cidades averiguadas e nenhuma passou sem falhas de gestão.

Marechal Cândido Rondon (no Oeste do estado), Paranavaí (Noroeste) e Ponta Grossa (Campos Gerais), por exemplo, foram pesquisados pela gestão de medicamentos das Secretarias de Saúde e apresentaram indicadores preocupantes: más condições de armazenamento e erros no planejamento das compras e na distribuição dos remédios. Segundo a auditoria, foram relatadas até perdas do prazo de validade de medicamentos em postos de saúde de Ponta Grossa e Paranavaí.

Outro lado

A maioria das prefeituras com problemas levantados pelos relatórios do TC alegou que está aperfeiçoando a gestão para corrigir os erros. Confira as justificativas e respostas das prefeituras:

Araruna

A Secretaria de Educação informou que está aperfeiçoando os processos para apresentar soluções aos pontos negativos indicados no relatório. Sobre a falta de cinto de segurança nos ônibus escolares, disse que a empresa responsável pela manutenção dos veículos está estudando uma forma de colocar o equipamento. Afirmou ainda que os ônibus já estão sendo sinalizados para identificar que transportam estudantes e que, na medida do possível, são mantidos limpos. Assegurou que, onde há maior fluxo de alunos, já foram instalados abrigos nos pontos.

Bandeirantes

A Secretaria de Educação informou que participou ativamente de todo levantamento do TC, mas que ainda não recebeu oficialmente o relatório do órgão. Por isso, ainda não elaborou soluções para os pontos negativos.

Barra do Jacaré

A Secretaria de Educação informou que já corrigiu alguns problemas, como adequação do equipamento de segurança e a sinalização dos ônibus. Informou ainda que, em breve, realizará cursos de formação para motoristas e a adequação de um veículo que apresenta problemas.

Cornélio Procopio

A assessoria de comunicação da prefeitura informou que já existe um Plano de Gestão dos Resíduos Sólidos no município, mas que nenhum responsável pela área foi encontrado para comentar o a auditoria do TC.

Goioerê

A Secretaria de Educação informou que já está se adequando aos pontos levantados pela auditoria. E disse que já realizou palestras para os motoristas de ônibus escolar, por exemplo.

Marechal Cândido Rondon

Sobre a falta de medicamentos, a Secretaria de Saúde informou que fornece remédios tanto para a rede pública quanto para pacientes da rede particular. Por isso, alguns remédios procurados não estão disponíveis. Diz ainda que todos os medicamentos indicados pelo SUS podem ser encontrados na farmácia do município. Sobre as condições inadequadas de estocagem dos medicamentos, informou que um novo prédio para abrigar o estoque está em fase final de construção e deve ser entregue até 2013. Informou ainda, com relação às divergências nos preços dos medicamentos fornecidos, que os relatórios apresentam uma comparação com o preço comercial dos remédios – o que pode indicar uma disparidade grande sobre os valores da farmácia básica. Além disso, o banco de dados com os preços reajustados ainda não teria sido atualizado.

Pinhalão

A Secretaria de Meio Ambiente informou que está elaborando um Plano de Gestão dos Resíduos Sólidos e, a partir do documento, pretende resolver os problemas apontados pelo TC, como distribuição de lixeiras e coleta seletiva.

Paranavaí

A Secretaria de Saúde informou que acatou todas as recomendações do TC e está elaborando um plano de gestão para resolver os problemas apontados. Especificamente sobre a perda do prazo de validade dos medicamentos, a secretaria informou que já contratou uma empresa para atualizar o software do estoque dos remédios, mas que a maioria dos medicamentos já chega ao município com um prazo curto para a data de validade.

Ponta Grossa

A assessoria de comunicação da prefeitura informou que nenhum responsável pela área de saúde foi encontrado para comentar o relatório do TC.

90 dias é o prazo que as prefeituras terão para apresentar um plano de ação e corrigir as falhas apontadas pela auditoria do TC, após a finalização dos relatórios pelo Tribunal de Contas.

Serviço

Os relatórios das auditorias do TC em parceria com universidades e outras informações sobre o projeto podem ser acessados no [site do Tribunal de Contas](#).

Na gestão de lixo, as principais falhas encontradas em Cornélio Procópio e Pinhalão (ambas no Norte Pioneiro) são os baixos índices de coleta seletiva e reciclagem, falta de um plano de gestão de resíduos e até mesmo ausência de lixeiras em ruas e praças.

Todos os municípios que tiveram o sistema de transporte escolar auditado – Araruna (Centro-Oeste), Bandeirantes (Norte Pioneiro), Barra do Jacaré (Norte Pioneiro) e Goioerê (Centro-Oeste) – apresentaram problemas como falta de equipamentos essenciais (como cinto de segurança); uso dos veículos para outras finalidades, como viagens e transporte de pessoas que não são estudantes; além de sucateamento dos ônibus.

Espelho

“As auditorias acabam apresentando um espelho dos problemas do Brasil. A primeira percepção é de que alguns problemas são comuns”, aponta Djalma Riesemberg, analista de controle do TC e um dos coordenadores do programa. Segundo ele, os relatórios das auditorias serão concluídos até o fim deste mês e, depois, serão apreciados pelos conselheiros do órgão. No segundo semestre, os resultados serão divulgados e debatidos em audiências públicas nas regionais do estado e, posteriormente, encaminhados para os administradores dos municípios. Eles terão um prazo de 90 dias para apresentar um plano de ação para corrigir as falhas apontadas.

Na avaliação do presidente do TC, Fernando Guimarães, a principal conclusão do trabalho é de que o volume de dinheiro investido nem sempre reflete na qualidade da ação pública. Segundo ele, algumas sanções podem ser impostas sobre os gestores que não cumprirem as melhorias dos indicadores, como multas. “Mas a maior sanção que eu espero é a política: o cidadão deve julgar a omissão do seu representante.”

Indicadores

A parceria do TC com as universidades estaduais ainda colheu informações de outros 121 municípios para a elaboração de indicadores de gestão nas áreas de saúde e educação.

Fiscalização contou com a ajuda de sete universidades

O Plano Anual de Fiscalização Social (PAF Social), como é chamado a parceria do TC-PR com sete universidades estaduais, é um programa de auditoria social pioneiro no Brasil. A primeira fase do projeto foi encerrada neste mês. A escolha dos temas partiu dos próprios universitários e o trabalho foi incluído na grade dos cursos, como projetos de pesquisa e extensão nas diversas áreas. Cada um dos 350 alunos e professores envolvidos recebeu uma bolsa de pesquisa que gerou uma despesa total de R\$ 3 milhões aos cofres do TC.

O presidente do tribunal, Fernando Guimarães, explica que o projeto tem como objetivo principal o levantamento de indicadores de gestão pública. Mas, para ele, o PAF apresenta resultados maiores. "Conseguimos despertar a cidadania, mostrando que a sociedade pode e deve acompanhar a gestão não só depois, mas também antes da formação de políticas públicas."

Formação cidadã

Um dos coordenadores do PAF Social na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), o professor do curso de Farmácia Sinvaldo Baglie acredita que o envolvimento com o projeto foi benéfico para todos. "A universidade e os alunos tiveram contato com o controle social e a sociedade também sai ganhando, já que sentirá as modificações nos processos de gestão pelas prefeituras."

A estudante do curso de Geografia Rafaela Nogueira, de Cornélio Procópio, foi uma das participantes. Ela diz que, além de experiência profissional adquirida com as auditorias, o envolvimento colaborou para sua formação cidadã. "Foi uma motivação para nos envolvermos mais nas questões sociais da nossa cidade."

Além da UEPG, participam do projeto as universidades estaduais de Londrina (UEL), de Maringá (UEM), do Oeste do Paraná (Unioeste), do Centro-Oeste (Unicentro), do Norte do Paraná (Unep), e a Universidade Estadual do Paraná (Unespar).

.....

Site da UEL – 23/08/12

Agência UEL de Notícias

Londrina, Segunda-Feira, 03 de Setembro de 2012 - Busca

· Agência UEL de Notícias · Jornal Notícias

23/08/2012

Equipe do PAF Social entrega resultados ao prefeito

Share on email Share on printfriendly More Sharing Services
Agência UEL



Resultados do projeto foram apresentados na reunião



O prefeito recebeu os relatórios da equipe do PAF-Social da UEL

A equipe do Plano Anual de Fiscalização Social (PAF-Social), da UEL, entregou nesta quinta-feira, no CESA, ao prefeito de Londrina, Joaquim Ribeiro, um relatório com indicadores de gestão escolar do Ensino Fundamental (1ª a 4ª série) do município. O objetivo é melhoria no ensino com foco na gestão eficiente de recursos públicos.

Segundo o estudo, o custo de um aluno para o município varia de R\$ 100 a R\$ 400, conforme a localização da unidade escolar. Segundo o prefeito, o estudo é uma ferramenta importante para a gestão da Educação no município. "As informações vão auxiliar na destinação de recursos municipais para as unidades escolas", diz.

Já o professor Sérgio Carlos de Carvalho, diretor do Centro de Estudos Sociais Aplicados (CESA) e coordenador do PAF-Social na UEL, destaca que a iniciativa também serve como fonte de pesquisa para a população. Segundo ele, ao todo são 110 cidades de amostragem em todo o Paraná, que terão os resultados publicados pelo TCE em um livro.

A equipe do PAF Social da UEL faz parte do Observatório de Políticas Públicas, com sede no CESA. O PAF-Social é desenvolvido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) em parceria com as universidades públicas para disseminar o conceito de auditoria social através de auditorias

operacionais para o desenvolvimento de indicadores socioeconômicos direcionados à gestão pública.

A iniciativa envolve mais de 350 estudantes e professores das sete universidades estaduais do Paraná, entre elas a UEL. Além da UEL, UEM, Unioeste, Unicentro e UENP, participam do projeto professores e alunos da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana (FECEA), Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Paranaíba (FAFIPA) e Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão (FECILCAM).

O PAF-Social também propõe um modelo de alocação de gastos por escola, com relação ao desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação básica (IDEB). Outro foco da iniciativa é definir um conjunto de indicadores com dados e informações financeiras relativas aos gastos e desempenho por município, unidade escolar e aluno. Além da parceria com a Secretaria Municipal de Educação, também participam da iniciativa representantes da sociedade, de conselhos municipais, observatórios sociais e órgãos de classe.

Participaram da reunião no CESA, a secretária de Educação do Município, Maria Inês Galvão de Mello, integrantes da Controladoria do Tribunal de Contas Municipal, além da professora Vera Suguinho e de outros integrantes da equipe do PAF Social da UEL.

.....

Site da UEM – Informativo 1014 - 2012



“Foi uma grande experiência que tivemos ao participar do PAF-Social”



Amalia Maria Goldberg Godoy

Professora doutora do Departamento de Economia
Coordenadora do projeto



Kerla Mattiello

Professora mestre do Departamento de Ciências Contábeis de Cianorte
Coordenadora do projeto

Gostaríamos de, por meio deste artigo de opinião, apresentar uma experiência de trabalho com o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que envolveu alunos e professores da UEM, dos campi de Maringá e Cianorte.

Ela começou no final de 2010, quando o presidente do TCE-PR, conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, expôs a possibilidade de firmar um convênio com todas as universidades estaduais para participarem do Plano Anual de Fiscalização Social. Diante disso, professores do CSA e representantes do Observatório das Metrôpoles e Observatório Social de Maringá começaram a se reunir para discutir a proposta. Concomitantemente, ocorreram reuniões em Curitiba, com todas as universidades estaduais do Paraná e, em março de 2011, fomos indicadas como representantes da UEM. Em 12 de agosto, foi assinado o Termo de Referência do Projeto PAF-Social-Fase I, que representava o compromisso nosso, como coordenadoras, e de mais quatro professores do CSA (Maringá: professores Julyerme Matheus Tonin e Vera Sirlene Leonardo; Cianorte: professores Ademir Massashiro Moribe e William Antonio Borges). Depois disso, foi necessário selecionar 40 alunos para o projeto, sendo 20 bolsistas de Maringá e 20 de Cianorte. A primeira condição foi realizar um treinamento ministrado pelo TCE, de 28 a 30 de setembro, para todas as universidades estaduais, no qual se abordou auditorias e indicadores sociais. Esse treinamento foi realizado por videoconferência e teve como objetivo o alinhamento conceitual e metodológico entre todos os grupos participantes.

Todos os campi, que assinaram o convênio e não possuíam a infraestrutura necessária, ganharam equipamento completo da Seti-PR para viabilizar a videoconferência, como aconteceu com Maringá e Cianorte. Selecionaram-se, em Maringá, alunos do primeiro ao quarto ano dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Economia, Direito, Estatística e Ciências Sociais e, em Cianorte, alunos de Ciências Contábeis e Pedagogia. Além do equipamento, os dois campi receberam mais de R\$ 350.000,00, em bolsas de pesquisa para

alunos de graduação.

O projeto, na primeira etapa, de outubro a dezembro, objetivou elaborar o projeto sobre indicadores de gestão pública. Esse período significou a construção de um projeto de pesquisa com 40 alunos. Foi época de muito trabalho e muito aprendizado, pois, o diálogo entre a equipe de professores, a orientação destes alunos com seminários e apoio contínuo bem como o diálogo das coordenadoras do projeto com o TCE foi intenso. Foi preciso alinhar interesses e tempos acadêmicos com interesses e tempo do TCE. Nesse período, trabalhou-se no levantamento da situação dos gastos com educação dos 399 municípios do Paraná e os resultados no Ideb, para o ano de 2008. Nesse contexto, houve discussão da bibliografia sobre a educação fundamental e infantil, ao mesmo tempo em que ocorria a interação que englobou a troca de ideias sobre a forma de elaborar o banco de dados, quais variáveis que deveriam estar no mesmo e o tratamento estatístico.

Portanto, concomitantemente, houve um processo de aprendizado coletivo sobre as diretrizes da educação, assim como do orçamento público. Vários professores do Departamento de Contabilidade colaboraram com seminários e a pós-graduação em Ciências Sociais apresentou alguns aspectos que interferiam na educação.

No final de dezembro, encaminhamos o projeto ao TCE. A elaboração da proposta representou uma vitória para os dois grupos, pois, foi um caminho de criação de consensos e a superação de barreiras de formação disciplinar e metodológica. Em 9 de março deste ano, recebemos a notícia de sua aprovação. Nele, partiu-se do entendimento de que o desempenho dos alunos no Ideb (considerado como uma proxy da qualidade da educação) é resultado de diversas dimensões, tais como: pedagógica, cultural, social e financeira e, destas, centrou-se a análise sobre os aspectos financeiros, pois, entendeu-se que ele é fundamental e a sua ausência tem forte impacto nas condições para a escola, no aprendizado e, portanto, sobre o desempenho. O foco foi trabalhar variáveis de gasto educacional, que estivessem sob o poder decisório do gestor público municipal e verificar se estas influenciavam nos resultados do Ideb.

Como, na fase de elaboração do projeto, foram levantados dados sobre as finanças e o desempenho para o Paraná, em 17 de abril, realizamos o Ciclo de Análise dos Indicadores Educacionais do Paraná, que teve a finalidade de discutir toda a produção de textos elaborados pelos alunos e professores de Maringá e Cianorte, durante o período em que o TCE analisava o projeto. Nesse ciclo foram abordados vários temas como O Contexto da Educação Infantil no Paraná, Aspectos Socioeconômicos, Demográficos e de Gastos, entre outros.

Participaram mais de cem alunos, membros do TCE e seu presidente, o conselheiro Fernando Magalhães, professores e alunos participantes do projeto PAF-Social de Apucarana, Maringá e Cianorte, assim como docentes e alunos da área de Educação da UEM. Após o evento, tivemos apoio da professora Maria Eunice França Volsi, do Departamento de Teoria e Prática da Educação. O evento e a apresentação de alguns resultados deram grande visibilidade social para o grupo. Com o envio dos dados financeiros pelo TCE, surgiram novos desafios, pois, tínhamos a coleta de dados de receitas e despesas da Secretaria do Tesouro Nacional e os relativos ao SIOPE, esse último referente aos gastos com educação, conforme preconiza a Lei de Responsabilidade

Fiscal. O ambiente se tornou mais complexo, pois, os dados do TCE, que eram contábeis, diferiam dos da Secretaria do Tesouro Nacional e FNDE/SIOPE. As dúvidas e as discussões, em grande parte, eram compartilhadas com os alunos, que precisavam acompanhar o processo teórico-metodológico. A ideia não é apresentar os resultados nesse espaço, mas enfatizar as dificuldades enfrentadas pelo grupo no desenvolvimento do trabalho e realçar que foi um esforço intelectual coletivo muito importante, que envolveu, direta e indiretamente, vários departamentos da UEM. Foi uma grande experiência que tivemos ao participar do PAF-Social e, em particular, os alunos tiveram a oportunidade de vivência fora da sala de aula, a qual levarão para toda a sua vida profissional.

Amalia Maria Goldberg Godoy
Professora doutora do
Departamento de Economia
Coordenadora do projeto
